

Daniela Mendes Queiroz

**Mulheres do Campo, Reconhecimento e Trabalho na Construção de Outras
Economias em Porteirinha – MG**

Montes Claros, 31 de julho de 2018.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS



Daniela Mendes Queiroz

**Mulheres do Campo, Reconhecimento e Trabalho na Construção de Outras
Economias em Porteirinha – MG**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território da Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Estadual de Montes Claros, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território.

Área de concentração: Sociedade, Ambiente e Território

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Isabel Cristina Barbosa de Brito

Montes Claros, 31 de julho de 2018.

Daniela Mendes Queiroz

**Mulheres do Campo, Reconhecimento e Trabalho na Construção de Outras
Economias em Porteirinha – MG**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território da Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Estadual de Montes Claros, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território.

Área de concentração: Sociedade, Ambiente e Território.

Linha de pesquisa: Território e desenvolvimento

Aprovado pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof^a. Luciene Rodrigues
Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a. Felisa Cançado Anaya
Universidade Estadual de Montes Claros

Prof. Luiz Paulo Fontes de Resende
Universidade Estadual de Montes Claros
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof^a. Isabel Cristina Barbosa de Brito
Universidade Estadual de Montes Claros

Montes Claros, 31 de julho de 2018.

AGRADECIMENTOS

O principal agradecimento eu dedico a DEUS, que sempre me colocou diante de oportunidades extraordinárias, de pessoas especiais, sem as quais certamente não teria dado conta. Deus sempre foi minha fonte inesgotável de fé e de perseverança nos diversos momentos em que me achava incapaz de prosseguir.

A meus pais, José Mendes e Cândida, que nunca duvidaram da minha capacidade, e isso me forçou a não ser A MELHOR, mas a fazer o melhor de mim. É reconfortante saber que temos amores incondicionais, que contribuíram para que essa tarefa se tornasse realidade.

A meu querido esposo, Marcelo, por ser meu companheiro e parceiro de todas as ocasiões. Sempre a meu lado, superando as ausências e me encorajando diante do desânimo. Devido a sua amizade, paciência, compreensão, apoio e amor, este trabalho pôde ser concretizado.

Aos meus milagres, Manuela e Heitor, que se tornaram a razão das minhas lutas diárias. É por vocês que carrego o compromisso de ser cada vez melhor. As ausências são reflexos do meu esforço para ser exemplo e espelho.

Ao meu irmão, Renato, que, a seu modo, sempre se orgulhou de mim e confiou em meu trabalho. Saiba que a admiração é recíproca, pois tenho o coração repleto de orgulho do homem sensato, responsável e persistente que você se tornou.

Aos colegas do mestrado, foi maravilhoso compartilhar esse sonho com vocês. Deus me presenteou com uma turma maravilhosa, parceira e amiga. Nesses dois anos de luta, eu aprendi a admirar cada um de vocês. Podem ter certeza de que levarei todos no meu coração. Choro ao lembrar as palavras de apoio e de incentivo cada vez que o desânimo tomava conta de mim.

Agradeço profundamente aos professores, pelo acolhimento, atenção e principalmente pelo ambiente acadêmico aberto ao pensamento crítico e ao debate

de ideias. Através da experiência de vocês, nós, alunos, encontramos as condições ideais para transformar nossa experiência profissional, social e política em produção acadêmica. Vocês foram e são referências profissionais e pessoais para meu crescimento.

A minha orientadora, Isabel Brito, que me trouxe a possibilidade de enxergar que existem mais que pesquisadores e resultados por trás de uma dissertação, mas vidas humanas. Obrigada por estar ao meu lado e acreditar em mim! Estou grata pela liberdade de ação, por abrir-me horizontes e principalmente por fazer-me pensar.

A Dona Lourdes, pela confiança em abrir-me as portas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha. Dona Lourdes se fez presente, apesar da correria e compromissos rotineiros, agenda cheia, reuniões e uma cotidiana lista de associados para atender, ela sempre estava disposta a nos orientar, informar e nos impulsionar com a sua força nordestina, dizendo sempre para “não termos medo da luta”. A senhora é exemplo de mulher guerreira. Suas lutas e conquistas engrandeceram as reflexões desse trabalho.

Aos feirantes que participaram espontaneamente deste trabalho. Por causa deles é que esta dissertação se concretizou. Vocês foram referências e merecem meu eterno agradecimento.

Só tenho a agradecer a todos que passaram pelo meu caminho e que com certeza deixaram um pouco de si. Os momentos de alegria serviram para permitir acreditar na beleza da vida e os de sofrimento serviram para um crescimento pessoal.

Finalmente, gostaria de agradecer à UFMG/Unimontes por abrirem as portas para que eu pudesse realizar este sonho que era a minha DISSERTAÇÃO DE MESTRADO. Proporcionaram-me mais que a busca de conhecimento técnico e científico, mas uma LIÇÃO DE VIDA. Ninguém vence sozinho... OBRIGADA A TODOS!

A MULHER

Gervásio Pereira da Silva¹

A mulher é uma rosa, que se chama Maria, que se chama mulher
Pode chamar das Dores, Aparecida, dê-lhe o nome que quiser
Cor da pele ou estatura, nacionalidade ou cultura
A mulher brasileira é guerreira, mantém firme a sua postura

Aos olhos do mundo ingrato, ela foi e será sempre uma mulher
Discriminada por muitos, como um objeto qualquer
A mulher que sempre foi tratada, como um ser de submissão
Se tornou um braço forte, dessa nossa grande nação

Essa mulher brasileira, sujeita ao braço forte
Mulheres de todos os lugares, do sul e também do norte
Nos balcões, nos escritórios, no hospital, no trabalho rotineiro
São mulheres valorosas, desse nosso sertão brasileiro

Mulheres que vêm lutando, com todas as forças que têm,
Lutando pelos seus direitos, porque merecem também,
As mulheres camponesas, que lutam em prol da verdade
Buscando também seu espaço, em meio à sociedade

Muitos tinham a mulher, como uma escrava do lar
Que nasceu só pra ser mãe, e do marido cuidar
Mas o tempo foi passando, ela teve também que lutar
Para ajudar o marido, nas suas despesas do lar

De manhã ela levanta, louva a Deus em oração
Vai trabalhar na lavoura, pra dali ganhar seu pão
Essa mulher camponesa vem conquistando seu posto
Através de muitas lutas, e também do seu esforço

Essa mulher brasileira, não importa a sua cor
Seja branca ou seja negra, as mãos de Deus a criou
Seja ela professora, gary ou doutora, a profissão não importa qual for
Diante dos olhos de Deus, todas elas têm valor

Parabéns a dona Lourdes, a presidente do sindicato rural
Que enfrentou lutas e obstáculos, lutando pelo seu ideal
Aos treze anos de idade, já trabalhava na roça
Porque Deus é poderoso, e ajuda quem se esforça

Continue Dona Lourdes, com esforço, amor e fé
Lutando com todo o amor, pela causa da mulher
Daniela Queiroz, essa grande lutadora
Unidas vocês serão fortes, e mulheres vencedoras

Daniela Queiroz, que trabalha com amor
Com as mulheres da Zona rural, porque elas têm valor
O seu trabalho ele é digno, de toda admiração
Mostrando a essas mulheres, seus valores à nação

¹ Poesia afeita pelo repentista durante o trabalho de campo no sindicato de trabalhadores rurais.

RESUMO

Este trabalho consiste na análise da trajetória das mulheres, especialmente a mulher rural. Utilizaram-se as abordagens de Bordieu para retratar o sistema opressor vivenciado ao longo da história, apropriando-se da dominação masculina para analisar o poder simbólico. O empoderamento é relacionado às concepções de Alain Touraine, que analisa os sujeitos e suas subjetividades na construção da identidade individual e coletiva. O objetivo central do trabalho foi averiguar o envolvimento e a organização das mulheres em atividades/trabalho como possibilidade para se conseguir quebrar a dominação masculina. O método utilizado foi a pesquisa exploratória, observação participante e questionário semiestruturado. O campo de estudo foi o Município de Porteirinha – MG, com informações coletadas nas comunidades de Bom Jesus e Paraguai, Sindicato dos trabalhadores Rurais e na Feirinha da Semana. Os resultados da pesquisa mostraram a importância da organização coletiva para romper com os estigmas perpetuados principalmente por instituições como o Estado, a escola e a igreja. Os movimentos sociais contemporâneos apresentam-se como “redes de solidariedade” com conotações culturais capazes de fortalecer a assimilação de novas linguagens e valores. O movimento feminista, apesar da influência filosófica e política retratada na luta pela igualdade de gêneros, se apresenta como fator preponderante para convergência de questões “micro”, localizadas na esfera da subjetividade e do privado, e isso traz relação direta com as conquistas relacionadas às políticas públicas para mulheres. O movimento agroecológico, as feiras agroecológicas e os Sindicatos de trabalhadores Rurais são espaços propícios para o empoderamento social, cultural e político de mulheres que utilizam atividades rotineiras e cotidianas para romper as barreiras da “invisibilidade”. Evidencia-se a existência de políticas públicas e até organizações, que buscam auxiliar a mulher no referido processo de empoderamento. Um olhar sobre os movimentos de mulheres rurais deixa nítido o processo de transformação, tanto na sua forma organizacional, como na atuação pública. Vários movimentos, representando identidades sociais e políticas diversas, emergiram no espaço público, através de ações e mobilizações que, ao se fazerem crescentes, deram visibilidade às mulheres rurais.

Palavras-chave: Poder Simbólico, mulher rural, empoderamento.

ABSTRACT

This work consists of analyzing the trajectory of women, especially rural women. Bordieu's approaches were used to portray the oppressive system experienced throughout history, appropriating male domination to analyze symbolic power. Empowerment is related to the conceptions of Alain Touraine, who analyzes subjects and their subjectivities in the construction of individual and collective identity. The central objective of the study was to investigate the involvement and organization of women in activities / work as a possibility to break male domination. The method used was exploratory research, participant observation and semi-structured questionnaire. The field of study was the Municipality of Porteirinha - MG, with information collected in the communities of Bom Jesus and Paraguay, Rural Workers' Union and Feirinha da Semana. The results of the research showed the importance of collective organization to break with the stigmas perpetuated mainly by institutions such as the state, the school and the church. Contemporary social movements present themselves as "networks of solidarity" with cultural connotations capable of strengthening the assimilation of new languages and values. The feminist movement, despite the philosophical and political influence portrayed in the struggle for gender equality, presents itself as a preponderant factor for the convergence of "micro" issues, located in the sphere of subjectivity and the private sphere, and this is directly related to the conquests related to policies for women. The agroecological movement, agroecological fairs and Rural Workers' Unions are spaces conducive to the social, cultural and political empowerment of women who use routine and daily activities to break the "invisibility" barriers. There is evidence of the existence of public policies and even organizations that seek to assist women in the process of empowerment. A look at the rural women's movements leaves clear the process of transformation, both in its organizational form and in public performance. Various movements, representing diverse social and political identities, emerged in the public space, through actions and mobilizations that, as they grew, gave visibility to rural women.

Keywords: Symbolic power, rural woman, empowerment.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Algumas conquistas das mulheres no meio rural	78
Quadro 2	Conceitos dos diversos tipos de economia	84
Quadro 3	População de Porteirinha – urbana/rural.....	93
Quadro 4	Atividades realizadas pela feirante da cidade/zona rural.....	120
Figura 1	Hierarquia de gênero – modelo Connell.....	35
Figura 2	Hierarquia de gênero – modelo Connell / Adaptação para o modelo rural.....	36
Figura 3	Município de Porteirinha na Mesorregião Norte de Minas Gerais	91
Figura 4	Municípios que compõem o Território da Cidadania Serra Geral MG	93
Figura 5	Marcha das Mulheres – Março de 2013.....	100
Figura 6	Serra Geral em Porteirinha.....	101
Figura 7	Mercado Municipal de Porteirinha.....	101
Figura 8	Reunião com mulheres na Comunidade de Bom Jesus.....	103
Figura 9	Reunião com Mulheres na Comunidade de Paraguai	103
Figura 10	Reunião com Mulheres na Comunidade de Paraguai	104
Figura 11	Convite do lançamento da Feirinha da Semana	113
Figura 12	Espaço onde é realizada a Feirinha da Semana	114
Figura 13	Dona Lourdes – realização de curso do SENAR	127
Figura 14	Dona Lourdes e Agricultores de Porteirinha	128

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Perfil da Feirinha da Semana – IDADE	116
Gráfico 2	Perfil da Feirinha da Semana – ESTADO CIVIL	117
Gráfico 3	Perfil da Feirinha da Semana – ESCOLARIDADE	118
Gráfico 4	Perfil da Feirinha da Semana – ONDE RESIDE	119
Gráfico 5	Perfil da Feirinha da Semana – HORÁRIO DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	119
Gráfico 6	Perfil da Feirinha da Semana – TEMPO COMO FEIRANTE	119
Gráfico 7	Perfil da Feirinha da Semana – ÚNICA FONTE DE RENDA MONETÁRIA?.....	120
Gráfico 8	Perfil da Feirinha da Semana – ESTÁ SATISFEITO COMO FEIRANTE?.....	121
Gráfico 9	Perfil da Feirinha da Semana – PARTICIPA DE ENTIDADE? QUAL?	122
Gráfico 10	Perfil da Feirinha da Semana – ORIGEM DOS ALIMENTOS	123
Gráfico 11	Perfil da Feirinha da Semana – QUEM SUSTENTA A FAMÍLIA ECONOMICAMENTE?	124
Gráfico 12	Perfil da Feirinha da Semana – PRODUTOS COMERCIALIZADOS	124
Gráfico 13	Perfil da Feirinha da Semana – QUEM REALIZA AS TAREFAS DOMÉSTICAS?	125
Gráfico 14	Perfil da Feirinha da Semana – JORNADA DA FEIRANTE	125
Gráfico 15	Perfil da Feirinha da Semana – JORNADA DE TRABALHO EM ATIVIDADES COM REMUNERAÇÃO DIRETA/INDIRETA	126

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACEBEV	-	Associação Casa de Ervas Barranco de Esperança e Vida
AF	-	Agricultura Familiar
ANVISA	-	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CAA	-	Centro de Agricultura Alternativa
CJS	-	Comércio Justo e Solidário
CMDRS	-	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
DER	-	Departamento de Estrada e Rodagem
DPMR	-	Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais
EMATER	-	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAT	-	Fundo de Amparo ao trabalhador
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	-	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDA	-	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	-	Movimento das Mulheres Agricultoras
ONGs	-	Organização Não Governamental
ONU	-	Organização das Nações Unidas
PNRA	-	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF	-	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SENAES	-	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES	-	Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária
STR	-	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE	-	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
USP	-	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
 CAPITULO 1: CONSIDERAÇÕES SOBRE GÊNERO, O PODER SIMBÓLICO, E A MULHER ENQUANTO SUJEITO POLÍTICO	 21
<i>1.1 O poder simbólico e a perpetuação da dominação</i>	<i>23</i>
<i>1.2 Comportamento androcêntrico x identidade feminina</i>	<i>27</i>
<i>1.3 O conceito de gênero e suas formas de representação social</i>	<i>29</i>
<i>1.4 A construção social do gênero no meio rural.....</i>	<i>32</i>
<i>1.5 Indivíduos e sujeitos/atores sociais na concepção de Alain Touraine</i>	<i>36</i>
<i>1.6 A mulher enquanto sujeito de transformação</i>	<i>40</i>
<i>1.7 Novos atores, “grandes” movimentos sociais</i>	<i>43</i>
<i>1.8 Movimento feminista e suas representações sociais</i>	<i>49</i>
<i>1.9 O Movimento Agroecológico e as mulheres.....</i>	<i>52</i>
 CAPITULO 2: A MULHER RURAL ENQUANTO SUJEITO INDIVIDUAL E COLETIVO.....	 55
<i>2.1 A luta das mulheres por autonomia e emancipação.....</i>	<i>58</i>
<i>2.2 Poder ou empoderamento?.....</i>	<i>59</i>
<i>2.3 O empoderamento das mulheres rurais.....</i>	<i>61</i>
<i>2.4 Rural/urbano no Brasil, movimento social e participação.....</i>	<i>63</i>
<i>2.5 Políticas públicas e igualdade de gênero no meio rural.....</i>	<i>69</i>
 CAPITULO 3: MULHERES DO CAMPO.....	 80
<i>3.1 Outras economias e a economia produzida pela mulher.....</i>	<i>80</i>
<i>3.2 Outras economias e Contra-hegemonia.....</i>	<i>82</i>
<i>3.3 A economia solidária e as políticas públicas.....</i>	<i>85</i>

3.4 A organização da mulher rural e a economia solidária.....	86
3.5 Universo da pesquisa- Porteirinha.....	91
3.6 Fases De Campo.....	97
3.7 Mulheres de Porteirinha.....	100
3.8 Feiras agroecológicas e de agricultura familiar: um espaço de saberes da economia local.....	110
3.9 A feirinha da semana.....	113
3.10 Diagnóstico e perfil da feirinha da semana.....	116
3.11 Dona Lourdes – força e persistência na defesa da emancipação e autonomia da mulher.....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS.....	140
APÊNDICE A.....	146
APÊNDICE B.....	148

INTRODUÇÃO

O objeto deste trabalho é a mulher do campo, atrelado a um objetivo central de averiguar o envolvimento dessas mulheres em atividades/trabalhos relacionados ao campo da economia solidária, e motivado pela questão sobre as possibilidades de a aproximação com a economia solidária ser um “caminho” para conseguir quebrar a dominação masculina.

A dominação masculina, que para além da visão apresentada por Bourdieu, adotada neste trabalho, significa uma realidade de submissão, exploração e muitas vezes violência sofrida pelas mulheres numa sociedade patriarcal em que o poder masculino é considerado o legítimo. Principalmente no âmbito rural, a subordinação feminina é considerada natural. Há certo silêncio sobre o tema nas comunidades e também nos trabalhos desenvolvidos por organizações governamentais e não governamentais.

Não se trata apenas de uma batalha pela promoção da igualdade, o desafio vai além, pois está principalmente em fatores ligados à busca de autonomia econômica, direitos sociais e reconhecimento político, que muitas vezes é negado aos camponeses, partindo de uma análise acerca da participação da mulher nos empreendimentos, e as contribuições que essa participação proporciona para a construção do sujeito emancipado no coletivo e na família.

A escolha pelo tema se deu a partir da necessidade de verificar qual a representação do trabalho no cotidiano das mulheres do campo.

Compreender a noção de gênero é um importante ponto de partida, visto que este trabalho busca tecer considerações sobre sujeitos e subjetividades na construção das identidades políticas de mulheres pertencentes ao mundo rural, partindo do reconhecimento da desigualdade histórica entre homens e mulheres na sociedade, e de seu papel no sistema capitalista como elemento estruturante das relações de poder.

Desse modo utilizou-se a abordagem de Bourdieu sobre a dominação masculina, a partir da violência simbólica, retratada como um poder que impõe significações, que se infiltra nos pensamentos e nas concepções de mundo. O processo de empoderamento está embasado nas concepções de Touraine sobre sujeitos individuais, coletivos e autonomia conquistada.

Para Bourdieu (2012) tal tipo de dominação se dá porque ela própria não carece de legitimação, já que é justificada por meio das diferenças biológicas percebidas entre os sexos e é incorporada pelos indivíduos na forma de esquemas de percepção, ação e preferência duráveis, ou seja, por meio do *habitus*. Como em toda dominação, os esquemas de pensamento dominantes influenciam também os dominados, que acabam por legitimar ainda mais a dominação: as próprias mulheres acabariam, segundo Bourdieu (2012), por reproduzir as representações que as depreciam na ordem social.

Com a intenção de problematizar esse processo de naturalização, utilizamos Touraine (1997) que traz apontamentos relativos à ordem imposta, enfraquecidos progressivamente pelo conceito de autonomia conquistada. Para ele devemos tornar-nos ambivalentes em relação a opções socialmente definidas, tornar-nos menos racionalistas, muitas vezes até envolver-nos em contradições inultrapassáveis, além de nos tornar desconfiados em relações a preceitos universalistas.

Nesse viés, o trabalho aborda o conceito de sujeitos individuais e coletivos para remeter a uma direção em que a dominação masculina não mais se impõe com a evidência de algo que é indiscutível e cristalizado. Progressivamente se torna mais clara a possibilidade de duvidar e questionar, consequência das profundas transformações por que passou a condição feminina.

É perceptível que a sociedade está mudando diante da decomposição dos sistemas e instituições sociais, que moldavam/pressionavam os indivíduos, seus papéis e delimitações. É no momento em que se observa a oscilação da ação e da representação, do sistema social para o ator pessoal ou coletivo, que aparece a ideia de sujeito como o ideal do ator. Dessa forma, tornar-se sujeito representa a luta contra poderes que limitam a autoconstrução, a lógica de mercado e a dominação masculina.

Considerando o exposto, tal discussão se faz relevante na medida em que tanto homens como mulheres foram convencidos de que, aos primeiros, cabia prover a existência natural da família e, às segundas, “devido à sua natureza”, deviam gerar filhos, cuidar deles ao longo da vida e encarregar-se das diferentes tarefas domésticas. Fugir da perpetuação histórica dessa problemática não é tarefa fácil para estudos acadêmicos e sociedade em geral, pois a divisão sexual do trabalho condiciona formas diferenciadas de inserção social para homens e

mulheres, existindo uma identificação cultural entre atividades e papéis para cada um dos sexos. Às mulheres correspondem atividades de reprodução social da família; aos homens corresponde a função de provedor das necessidades materiais do grupo.

O que fica aí explicitada é a força das representações sociais na construção de identidades e, conseqüentemente, na definição dos papéis dos indivíduos na sociedade. Discutir gênero e trabalho traz possibilidades de entender que as relações de poder, historicamente, vêm justificando a desigualdade entre homens e mulheres, como oriunda de relações de dominação e subordinação.

Ao longo do tempo, as mulheres tiveram a riqueza gerada pelo seu trabalho e o seu papel na economia invisibilizado. Foi considerando essa invisibilização e controvérsias, que se faz necessário abrir espaço à discussão sobre o papel e a participação das mulheres na construção de uma sociedade mais justa, nos espaços públicos como protagonistas de sua história.

São inquestionáveis as contribuições dos estudos contemporâneos sobre mulher e trabalho, pois emergem das práticas políticas que marcam o percurso de movimentos sociais, sobretudo, o feminista, trazendo para a cena política um amplo questionamento e debates sobre posturas e comportamentos que, tradicionalmente, vinham sendo adotados como explicações “naturais” para atitudes discriminadoras e práticas políticas de dominação e submissão.

Nessa lógica de luta e resistências, essa pesquisa busca analisar as mulheres rurais, constituídas e definidas por sua “inferioridade”, que inseridas no trabalho procuram não inverter as relações de poder no mundo rural, mas “ultrapassá-las”, de maneira a fazer minimizar ou desaparecer a lógica que determinava sua inferiorização.

O trabalho aborda o universo das organizações coletivas e dos movimentos sociais, que vislumbram a possibilidade de vencer uma colocação “invisível” que só pode ser rompida através do embate com os modelos locais, globais e as relações sociais estabelecidas.

A abordagem a partir desses movimentos se faz importante, pois esses movimentos de luta individual e coletiva projetam-se no sentido de transformações orientadas para estratégias sustentáveis e pluralistas de construção de mundo. Um mundo em que a mulher consiga ser reconhecida como sujeito que é e autora das ações de reconfiguração social.

O segundo capítulo, além de trazer conceitos como patriarcado, empoderamento, rural/urbano, aborda as políticas públicas a partir da conquista de uma série de direitos que procuram garantir a igualdade de gênero no meio rural, apesar dos valores culturais e morais presentes na sociedade. Necessário frisar também que as conquistas são oriundas de muitas lutas e articulações, as quais, apesar dos importantes avanços, vêm sofrendo novos arranjos e grandes desmanches.

O terceiro capítulo traz uma análise da organização das mulheres na cidade de Porteirinha – MG, a partir das conquistas econômicas e coletivas, e das experiências grupais como possibilidade de fomento à articulação política e reconhecimento de direitos. Aborda também as contribuições que esse processo é capaz de proporcionar para a localidade, com sujeitos participativos, que conseguem se organizar partindo de experiências endógenas.

As considerações finais representam um espaço reservado a minhas reflexões sobre o tema, envoltas na necessidade de demonstrar o sistema opressor vivenciado pelas mulheres ao longo da história e explicitar a importância da organização coletiva para as mulheres do campo, no intuito de se reconhecerem como sujeitos políticos, com consciência emancipatória. É nessa dimensão de organização coletiva que as mulheres adquirem forças para enfrentar as múltiplas violências e violações que sofrem tanto no espaço doméstico quanto na arena pública, ao exigirem políticas, direitos e serviços sociais que atendam às suas necessidades.

Assim, esse trabalho busca “caminhar” no sentido do estabelecimento da construção de um poder compartilhado de papéis sociais diferentes no meio rural, e espera-se que possa trazer contribuições para todos aqueles que almejam a transformação das relações de gênero e poder, com vistas à valorização da diferença.

O percurso metodológico deste trabalho considera que “o requisito cardeal de uma ciência empírica é o respeito pela natureza do objeto pesquisado” (HAGUETTE, 1992, p. 69). Para abordar as questões propostas, este trabalho partiu de um olhar investigativo combinando teoria, método e criatividade com foco em conhecer e compreender as mulheres rurais que se “aventuram” em romper as práticas de dominação social e cultural para se tornarem sujeito da sua própria história.

Sustentada e movida pelo desafio de conhecer o já construído e produzido, para posteriormente buscar o que ainda não foi feito, buscou-se desenvolver uma atividade crítica e reflexiva na tentativa de problematizar principalmente a questão das mulheres rurais. Para isso recorreu-se ao material bibliográfico de autores que demonstram aproximação com o tema, sendo recorrente a imersão em obras clássicas e contemporâneas que “iluminam” o percurso histórico e “descortinam” a atualidade.

Buscou-se inicialmente construir uma arquitetura teórica e a aproximação para a leitura da mulher do campo – sujeito político- na sua relação com o trabalho e com a economia solidária. Foram realizadas inicialmente incursões em campo, no município de Porteirinha – MG para levantamento e reconhecimento de espaços onde a mulher atua aos moldes da economia solidária. Dentre os principais espaços levantados estavam: A ACEBEV - Associação Casa de Ervas Barranco da Esperança e Vida, que tem grande parte do seu trabalho desenvolvido por mulheres; O mercado municipal, onde as mulheres têm papel preponderante e a feirinha da semana, onde só participam mulheres.

Em diálogo com lideranças de mulheres do município foi apresentada a demanda de conhecer melhor o perfil das mulheres que participavam da feirinha e suas questões.

Assim, a estratégia metodológica adotada foi a de observação e registro sistemático realizados nas incursões de campo e reuniões; fazer um trabalho mais amplo na feirinha da semana, buscando o perfil das feirantes; trabalhar com a trajetória de vida de uma liderança significativa do movimento de mulheres de Minas Gerais que tem base em Porteirinha utilizando relatos orais.

O registro dos relatos orais coletados em campo foi importante para a percepção da participação das mulheres nas diferentes dimensões do trabalho que desempenham.

A complexidade do campo nos induz a recorrer ao método de pesquisa exploratória, em que a investigação está especificamente nas mulheres da cidade de Porteirinha – MG. O primeiro passo foi a realização de visitas à cidade para conhecer o contexto e a dinâmica local.

O segundo passo foi a realização de reuniões com grupo de mulheres nas comunidades rurais de Bom Jesus e Paraguai, onde por meio de observação e registro, totalizou-se 67 participantes.

O terceiro passo foi na Feirinha da Semana, com utilização do método de observação participante e aplicação de 32 questionários semiestruturados contendo 15 questões fechadas e 08 abertas. Participaram do estudo as mulheres que cotidianamente desenvolvem seus trabalhos no referido local e se dispuseram a relatar seus anseios, emoções, percepções e atividades diárias. Além das entrevistas com as feirantes, também foi realizada entrevista com a responsável técnica pela feirinha da semana.

Por último buscou-se registrar a trajetória e biografia de Dona Lourdes – Presidente do Sindicato dos trabalhadores Rurais. A entrevista foi instigada pela conhecida história de lutas, vitórias e conquistas de uma mulher que começou a trabalhar aos treze anos, sofreu diversas formas de preconceitos e atualmente mobiliza diversas mulheres, encorajando-as para a luta individual e coletiva.

A escolha por esse recorte e utilização dos referidos métodos se deram diante da preocupação em pesquisar um lugar ocupado por pessoas e grupos convivendo numa dinâmica de interação social, envoltos em um “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001, p. 22). Optar por Porteirinha se deve inicialmente à sua história, pois se trata de um local cujo processo de construção conta com ativa participação das mulheres, marcado por constantes embates e conflitos na luta pela emancipação e protagonismo.

Partindo da construção teórica e do desejo de investigação, foram fundamentais as diversas visitas “in Loco”, de posse do diário, visto que “o campo torna-se um palco de manifestações de intersubjetividades e interações entre pesquisador e grupos estudados, propiciando a criação de novos conhecimentos” (MINAYO, 2001, p. 54).

Defronte a utilização desse arcabouço metodológico, as respostas fornecidas pelos elementos pesquisados se deram das mais variadas formas e, para que essas respostas fossem adequadamente analisadas, foi necessário organizá-las e agrupá-las em categorias, pois trabalhar com categorias significa agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso à totalidade do universo investigado.

Os dados coletados foram analisados cuidadosamente e, submetidos à análise estatística. Foi utilizada uma planilha do Excel para a tabulação dos dados

obtidos. Estes dados foram comparados com procedimentos estatísticos percentuais e apresentados com elaboração de gráficos.

Ciente e alerta para os riscos da exposição dos resultados, fez-se necessário fugir do viés emocional, o que foi fundamental para evitar forçar uma adequação do real às teorias previamente estabelecidas, prejudicando não só a coleta de dados como sua análise de interpretação.

Para as considerações finais, abrangeu-se a consciência de que conhecer representa o primeiro passo das atribuições de um pesquisador, que traz em si a possibilidade de utilizar a informação e conhecimento para a minimização das desigualdades e injustiças sociais vivenciadas historicamente. Parafraseando HAGUETTE (1992) “além do poder econômico, existe o poder do “saber” que tem se tornado, através dos tempos, monopólio dos grupos dominantes”, e a pesquisa pode ser um instrumento fundamental na disseminação de ações de enfrentamento ao processo de cristalização social e cultural de tais dominações.

A partir das reflexões de tais aspectos, espera-se poder contribuir para um processo que busque dar maior visibilidade para as mulheres enquanto sujeito político de suas ações nos espaços público e privado.

CAPÍTULO 1

CONSIDERAÇÕES SOBRE GÊNERO, O PODER SIMBÓLICO, E A MULHER ENQUANTO SUJEITO POLÍTICO.

Este capítulo trata da temática gênero, com vistas a focalizar as mulheres a partir da noção de sujeitos e suas subjetividades na construção das identidades políticas, partindo do reconhecimento da desigualdade histórica entre homens e mulheres na sociedade, e de seu papel no sistema capitalista como elemento estruturante das relações de poder.

A primeira parte explicita o sistema opressor vivenciado pelas mulheres ao longo da história, a partir da abordagem de Bourdieu sobre a dominação masculina, perpassando a violência simbólica, retratada como um poder que impõe significações, que se infiltra nos pensamentos e nas concepções de mundo. A discussão sobre o processo de empoderamento será embasada pelas concepções de Alain Touraine sobre sujeitos individuais, coletivos e autonomia conquistada.

A última parte se dedica a discorrer sobre a mulher enquanto sujeito de transformação, na perspectiva da superação dos modelos estruturais erigidos em uma ótica machista e patriarcal. A organização coletiva e os movimentos sociais são apresentados como importantes estratégias para o emergir do sujeito às manifestações coletivas.

Pensar sobre as mulheres e a condição feminina como um fenômeno autônomo, sem vínculos com os demais fatores que permeiam a sociedade, seria partir de pressupostos falsos. Assim, faz-se necessária uma “imersão” aos fatos históricos gerais, e até particulares, para que se possa chegar à compreensão e à explicação do fenômeno em análise.

A partir desse contexto, aborda-se a relevância em explicitar os fatores que levam a um reconhecimento individual do papel da mulher na sociedade, porém, sem subjugar a uma categoria secundária os grupos de solidariedade e de ajuda mútua, presentes na vida diária, na casa, na fábrica, e em todos os locais que estejam relacionados a seus interesses específicos.

Bourdieu (2012) considera que homens e mulheres não ocupam posições iguais na sociedade brasileira. Embora este fenômeno não seja exclusivo do Brasil, é notório que a identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída

por meio de distintos papéis que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo.

Na tentativa de contestar tal processo de perpetuação, faz-se necessário convocar as mulheres a se comprometerem com uma ação política e convidá-las a superar as “barreiras” da “cristalização” da ordem social imposta. Nesse viés, faz-se necessário também buscar formas de evidenciar as problemáticas vivenciadas, na tentativa de mostrar que, individualmente, apoiada em movimentos sociais ou em organizações nascidas da revolta contra a discriminação simbólica, são capazes de abalar as estruturas sociais, familiares, estatais e jurídicas, que contribuem para perpetuar sua subordinação.

Com vistas a uma explicação teórica para os conflitos cotidianos, buscou-se na abordagem de Bourdieu (2012) a noção de dominação masculina, na qual o masculino e o feminino se diferenciam e se opõem. Suas reflexões nos trazem o seguinte questionamento: como “quebrar” a dominação masculina se ela está tão imbricada no nosso inconsciente e nas formas mais simples de organização do pensamento e da linguagem?

Para Bourdieu (2012) a dominação masculina é violência simbólica, violência que não é percebida pelas próprias vítimas, pois se esconde nas diferenças sexuais e está enraizada nas práticas culturais. O resultado da violência simbólica é a submissão e respeito às condutas dominantes, sem necessariamente se recorrer à coação física, pois a maioria dos danos são morais e psicológicos. É uma forma de coação que se apoia no reconhecimento de uma imposição determinada, que induz o indivíduo a se posicionar seguindo critérios e padrões dominantes.

Porém, na tentativa de buscar romper com a perpetuação do processo de dominação simbólica serão recorrentes as concepções analíticas de Alain Touraine que contemplam a possibilidade de ação humana enquanto fator de transformação social. Ao valorizar as experiências de vida e as ações cotidianas, Touraine convoca às mudanças através do processo de “tornar-se sujeito”, mostrando que por meio da afirmação da liberdade existe a possibilidade de construir outras configurações sociais que provocam alterações nos rígidos processos de construção identitária.

1.1 O poder simbólico e a perpetuação da dominação

Conforme nos apresenta Prado, a história das relações sociais ocidentais é erigida a partir de “pensamentos binários que tendem a classificar os sujeitos por intermédio de regras de comportamentos e condutas morais reconhecidas como apropriadas para determinado grupo” (PRADO *et al.*, 2015, p.73), a representação de uma identidade está relacionada a se reconhecer (e ser reconhecido) como homem ou mulher, masculino ou feminino, para que se consiga alcançar mecanismos que possam ditar as regras de (con)vivência entre os sujeitos em sociedade.

Não é fácil superar um processo arraigado por um tipo de dominação capaz de transformar indivíduos marcados pela familiaridade ligada à própria tradição, pois

a divisão entre os sexos parece estar "na ordem das coisas", como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas "sexuadas"), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (BOURDIEU, 2012, p. 7)

Para Bourdieu (2012) a ordem estabelecida, com suas relações de dominação, perpetua-se tão facilmente que condições de existência das mais intoleráveis possam permanentemente ser vistas como aceitáveis ou até mesmo como naturais. Ela é resultado de uma violência exercida principalmente por vias simbólicas, através do reconhecimento dos dominados. Parece estar na “ordem das coisas” e ser normal, dado que ela coloca as diferenças biológicas entre homens e mulheres como seu fundamento natural e evidente, pois corresponde a um sistema de estruturas duradouras que são reproduzidas tanto objetivamente como subjetivamente, já que estão inscritas nas coisas, nos corpos, nas mentes, nas atividades e nas posições sociais.

Tais estruturas organizam não apenas a realidade social, mas também as percepções e as representações que os indivíduos fazem desta realidade, de si mesmos e dos outros; são incorporadas na forma de *habitus* (BOURDIEU, 2012).

Para Bourdieu (2012) *habitus* diz respeito às disposições incorporadas pelos sujeitos sociais ao longo de seu processo de socialização; atua como uma matriz de

percepções e de ações: “habitus é um operador, uma matriz de percepção e não uma identidade ou uma subjetividade fixa” (BOURDIEU, 2012, p. 83).

Baseando-se nas contribuições de Bourdieu (2012), Setton (2002), assim formula o conceito de habitus:

Concebo o conceito de habitus como um instrumento conceptual que me auxilia pensar a relação, a mediação entre os condicionamentos sociais exteriores, e a subjetividade dos sujeitos. Trata-se de um conceito que, embora seja visto como um sistema engendrado no passado e orientando para uma ação no presente, ainda é um sistema em constante reformulação. Habitus não é destino. Habitus é uma noção que me auxilia a pensar as características de uma identidade social, de uma experiência biográfica, um sistema de orientação ora consciente ora inconsciente. Habitus como uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas. Embora controvertida, creio que a teoria do habitus me habilita a pensar o processo de constituição das identidades sociais no mundo contemporâneo. (SETTON, 2002, p. 61)

A partir da relação conceitual de Habitus e dominação masculina, pode-se inferir que este tipo dominação é reconhecida e reproduzida, dado que as estruturas históricas da ordem masculina são incorporadas sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação que determinam quais comportamentos e posturas são adequados a homens e mulheres. Estas estruturas correspondem às próprias categorias de pensamento que os indivíduos utilizam para entender o mundo.

As aparências biológicas e os efeitos, bem reais, que um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social produziu nos corpos e nas mentes conjugam-se para inverter a relação entre as causas e os efeitos e fazer ver uma construção social naturalizada (os “gêneros” como habitus sexuais), como o fundamento in natura da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade como também da representação da realidade e que se impõe por vezes à própria pesquisa. (BOURDIEU, 2012, p. 10-11)

Tais concepções “invisíveis” levam à formação de esquemas de pensamentos. Bourdieu (2012) afirma que uma relação desigual de poder comporta uma aceitação dos grupos dominados, não sendo necessariamente uma aceitação consciente e deliberada, mas principalmente de submissão pré-reflexiva.

“A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção; a visão androcêntrica² impõe-se como neutra e não tem

² Androcentrismo pode ser conceituado como a ideologia segundo a qual o homem é a medida de todas as coisas. Essa palavra de origem grega foi utilizada pela primeira vez em estudos sociológicos pelo estudioso americano Lester Ward em 1903. O termo está intimamente ligado a noção de

necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la.” (BORDEAU, 2012, p. 18)

Os *habitus* masculinos e femininos são resultados de um profundo trabalho de inculcação e incorporação, de transformação duradoura dos corpos e das mentes, de inscrição de disposições permanentes nos indivíduos, pois o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes (BOURDIEU, 2012. p 18)

Se a dominação masculina parece estar na “ordem das coisas”, é naturalizada, é porque a ordem social a ratifica simbolicamente, fazendo com que ela pareça inevitável e imutável, eternizando um processo que é na realidade uma permanente (re)construção histórica. Para Boudieu (2012) esse processo de perpetuação é resultado de um trabalho coletivo que institui um arbitrário cultural como percepção de mundo, realizado por agentes e por instituições tais como a família, a igreja, o Estado, a escola, a medicina, os meios de comunicação, entre outros.

Bourdieu (2012) afirma que a família seria a protagonista da divisão sexual do trabalho, onde as mulheres estariam confinadas aos afazeres domésticos e à maternidade, ou seja, um trabalho de “reprodução”. A igreja pregaria um antifeminismo, disseminando valores patriarcais e o dogma da inferioridade “natural” das mulheres. O Estado colocaria a família patriarcal como o princípio da ordem social e moral, reforçando em suas leis a visão androcêntrica. Já a escola continuaria a transmitir estruturas hierárquicas “sexualizadas”, reforçando os destinos sociais de meninos e meninas ao influenciarem a maneira como estes veem a si próprios e como entendem suas aptidões e inclinações intelectuais.

Assim, a lógica paradoxal da dominação masculina e da submissão feminina só pode ser compreendida através de observações dos efeitos duradouros que a ordem social exerce sobre as mulheres (e os homens). A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, com o apoio de predisposições colocadas. Assim se percebe que essa construção prática é resultante de um poder,

patriarcado (patriarcado, dominação masculina, dominação patriarcal). A tendência quase universal de se reduzir a raça humana ao termo “o homem” é um exemplo excludente que ilustra um comportamento androcêntrico. O homem é sempre exibido como representante “por excelência” da sua espécie. Trata-se de androcentrismo: a humanidade centrada na figura do homem, do humano macho. (FLEURY-TEIXEIRA, E. M.; MENEGHEL, S. N. **Dicionário feminino da infâmia**: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015).

aplicado sob forma de esquemas de percepção e de disposições que o tornam sensíveis a certas manifestações simbólicas do poder.

Essa lógica de dominação masculina é discutida por diversos autores, como Heleieth Saffioti, uma socióloga marxista, estudiosa da violência de gênero e militante feminista brasileira. Ela foi pioneira ao analisar a condição da mulher numa perspectiva de classes, suas pesquisas explicitam a possibilidade de o capitalismo se apropriar das desigualdades entre os sexos para melhor se reproduzir.

Para Saffioti (1987), é no seio da família que a dominação masculina pode ser observada em praticamente todas as atitudes. Na sua concepção, ainda que a mulher trabalhe fora de casa em troca de um salário, cabe-lhe realizar todas as tarefas domésticas. Os afazeres domésticos são considerados "coisas de mulher", pois o homem raramente se dispõe a colaborar para tornar menos "dura" a vida de sua companheira. "Não raro, ainda se faz servir, julgando-se no direito de estrilar se o jantar não sai a seu gosto ou se sua mulher não chega a tempo, trazendo-lhe os chinelos" (SAFFIOTI, 1987, p. 50).

Saffioti traz uma problemática muito característica da sociedade brasileira, em que o papel feminino estabelecido culturalmente, até a atualidade, é o da mulher como esposa, como uma propriedade, primeiro do pai, que arranjava o casamento da filha, como se fosse uma transação comercial; e depois do marido, que esperava que a esposa fosse uma boa dona-de-casa e mãe, não sendo necessário conhecimento e cultura.

Sabe-se que muita coisa mudou no decorrer dos anos, assim, defronte a generalização de tais situações, Bourdieu (2012) afirma que não basta se limitar a descrever as transformações da condição das mulheres ao longo dos tempos, nem mesmo a relação entre os gêneros nas diferentes épocas, pois a condução do processo histórico deve empenhar-se em estabelecer, para cada período, o estado do sistema de agentes e das instituições, família, igreja, Estado, escola etc, que, em diferentes momentos, contribuíram para reafirmar a relação entre os "gêneros", apresentando por vezes uma compreensão das mudanças ocorridas, não só na condição das mulheres, como também nas relações entre os sexos.

1.2 Comportamento androcêntrico x identidade feminina

Partindo da análise do referido processo de dominação simbólica, faz-se necessário discutir sobre as possibilidades de romper com tentativa de cristalização da ordem social imposta. Para Bourdieu (2012) tudo isso se dá em razão, sobretudo, do enorme trabalho crítico de movimentos que, pelo menos em determinadas áreas do espaço social, conseguiram romper o círculo da generalização.

O questionamento das evidências caminha com as profundas transformações por que passou a condição feminina, em que Bourdieu (2012) cita como exemplo o aumento do acesso ao ensino secundário e superior, ao trabalho assalariado, o distanciamento em relação às tarefas domésticas e às funções de reprodução (relacionado com o progresso e o uso generalizado de técnicas anticonceptivas e à redução de tamanho das famílias) e, sobretudo, o adiamento da idade do casamento e da procriação, marcado pela elevação dos percentuais de divórcio.

O aumento do número de mulheres que trabalham fora de casa acaba por afetar a divisão de tarefas domésticas e, ao mesmo tempo, os modelos tradicionais masculinos e femininos. Pode-se, assim, observar que as filhas de mães que trabalham têm aspirações de carreira mais elevadas e são menos apegadas ao modelo tradicional da condição feminina. Mas uma das mudanças mais importantes na condição das mulheres, e um dos fatores mais decisivos da transformação dessa condição é, sem dúvidas, o aumento do acesso das jovens ao ensino secundário e superior que, estando relacionado com as transformações das estruturas produtivas levou a uma modificação realmente importante da posição das mulheres na divisão do trabalho.

Porém, o referido avanço na área educacional não tem o poder de transformar “drasticamente” o papel da mulher na sociedade. Embora seja verdade que se encontram mulheres em todos os níveis do espaço social, suas oportunidades de acesso (seus índices de representação) decrescem à medida que se atingem posições mais raras e mais elevadas, “de modo que o índice real e potencial de feminilização é, sem dúvida, o melhor indício da posição e do valor ainda relativos das diferentes profissões” (BOURDIEU, 2012, p. 110).

Para Bourdieu (2012) as mudanças da condição feminina obedecem sempre à lógica do modelo tradicional entre o masculino e o feminino. Os homens continuam a dominar o espaço público e a área de poder, ao passo que as mulheres ficam

destinadas (predominantemente) ao espaço privado (doméstico, lugar da reprodução) em que se perpetua a lógica da economia de bens simbólicos, ou a espécies de extensões deste espaço, que são os serviços sociais (sobretudo hospitalares) e educativos.

Através da experiência de uma ordem social, as meninas incorporam, sob forma de esquemas de percepção, os princípios da visão dominante que as levam a achar “normal”, recusando as posições ou as carreiras de que estão sistematicamente excluídas e encaminhando-se para as que lhes são destinadas.

Excluídas do universo das coisas “sérias”, dos assuntos públicos, e mais especialmente dos econômicos, as mulheres ficaram durante muito tempo confinadas ao universo doméstico e às atividades associadas à reprodução biológica e social da descendência; atividades (principalmente maternas) que, mesmo quando aparentemente reconhecidas e por vezes ritualmente celebradas, só o são enquanto permanecem subordinadas às atividades de produção, as únicas que recebem uma verdadeira sanção econômica e social em relação aos interesses materiais e simbólicos da descendência, isto é, dos homens (BOURDIEU, 2012, p. 116).

O fato de que o trabalho doméstico da mulher não tenha uma retribuição em dinheiro contribui realmente para desvalorizá-lo, inclusive a seus próprios olhos, como se este tempo, não tendo valor de mercado, fosse sem importância e pudesse ser dado sem contrapartida, e sem limites, primeiro aos membros da família, e sobretudo às crianças (já foi comentado que o tempo materno pode mais facilmente ser interrompido), mas também externamente, em tarefas de beneficência, sobretudo para a Igreja, em instituições de caridade ou, cada vez mais, em associações ou partidos. Não raro confinadas nessas atividades não remuneradas, e pouco inclinadas, por isso, a pensar em termos de equivalência entre o trabalho e o dinheiro, as mulheres estão, muito mais que os homens, dispostas à *beneficência*, sobretudo religiosa ou de caridade. (BOURDIEU, 2012, p. 117)

As mudanças visíveis que afetaram a condição feminina mascaram a permanência de estruturas invisíveis que contrapõem os diferentes setores do mercado de trabalho (os campos) em que estão situados os homens e as mulheres.

A verdade das relações estruturais de dominação sexual fica exposta a partir do momento em que se observa, por exemplo, que as mulheres que atingiram os mais altos cargos (chefe, diretora em um ministério etc.) têm que “pagar”, de certo modo, por este sucesso profissional com um menor “sucesso” na ordem doméstica (divórcio, casamento tardio, distanciamento dos filhos, etc.); ou, ao contrário, que o

sucesso no meio doméstico tem muitas vezes por contrapartida uma renúncia parcial ou total a maior sucesso profissional.

Bourdieu (2012) afirma que só uma ação política, organizada ao ponto de questionar os efeitos de dominação exercida por estruturas incorporadas (a começar pelo Estado e a Escola) poderá, em longo prazo, contribuir para o desaparecimento progressivo da dominação masculina.

Mas, será até quando essa rígida divisão de papéis irá sobrepor aos avanços e conquistas impostas pela mulher no contexto social?

Para tentar relacionar tais questões faz-se necessário entender melhor o conceito de gênero, que será explicitado na sessão seguinte.

1.3 O conceito de gênero e suas formas de representação social

Em Inglês *gender*, espanhol *género*, francês *genre*, é fato incontestado que tem-se escutado cada vez mais essa palavra, seja entre leigos, na academia ou no movimento de mulheres.

No Brasil, um ano após a aprovação do Plano Nacional de Educação, surge uma discussão sobre a questão de gênero e sexualidades que vem ganhando um acento expressivo na pauta dos debates. Alguns Estados, pressionados por grupos religiosos, retiraram todas as referências ao termo “gênero” de seu documento. Críticos sobre a abordagem do tema nas escolas acusam de ser uma “ideologia de gênero”. A preocupação com o uso do termo “ideologias de gênero”, o qual, além de não apresentar fundamentação em estudos científicos, nega a livre discussão das temáticas de relações de gênero e das sexualidades em instituições e nas políticas educacionais.

A mobilização do termo “ideologia de gênero” inscrita no contexto da denominada “escola sem partido” e a ação orquestrada por alguns grupos religiosos do Congresso Nacional vai de encontro às diretrizes do Plano Nacional de Educação criando debates acirrados sobre a noção de gênero.

Do ponto de vista gramatical, Ferreira (1986, p. 844) aponta a seguinte definição: “categoria que indica, por meio de desinências, uma divisão dos nomes baseada em critérios tais como sexo e associações psicológicas”. Nesse sentido, o autor aponta o gênero masculino, o feminino e o neutro.

Scott (1995) afirma que o termo gênero, em uma análise literal, começou a ser utilizado pelo Movimento Feminista Contemporâneo para se referir à construção social das relações entre os sexos. O sexo biológico passou a ser questionado como a marca capaz de explicar as diferenças e desigualdades sociais atribuídas a mulheres e homens. A definição de gênero proposta por Scott chama a atenção para dois aspectos: 1°. O gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; 2°. O gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995).

A primeira definição é marcada por conceitos normativos que caracterizam a situação e vivência humana, por exemplo: um homem não pode ter um comportamento mais emotivo, que será rotulado de efeminado. Assim, frequentemente a virilidade é associada ao Masculino e a feminilidade ao Feminino.

Ao analisar a segunda definição, no que se refere à ressignificação das relações de poder, pensar o gênero também nos remeteria a analisar as relações de hierarquização que nomeiam as “diferenças” e estabelecem desigualdades. Com isso, “algumas características ou “qualidades” são destacadas e enaltecidas, sendo que outras passam a ser subjugadas” (PRADO *et al.*, 2015, p. 79).

Para Saffioti (1987) os seres humanos nascem machos ou fêmeas, mas é através da educação que se tornam homens e mulheres. A identidade social é, portanto, socialmente construída. A natureza traz a marca da intervenção humana e, “ao se afirmar que sempre e em todos os lugares as mulheres se ocuparam do espaço doméstico, eliminam-se as diferenciações históricas e ressaltam-se as características “naturais” destas funções” (SAFFIOTI, 1987, p. 11), o que faz com que tais papéis passem a se inscrever na “natureza feminina”.

Muitas vezes, a ideologia que considera o homem um ser superior à mulher, não está inculcada apenas nos homens. Também as mulheres acreditam nestas ideias e as transmitem aos filhos. Quando alegam que “homem não chora”, e exigem que as filhas “se sentem como mocinhas”, estão passando aos mais jovens este sistema de ideias que privilegia o homem em prejuízo da mulher. Saffioti argumenta que:

há poucas mulheres dentre os grandes cientistas, grandes artistas, ate grandes cozinheiros, tenta provar que também em termos de inteligência a mulher é inferior ao homem. Os portadores e divulgadores desta ideologia esquecem-se de medir as oportunidades que foram oferecidas, ou melhor, negadas as mulheres. Ao se atribuir a elas a responsabilidade praticamente

exclusiva pela prole e pela casa, já se lhes está, automaticamente, reduzindo as probabilidades de desenvolvimento de outras potencialidades de que são portadoras. (SAFFIOTI, 1987, p. 14)

Do exposto, fica nítido que a noção de inferioridade feminina além de ser um fator social, pode ser considerada também, um processo de construção social da inferioridade correlato a um processo de construção social da superioridade. “Logo, a construção social da supremacia masculina exige a construção social da subordinação feminina” (SAFFIOTI, 1987, p. 34).

Saffioti (1987) utiliza o termo estereótipo para se referir a esse processo. Para ela, “estereotipo funciona como uma máscara. Os homens devem vestir a máscara do *macho*, da mesma forma que as mulheres devem vestir a máscara das submissas” (SAFFIOTI, 1987, p. 40). O uso das máscaras significa a repressão de todos os desejos que caminharem em outra direção.

Portanto, seria mais “comum” apossar-se das “máscaras” oferecidas pela sociedade, que buscar um modelo próprio. Embora a rejeição do modelo imposto possa trazer incontáveis “transtornos” à vida da mulher, convém questionar se vale a pena pagar o preço exigido pelo uso da máscara. Quando alguém se recusa a submeter-se ao estereótipo, arrisca-se a ser questionado e posto à margem das relações consideradas normais. Para Saffioti (1987) talvez valha a pena experimentar a transgressão, pois todo processo é válido quando caminha na direção da verdade, da autenticidade, da igualdade.

Partindo da premissa de que tais “máscaras” são moldadas e oferecidas por grupos privilegiados, o “conforto” vem em saber que a vida social não se resume às decisões tomadas pelos “poderosos”. Ela também se constitui de ações pessoais e, sobretudo, coletivas, praticadas no dia a dia.

Nem poderia ser de outra forma, já que este trabalho consiste exatamente em penetrar neste “fazer história”. Prado *et al.* (2015) já afirma que as reflexões sobre o gênero chamam a atenção para seu caráter constitutivo de uma identidade.

1.4 A construção social do gênero no meio rural

Tendo como base o conceito de gênero, faz-se necessário compreender a construção social e histórica do feminino e do masculino, bem como a construção das relações sociais, marcadas em uma sociedade em constante assimetria.

As primeiras pesquisas sobre a categoria gênero enfocam quase exclusivamente as mulheres e os conceitos de feminilidade. Aos homens e à masculinidade, os conceitos e características eram considerados relativamente claros e livres de problemas. Pouco se fez para analisar a masculinidade, a experiência de ser homem ou a formação de identidades masculinas.

Após o final da década de 80, dedicou-se mais atenção a estudos críticos sobre os homens e a masculinidade. Passou-se a perceber que os significados de masculinidade variam de cultura a cultura, de diferentes períodos históricos, e variam entre homens em meio a uma só cultura, bem como variam na zona urbana e rural. Isso significa que não se pode falar de masculinidade como se fosse uma essência constante e universal, mas como um conjunto de significados e comportamentos fluidos e em constante mudança.

Nesse sentido, deve-se referir a masculinidades e feminilidades, reconhecendo as diferentes definições. Utilizar a termo no plural é uma forma de reconhecer que masculinidades e feminilidades significam diferentes coisas para diferentes grupos, em diferentes momentos.

Ao se referir especificamente ao termo masculinidade, reafirma-se a prerrogativa de que nem todas as caracterizações são criadas igualmente. Então, parte-se do seguinte questionamento: O que significa ser homem na sociedade rural? O poder dos homens cria e sustenta a desigualdade de gênero?

Nas sociedades rurais, as relações de gênero ainda são definidas pelo poder patriarcal. Existe um campo organizado de práticas e relações sociais humanas, pelas quais as mulheres são mantidas em posições subordinadas aos homens (GIDDENS apud CONNELL, 1987).

As relações de gênero no meio rural são produtos de interações e práticas cotidianas. As ações e os comportamentos das pessoas estão diretamente ligados a arranjos sociais coletivos, onde tais arranjos são continuamente produzidos ao longo da vida e das gerações, carregando consigo as possibilidades de mudanças, porém

as dificuldades permanecem agravadas pelo distanciamento em relação às abordagens urbanas.

Para Connell (1987), as relações de gênero são estruturadas de acordo com cada organização social. É utilizado o termo “regime de gênero” em referência à encenação das relações em localidades menores, podendo ser confirmado o fato de que não se pode inferir uma uniformidade na abordagem de gênero no meio urbano e rural.

Connell (1987) propõe uma hierarquia de gênero claramente organizada, porém rejeita a visão de que as relações de gênero são fixas e estáticas. Ao contrário, ela afirma que resultam de um processo contínuo, e estão abertas a mudanças e desafios.

Em sua hierarquia, Connell (1987) usa “tipos ideais” estilizados de masculinidades e feminilidades. No topo da hierarquia está a **masculinidade hegemônica**. “Hegemônica” refere-se aqui ao conceito de hegemonia, ou seja, a dominância social de certo grupo, exercida não pela força bruta, mas por meio de uma dinâmica cultural que se estende para a vida privada e os domínios sociais. Assim, a masculinidade hegemônica é associada, principalmente, à heterossexualidade e ao casamento, mas também à autoridade, ao trabalho remunerado, à força e à resistência física.

Embora a masculinidade hegemônica se mantenha como uma forma ideal de masculinidade, apenas alguns homens conseguem cumpri-la. Um grande número de homens ainda tira vantagem da posição dominante da masculinidade hegemônica na ordem patriarcal. Esses são caracterizados como indivíduos que personificam a **masculinidade cúmplice**.

Em uma relação subordinada à masculinidade hegemônica, existem várias formas de masculinidades e feminilidades. Entre as **masculinidades subordinadas**, a mais relevante é a da masculinidade homossexual.

Connell (1987) argumenta que todas as feminilidades se formam em posições de subordinação à masculinidade hegemônica. Uma forma de feminilidade – a **feminilidade enfatizada** – é um complemento importante à masculinidade hegemônica, pois ela está voltada a acomodar os interesses e desejos dos homens e se caracteriza por obediência, carinho e empatia. Entre as mulheres que desenvolvem identidades e estilos de vida não subordinados, estão as que transgridem as normas sociais.

Ao se referir a esses tipos ideais, achou-se relevante buscar descrever e elencar categorias capazes de remeter ao modelo rural.

No meio rural, a masculinidade hegemônica é retratada através do patriarcado, caracterizado pela dominação masculina em várias instituições, sejam elas políticas, econômicas, sociais ou familiares. É marcada também pela valorização de um poder que repousa nas ideias e práticas historicamente sentidas pelas mulheres. Esse poder pode ser simbolizado na figura do pai, esposo ou até mesmo patrão, que é transmitida desde cedo uma imagem do homem como autossuficiente e independente.

Além dessas características descritas, os homens são marcados pela perspectiva da ação e da exposição no que se refere a seu corpo e a sua sexualidade. A forma diferenciada como homens e mulheres são socializados leva os primeiros a disporem de uma liberdade maior sobre sua sexualidade, apesar de todos os avanços atuais conquistados pelas mulheres. Nesse caso, a masculinidade hegemônica direciona ao homem a função de sustentar sua casa, sua companheira e sua prole a partir do dinheiro advindo de seu trabalho. Ele é considerado o chefe da família, o ponto hierárquico familiar mais alto.

A masculinidade, cúmplice por vezes, não exerce uma hegemonia, mas também não a questiona. Homens que recebem o benefício do patriarcado sem adotar uma versão forte da dominação masculina podem ser vistos como aqueles que adotaram uma cumplicidade masculina. Nesse caso, o agronegócio traz essa representação quando fazem a opção por empregarem pessoas do sexo masculino, considerando, dentre outras características, a força física.

Na masculinidade subordinada, as pessoas são marginalizadas em função de uma forma hegemônica de masculinidade. Os homens que confrontam os pressupostos heteronormativos, sofrem as sanções das “leis” sociais. No meio rural, essa forma de masculinidade pode estar diretamente associado à feminilidade resistente, retratada no papel da mulher que desenvolve identidade e características próprias, e encontra no companheiro subsídios para dividir as contas da casa, as tarefas domésticas, a vida social, política e comunitária.

Em contrapartida, a masculinidade hegemônica no meio rural encontra o “casamento perfeito” com as mulheres caracterizadas por feminilidades subordinadas, pois encontra na representação cultural a ênfase necessária para a relação de dominação simbólica.

A feminilidade enfatizada, embora encontre forte representação no meio rural, apresenta as transformações necessárias ao contexto contemporâneo, porém, ainda persiste o que é denominado de “matriz machista”, influenciando comportamentos e ações, não só no rural como também no urbano.

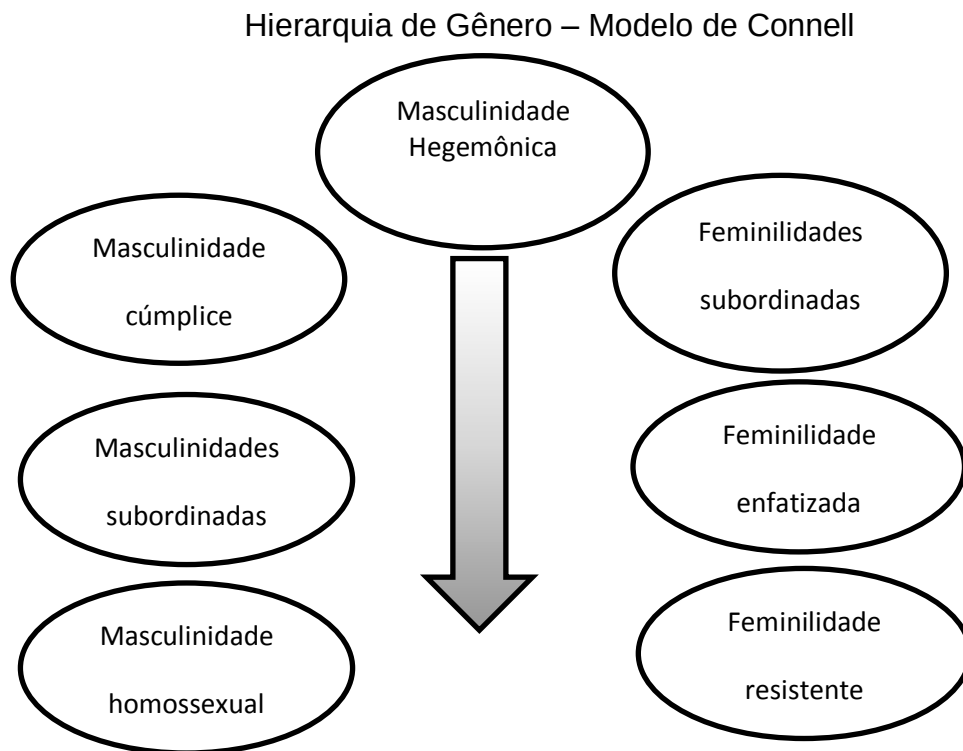


FIGURA 01: Hierarquia de Gênero – Modelo de Connell

FONTE: CONNELL, Robert. **Gender and power:** society, the person, and sexual politics. Stanford, CA: Stanford University Press, 1987.

A dimensão de gênero ainda é uma dimensão da desigualdade social no território rural, cujo reconhecimento se expressa na constatação de uma hierarquia no ser, ter e estar entre homens e mulheres, com reconhecimento da desvalorização, exploração, opressão e subordinação das últimas (BUARQUE, 2005).

Hierarquia de Gênero – Modelo de Connell / Adaptação para o modelo rural

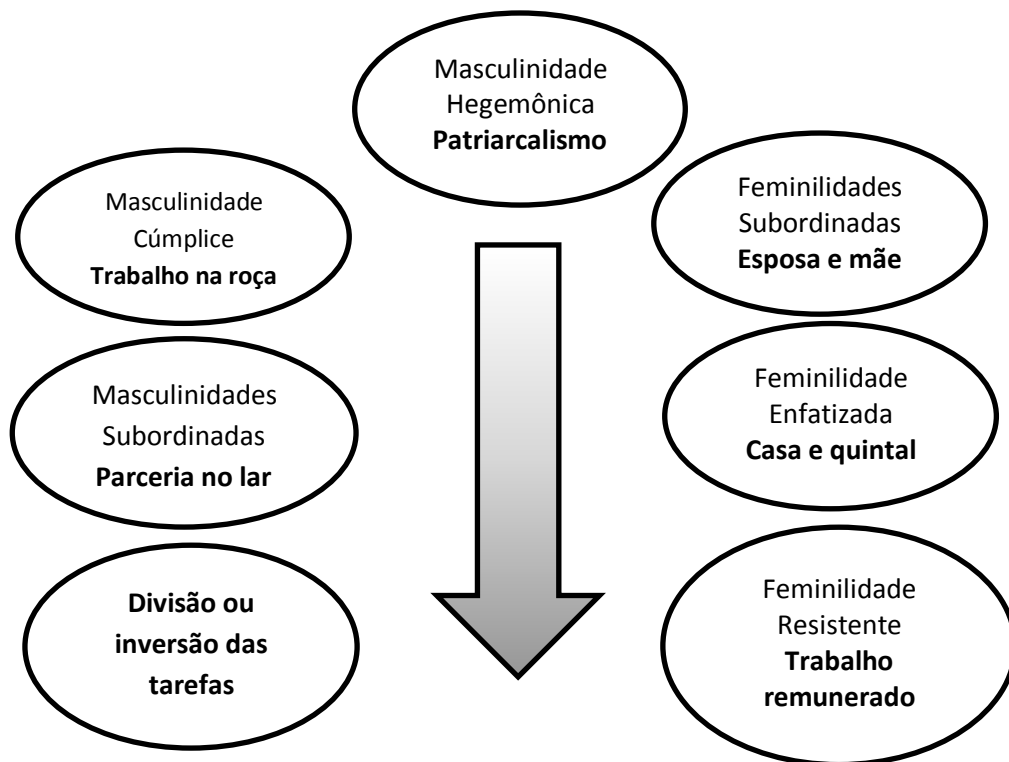


FIGURA 02: Hierarquia de Gênero – Modelo de Connell / Adaptação para o modelo rural
FONTE: CONNELL, Robert. **Gender and power:** society, the person, and sexual politics. Stanford, CA: Stanford University Press, 1987. Com adaptações.

A movimentação existente indica, positivamente, o crescimento da importância das questões de gênero no âmbito rural, principalmente quanto ao fato de as trabalhadoras mobilizarem-se para tomar as decisões sobre as próprias vidas, contrapondo-se aos fatos ocorridos no âmbito da construção patriarcal. Historicamente a direção de seus destinos é/era decidida a partir da tradição, da natureza e das perspectivas técnicas, teóricas e políticas que não reconhecem a dominação masculina e a opressão de gênero como componentes da organização social.

1.5 Indivíduos e sujeitos/atores sociais na concepção de Alain Touraine

No Livro *“O mundo das mulheres”*, Alain Touraine busca considerar o gênero enquanto um mecanismo capaz de transformar as formas nas quais os sujeitos se “sentem” e ocupam os lugares sociais. Embora pautasse suas discussões na

perspectiva identitária, Touraine tece contribuições para (re)pensarmos os processos de ressignificação dos sujeitos com base em suas ações cotidianas e não mais determinados por instituições sociais.

Touraine compartilha a visão de muitos outros autores de que se vive hoje um momento de profundas transformações, e seus trabalhos sugerem uma “sociologia da ação”, na qual os próprios sujeitos (compreendidos aqui enquanto agentes de ação) detêm o poder para “moldarem” seus futuros. Assim, prossegue ele:

Em um mundo em mudança permanente e incontrolável, não há outro ponto de apoio senão o esforço do indivíduo para transformar as experiências por ele vividas em construção de si mesmo como ator. Este esforço para ser um ator é o que denomino SUJEITO, que não se confunde nem com o conjunto da experiência nem com um princípio superior que o oriente e lhe dê uma vocação. O Sujeito não tem outro conteúdo senão a produção de si mesmo. Não serve a nenhuma causa, nenhum valor, nenhuma outra lei senão a sua necessidade e seu desejo de resistir a seu próprio desmembramento, em um universo em movimento, sem ordem nem equilíbrio. (TOURAINÉ, 2002, p. 21)

Nessa perspectiva, o sujeito é compreendido enquanto um agente combatente, engajado e crítico capaz de se libertar das amarras sociais. Essa libertação ocorre a partir dos embates por ele travados e garante a autonomia para sua reconstrução enquanto membro de determinado grupo ou sociedade.

Para Alain Touraine (2002) não se pode assumir o sujeito enquanto uma produção histórica, pelo contrário, o autor propõe a compreensão do “sujeito pessoal”, ou seja, um autor capaz de empreender transformações sobre si sem que se encontre aprisionado às grandes estruturas sociais. Para ele o momento histórico e a fonte de esperança que está se desenhando na sociedade atual, consubstancia-se essencialmente na noção de sujeito.

Para entender esse processo de transformação, Touraine (1997) considera necessário diferenciar o sujeito (capaz de ação e transformação) do indivíduo (um ser passivo e assujeitado às normas sociais). Para o autor, somente os sujeitos detêm a capacidade de voltarem-se para si em um processo para se desvencilhar das correntes normativas. Nesse sentido, o sujeito é empoderado:

enquanto autor de transformação social e ressignificação de sua própria vida, o afastando de uma analítica vitimizadora, na qual ele somente seria um produto passivo dos mecanismos sociais de assujeitamento (PRADO *et al.*, 2015, p. 86)

Para Touraine (1997), o indivíduo é aquele moldado pelos padrões sociais, sendo que ao indivíduo cabe a ordem dos direitos, dos deveres, da moralidade, é a parte que transita em concordância com as regras e instituições sociais. Em contraposição, o sujeito é aquele que se revolta contra essa situação, a partir da resistência na atitude de voltar-se a si, proveniente de uma visão não fatalista da realidade social.

A ideia que é pela interiorização das normas ou até dos constrangimentos que o indivíduo adquire consciência da sua própria liberdade (na medida em que esta só pode definir-se por referência a limites e proibições), enfraquece a ponto de desaparecer. (TOURAINÉ, 1997, p. 80).

Para ele, é somente através do processo de voltar-se para si mesmo que as pessoas libertam-se das amarras que as prendem.

Conforme Touraine (1997), o sujeito pessoal só pode formar-se desprendendo das comunidades demasiado concretas, que impõem uma identidade mais baseada em deveres que em direitos, mais na pertença que na liberdade. “O sujeito não é uma alma presente no corpo ou no espírito dos indivíduos. É a procura, pelo próprio indivíduo, das condições que lhe permitem ser o ator da sua própria história” (TOURAINÉ, 1997, p. 84). Não se trata, para o indivíduo, de se colocar a serviço de uma grande causa, mas, sobretudo, de reivindicar o seu direito à existência individual; o que exclui uma integração objetivamente comunitária e uma massificação, que integra o indivíduo numa ordem social hierarquizada, numa cultura de massa.

O sujeito é o desejo do indivíduo de ser ator e, para tornar-se sujeito, é necessário encarar a coragem solitária e posteriormente a força da ação coletiva. O sujeito só existe mobilizando e, sobretudo, lutando, indignando-se, tendo esperança, inscrevendo a sua liberdade pessoal em combates sociais e libertações culturais. O sujeito, ainda mais que a razão, é liberdade, libertação e recusa (TOURAINÉ, 1997).

Assim, Touraine (1997, p. 87) afirma que o sujeito evoca a ideia de luta social, semelhante à de consciência de classe, contudo enquanto esfera individual. O sujeito, portanto, configura-se como parte íntima de cada ser que possui como movimento a resistência, o confronto, o debate. Essa reconstrução só pode ser realizada se o indivíduo se reconhece e se afirma como sujeito, como criador de sentido e de mudança e também de relações sociais e de instituições políticas.

A ideia de sujeito tem as suas raízes na experiência vivida, porém, trata-se de uma inseparável dualidade: a experiência íntima do sujeito e as manifestações coletivas da afirmação e da defesa dos direitos deste. É na ligação da experiência pessoal e da ação coletiva que se encontram as possibilidades do sujeito sobreviver às amarras e ataques que o prendem.

É com demasiada frequência que Touraine (1997), em seus diversos argumentos, traz questionamentos que fazem refletir se vivemos em um mundo de sujeitos ou de indivíduos. Para ele, salvo algumas exceções, inviável manter-se o tempo todo na esfera do sujeito, pois a necessidade de convívio social nos impõe regras e condutas com que não concordamos por completo, mas devem ser seguidas para que a convivência em sociedade seja possível.

Veronese e Lacerda (2011), ao analisarem tal concepção de Touraine, afirmam que, para que se forme essa consciência de sujeito, são necessários três elementos básicos: 1) uma relação consigo mesmo enquanto ser individual, o que marca uma ruptura com a referência aos princípios universalistas – o sujeito é seu próprio fim; 2) o sujeito não se forma senão entrando conscientemente em conflito com as forças dominantes que lhe negam o direito e a possibilidade de agir como sujeito; 3) cada um enquanto sujeito propõe certa concepção geral de indivíduo.

A questão do conflito é de extrema importância na consolidação do sujeito. Quando a identidade é determinada pelo grupo ou pela sociedade ao qual o indivíduo pertence, dissipam-se as possibilidades de surgimento do sujeito. Sendo assim, as relações de poder caracterizam-se como elemento indispensável para que se possa analisar, compreender e transformar indivíduos em sujeitos. Neste sentido, a situação da mulher rural é uma situação de conflito e contradição. Se por um lado tem um importante papel produtivo e reprodutivo nas famílias, por outro esse trabalho, principalmente o produtivo, não tem reconhecimento e valorização social.

Ao propor uma análise social a partir da figura do sujeito, e não mais da história como personagem principal, Touraine assume uma postura relativista, eventualmente negando os discursos universalizantes que enfatizaram as grandes estruturas sociais. Ao mesmo tempo, ao caracterizar o sujeito como combatente, crítico e político, ele reconhece os avanços e a melhoria das condições das mulheres, produzindo inúmeros efeitos na sociedade e dando início a uma nova ordem social, porém é uma etapa constante e contínua na qual será percorrida na próxima seção.

1.6 A mulher enquanto sujeito de transformação

Visibilizar novas possibilidades de compreensão teórica sobre os processos de constituição dos sujeitos, bem como sua potencialidade de ação social, pode contribuir para a reflexão sobre o papel das mulheres na construção de condições de uma atuação humana crítica e transformadora, em que a condição feminina também possa ser analisada a partir da constituição de sujeitos aberto às possibilidades de transformação social.

Procura-se partir de reflexões evocadas pelo pensamento de Alain Touraine, das formas de superação das dicotomias sexo-gênero ou indivíduo-sujeito, bem como das hierarquias e desigualdades sociais. Faz-se necessário também analisar o contexto da mulher que assume uma postura crítica no que se refere ao rompimento com as normatizações, através da busca da construção dos sujeitos enquanto instrumento para a reconstrução de si.

Para Touraine, dentro desta perspectiva da formação de sujeitos, o “papel” das mulheres é central e é sob esta ótica que ele aborda a questão de gênero. Para ele, as normas de relacionamento entre mulheres e homens foram criadas com o objetivo de cimentar a hegemonia de um sistema social e sua reprodução, através da criação das famílias e no interior das quais se instala uma dominação masculina, fundada no controle masculino das formas sociais de reprodução da espécie e consequentemente da sociedade.

A “identidade” feminina por ele referida se processa no momento em que as mulheres assumem a condição de sujeitos.

“As mulheres, ao contrário dos homens, possuem maior capacidade de se portarem como sujeitos uma vez que, devido à omissão histórica a que foram submetidas, demonstram disposição para tornarem-se criadoras e conscientes sobre suas atuações sociais” (PRADO *et al.*, 2015, p. 89).

Se a dominação masculina está inserida no âmbito da sexualidade, as mulheres, ao tomarem o controle sobre os seus corpos, romperiam com essa dominação. Para Touraine (2007) a construção das mulheres como sujeitos começa através das lutas pela igualdade, mas somente se firma realmente com a reivindicação de sua diferença.

A ideia de sujeito nos faz entrar num mundo onde o ser humano, ao invés de mobilizar-se para conquistar dinheiro, poder ou celebridade – ou não importa quais outros tipos de bens materiais ou simbólicos – busca transformar a si mesmo. (TOURAINÉ, 2007, p. 183-184)

As mulheres, então:

[...] não são apenas vítimas, mas atrizes que consolidam suas funções com uma vitalidade raramente encontrável em outras categorias sociais [...] É por isso que eu defendo, com efeito, a ideia de que os debates e conflitos que giram em torno da situação, da ação e dos direitos das mulheres são os mais importantes na atualidade [...] Mas não existe nenhuma razão para imaginar que agora a inferiorização das mulheres pode ceder seu lugar à igualdade. As mulheres, hoje, têm mais capacidade do que os homens de se portar como sujeitos. E isso porque elas carregam consigo o ideal histórico de recompor o mundo e de superar os dualismos antigos, e porque assumem mais diretamente a responsabilidade com seu corpo, com seu papel de criadoras da vida, com a própria sexualidade. (TOURAINÉ, 2007, p. 191-192)

Touraine (1997) destina às mulheres as possibilidades de uma ação mobilizadora, pois elas foram a categoria humana mais concretamente e mais totalmente dominada. “Seria a partir da experiência do sofrimento e da omissão histórica que elas se tornam ‘mais’ capazes de proporem rupturas e mudanças nos modelos hegemônicos de dominação” (PRADO *et al.*, 2015, p. 94). Porém a transformação intermediada pelos sujeitos necessita levar em consideração a superação dos modelos estruturais erigidos em uma ótica machista e patriarcal. Através da tríade sujeito, ação coletiva e mobilização despontam-se as possibilidades de luta contra o enraizamento e perpetuação das ações excludentes na qual a mulher está inserida.

Percebe-se como se mostra importante o emergir do sujeito para as manifestações coletivas. Quando Touraine (2009) se refere ao sujeito, isto é, da construção como ator, é impossível separar o indivíduo da sua situação social.

É em termos de autor e de conflito social que se deve definir o sujeito: “ele não é um princípio que paira acima da sociedade nem o indivíduo na sua particularidade; ele é um modo de construção da experiência social, como o é a racionalidade instrumental” (TOURAINÉ, 2009, p. 248). Sabe-se da capacidade e das possibilidades de se construir um sujeito em cada indivíduo e isso abre amplas expectativas de mudança social que reaviva a esperança no presente e no futuro.

Defronte a diferenciação entre sujeito e indivíduo, agora é relevante entender a relação entre sujeito e ator, dois conceitos cujos sentidos não podem ser

separados ou desconectados. “Sujeito é o desejo de ser ator, e o ator é sempre ‘social’, não um ator no vazio” (TOURAINÉ; KHOSROKHAVAR, 2004, p. 35). Entender a relação entre sujeito e ator é fundamental, pois só se torna ator quem é sujeito e o sujeito somente torna-se completo ao se tornar ator. O ator não se restringe a uma relação social, pois também integra relações interpessoal e intrapessoal.

Diante de tais distinções, “o ator não é aquele que age em conformidade com o lugar que ocupa na organização social” (TOURAINÉ, 2002, p. 220), pois isso qualquer indivíduo, com certa formação para ocupar esse lugar, consegue realizar. Ator, por conseguinte, é “aquele que modifica o meio ambiente material e, sobretudo social no qual está colocado, modificando a divisão do trabalho, as formas de decisão, as relações de dominação ou as orientações culturais” (TOURAINÉ, 2002, p. 220-221).

Com essa distinção de noções de indivíduo, sujeito e ator, Touraine (2002) traz concepções da vida pessoal, enfatizando a necessidade de formar-se um sujeito-no-mundo com responsabilidades consigo e com a sociedade, sem deixar-se identificar pelo grupo ou coletividade, mas atuando como indivíduo integrado enquanto ator social num projeto coletivo. As noções de sujeito, ator, movimento social, autoafirmação são inseparáveis, pois, para Touraine (2002), o processo de formação do sujeito não pode ser realizado individualmente, mas através da interlocução com outras pessoas. É justamente através deste caráter não individualista do processo de subjetivação que é estabelecida a ligação entre a noção de sujeito e o que se refere aos movimentos sociais.

Sem esta passagem para o movimento social, o sujeito corre o risco de dissolver-se na individualidade; sem este recurso a um princípio não social de ação na vida social, a ideia de movimento social cai na tentação alienante de se conformar com o sentido da história. Não existe sujeito sem engajamento social; não existe movimento social sem apelo direto à liberdade e à responsabilidade do sujeito. (TOURAINÉ, 1998, p. 302)

Porém, constituir-se ação coletiva não é tarefa fácil, assim como não é fácil libertar a ideia de sujeito das grandes tradições de pensamento e de ação que lhe deram as suas formas históricas, mas, a partir da luta coletiva e dos movimentos sociais, é possível vislumbrar uma ordem social nova, considerando a defesa da liberdade, da segurança e da dignidade humana.

1.7 Novos atores, “grandes” movimentos sociais

Picolotto (2007) afirma que, na perspectiva do *modelo clássico*, os movimentos sociais eram mobilização de massas em luta constante por mudança social, que se mobilizavam em períodos de crises do capitalismo ou de grandes setores da economia. Na sua concepção, estas mobilizações por si sozinhas não poderiam alcançar um nível organizacional e de consciência de classe que as pudesse libertar, seria necessário ainda trabalhar as condições subjetivas para que fosse possível construir a Revolução.

Com o passar do tempo, essa forma de conceber os movimentos sociais (*modelo clássico*) perdeu, em grande medida, sua aplicabilidade teórica e prática. A partir dos anos 70, passaram a ser produzidas novas formas de impulsionar a mobilização dos atores sociais, observando-se os elementos culturais, a união, as lutas sociais cotidianas, os processos de identidades, etc.

Touraine (1977) apud Picolotto (2007) propõe que o conceito atual de movimento social implica a combinação de três princípios, a saber: um princípio de identidade (que é a definição do ator por ele mesmo); um princípio de oposição (o ator identifica um adversário); e um princípio de totalidade (que é a participação no sistema de ação histórica). Dessa forma, o que caracteriza a existência dos movimentos sociais são os três elementos derivados destes princípios: o ator, seu adversário e o que está em jogo no conflito.

Quando se refere a movimento social, Touraine (2009) o conceitua como o esforço de um ator coletivo para se apossar dos “valores”, das orientações culturais de uma sociedade, opondo-se à ação de um adversário ao qual está ligado por relações de poder. Para ele, um movimento social é, ao mesmo tempo, um conflito social e um projeto cultural.

A definição de movimento social só é útil se permite pôr em evidência a existência de um tipo muito particular de ação coletiva, aquele tipo pelo qual uma categoria social, sempre particular, questiona uma forma de dominação social, simultaneamente particular e geral, invocando contra ela valores e orientações gerais da sociedade, que ela partilha com seu adversário, para privar este de legitimidade. (TOURAINE, 2003, p. 113)

Atualmente existem no espaço público inúmeras ações caracterizadas como novos movimentos sociais. Mas, com exceção de algumas influências e objetivos muito particulares, as novas contestações não visam criar um novo tipo de sociedade, mas “mudar a vida”, defender os direitos à livre escolha de um estilo e de uma história de vida pessoais, porque a consciência moral, que está no interior desses novos movimentos, está mais intimamente ligada à defesa da identidade e da dignidade daqueles que lutam contra uma opressão extrema do que as estratégias político-sociais da superestrutura global.

Para Touraine (2009) os novos movimentos sociais mobilizam princípios e sentimentos, falam mais de uma autogestão que de história, e mais de democracia interna que de tomada de poder. Ele afirma que “não há construção do sujeito possível fora da referência a uma tal ação coletiva” (TOURAINÉ, 1997, p. 110), pois a ideia de sujeito se liga à ideia de movimento social, e não há movimento social possível fora da vontade de libertação do sujeito. O ator social é portador do sujeito também nas suas relações interpessoais, nas relações sociais, nas instituições políticas e nas formas de ação coletiva.

A partir dos referidos conceitos e questionamentos, confirma-se a hegemonia de Touraine no que se refere à abordagem analítica sobre os novos movimentos sociais, único dentre tantos autores a ter refletido diretamente sobre a América Latina. Sua teoria foi aplicada para explicar o surgimento de “novos atores” e “novos movimentos sociais” nas periferias dos grandes centros urbanos ao longo dos anos 1980.

Alonso (2009) afirma que Alain Touraine, Jürgen Habermas, Alberto Melucci são considerados os principais teóricos dos Novos Movimentos Sociais. São todos críticos da ortodoxia marxista, e embora cada qual tenha sua própria teoria da modernidade, compartilham mais ou menos o mesmo argumento central.

Mas o que seriam esses novos movimentos sociais? Conforme os autores, a partir de uma perspectiva histórica, ao longo do século XX, uma mudança macroestrutural teria alterado a natureza do capitalismo, cujo centro teria deixado de ser a produção industrial e o trabalho. Uma nova sociedade se vislumbraria, dando lugar também a novos temas e agentes para as mobilizações coletivas.

Após os anos 1960, teria se formado um novo padrão de sociedade, na qual a indústria e o trabalho teriam perdido centralidade, que Touraine inicialmente chama de “sociedade programada” e depois de “sociedade pós-industrial”. A dominação

teria se tornado eminentemente cultural, feita por meio do controle da informação por uma tecnocracia. Técnica e cultura passariam a fundir-se, fazendo com que os conflitos, antes restritos ao plano econômico, avançassem para a vida privada (família, educação, sexo) e ganhassem dimensões simbólicas.

De acordo com Alonso (2009), as novas mobilizações não teriam uma base social demarcada. Seus atores não se definiriam mais por uma atividade, o trabalho, mas por formas de vida. Os “novos sujeitos” não seriam, então, classes, mas grupos marginais em relação aos padrões de normalidade sociocultural.

Os movimentos sociais nasceriam na sociedade civil e, portadores de uma nova “imagem da sociedade”, tentariam mudar suas orientações valorativas. Os movimentos sociais aparecem, então, como o novo ator coletivo, portador de um projeto cultural. Em vez de demandar democratização política ao Estado, demandariam uma democratização social, a ser construída não no plano das leis, mas dos costumes; uma mudança cultural de longa duração gerida e sediada no âmbito da sociedade civil. (ALONSO, 2009, p. 61)

Os novos movimentos sociais seriam, então, formas de resistência à:

“colonização do mundo da vida, reações à padronização e à racionalização das interações sociais e em favor da manutenção ou expansão de estruturas comunicativas, demandando qualidade de vida, equidade, realização pessoal, participação, direitos humanos” (HABERMAS, 1981, p. 33).

Assim, os novos movimentos sociais estão diretamente relacionados a formas autogestionárias, novos modelos participatórios e a criação de “contrainstituições”, protegidas da influência dos partidos de massa, da indústria cultural e da mídia, nas quais a comunicação livre fosse possível, sempre voltado para a afirmação de identidades e para a preservação da autonomia.

Nesse viés “os novos movimentos sociais seriam, então, formas particularistas de resistência, reativas aos rumos do desenvolvimento socioeconômico e em busca da reapropriação de tempo, espaço e relações cotidianas” (ALONSO, 2009, p. 64). Podem ser assim caracterizados como uma ação contínua e contraditória, contando sempre com mediações entre comportamentos individuais e o fenômeno coletivo.

Mas Melucci (1988) traz importantes questionamentos que ele caracteriza ao integrar o problema principal: Como um ator coletivo é formado ou quais relações e processos levam os indivíduos a se envolverem coletivamente numa ação política?

Para ele, os atores construiriam a ação coletiva, à medida que se comunicam, produzem e negociam significados, avaliam e reconhecem o que têm em comum, tomam decisões. Assim, “a identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada produzida por numerosos indivíduos e relativa às orientações da ação e ao campo de oportunidades e constrangimentos nos quais a ação acontece” (MELUCCI, 1988, p. 342).

Melucci (1988) aposta na tese de que relações ou organizações já existentes facilitam o engajamento, enfatizando as redes de relacionamento em detrimento às estruturas de organização. Para ele as redes de relacionamento são capazes de construir a motivação para a ação coletiva. Suas concepções permitem avançar na compreensão da “formação do movimento”, ao descortinar os motivos que levam os indivíduos a participarem de um movimento e as influências das condições político-ideológicas de um determinado contexto. Seu enfoque situa-se mais ao nível microsocial, ao contrário de Touraine, por exemplo, que privilegia sistemas macrosociais.

Indivíduos agindo coletivamente ‘constroem’ suas ações por meio de investimentos ‘organizados’; isto é, eles definem em termos cognitivos o campo de possibilidades e limites que percebem, enquanto, ao mesmo tempo, ativam suas relações de modo a dar sentido ao seu ‘estar junto’ e aos fins que perseguem. (MELUCCI, 1988, p. 332)

Para Melucci (1994), além das “organizações formais”, existe também uma rede de relações informais que conectam “núcleos de indivíduos” e grupos para uma participação mais ampla. Estas mudanças organizacionais apontam para uma crescente autonomia face aos sistemas políticos tradicionais e uma crescente valorização de ações autônomas.

Eu diria que me interesso pela dimensão pessoal da vida social porque estou convencido de que as pessoas não são simplesmente moldadas por condições estruturais. Elas sempre se adaptam e dão um sentido próprio às condições que determinam as suas vidas. [...] eu sempre tive um interesse profundo pelas estruturas emocionais porque não me considero apenas um indivíduo racional. (MELUCCI, 1994, p. 153)

Assim, para o autor os movimentos sociais contemporâneos apresentam-se mais como “redes de solidariedade” com fortes conotações culturais do que como movimentos classistas. Essa característica os diferencia dos atores políticos ou das

organizações formais. A identidade coletiva não é um dado ou uma essência do movimento, como atribui Touraine, mas “um produto de trocas, negociações, decisões, conflito entre os atores” (MELUCCI, 2001, p. 23).

Pode-se dizer, então, que a constituição e a disseminação de identidade coletiva é resultado de um processo de orientações internas do sujeito, do ator social e das relações que estabelecem com outros atores, desse modo, os movimentos promovem mudanças na cultura e nos sistemas simbólicos dominantes, através da assimilação de novas linguagens e valores.

Partindo da concepção de que uma mudança macrosocial teria gerado uma nova forma de dominação, eminentemente cultural (por meio da tecnologia e da ciência) acarretando mudanças nas subjetividades e uma nova zona de conflito, Touraine, Habermas e Melucci têm teorias particulares - mas confluem para o mesmo postulado - o da especificidade dos movimentos sociais da segunda metade do século XX.

As reivindicações teriam se deslocado dos itens redistributivos, do mundo do trabalho, para a vida cotidiana, demandando a democratização de suas estruturas e afirmando novas identidades e valores. Estaria em curso uma politização da vida privada. (ALONSO, 2009. p. 66)

Os movimentos de classe dariam lugar, assim, a novos movimentos expressivos, simbólicos, identitários.

Para Alonso (2009) os novos movimentos sociais seriam, então, antes grupos ou minorias que grandes coletivos. Suas demandas seriam simbólicas, girando em torno do reconhecimento de identidades ou de estilos de vida. Não se dirigiriam prioritariamente ao Estado, mas à sociedade civil, almejando mudanças culturais ao longo prazo.

Castells (1999) é categórico ao afirmar que esses movimentos foram essenciais para a remodelação da sociedade atual. Sua importância reside principalmente nos códigos culturais de liberdades individuais que foram produzidos e que se expandiram, transformando alguns domínios da experiência humana.

Para os autores supracitados, na sua essência tais movimentos são muito menos políticos que culturais, marcados pelo objetivo central de mudar a vida e não tomar o poder. Assim, servem como fundamento para questionar as bases sociais, indagando os valores estabelecidos, e principalmente, levantaram-se contra o

patriarcalismo, abrindo uma crise na família tradicional e nos valores que organizaram a sociedade durante séculos.

Castells (2002) sugere que a construção de identidades coletivas está fortemente atrelada a identidades de resistência, criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação; assim, dá origem a formas de resistência coletivas diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável. Castells (2002) faz referência também à identidade de projeto, quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance constrói uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade.

Castells, atento a estas especificidades da ação coletiva na sociedade, define movimentos sociais nos seguintes termos: “são ações coletivas com um determinado propósito cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade” (CASTELLS, 2002, p. 20). Picolotto (2007) corrobora com tais argumentos quando afirma que nos processos de construção de comunidades de resistência está o alvorecer de sujeitos que se configuram como os principais contrapontos ao fenômeno da globalização, ou em suas palavras, são “os sujeitos potenciais” da atualidade e do desenvolvimento.

Defronte aos referidos argumentos, infere-se que as ações coletivas surgem como possibilidades de romper com a moral que herdamos das formas anteriores de sociedade, baseada em princípios universais e em fundamentos sólidos, que definiam as regras a seguir e os deveres sociais, nos dizeres de Touraine (1997, p. 113) “Aquilo que chamo ‘o sujeito’ não pode existir se não for a afirmação da liberdade de um ser situado dentro de relações sociais, de relações de dominação, de um ambiente cultural e técnico”.

Para Melucci (2001), a existência de movimentos sociais constituídos por si sozinhos já produz alterações nos sistemas. Porém Castells (1999), afirma a importância das organizações alternativas para construir um projeto societal capaz de instrumentalizar sujeitos e de redefinir sua posição na sociedade.

É neste último argumento que se apoia a pesquisa em questão. Será possível a formação do sujeito extrapolar a campo da subjetividade e criar identidades de resistência capazes de romper paradigmas individuais e coletivos?

Para Gohn (2010) os movimentos sociais constituem-se como sujeitos sociopolíticos, já que eles foram, e ainda são, as bases de muitas ações coletivas no

Brasil. Na sua concepção, eles detêm um saber, decorrente de suas práticas cotidianas, passíveis de serem apropriadas e transformadas em força produtiva, além de serem portadores de identidades, subjetividades e projetos coletivos.

No que se refere a organizações coletivas, Gohn (2010) explicita a organização feminina e cristaliza a sua afirmação de que a participação feminina em diferentes mobilizações tem construído ações e buscado unir categorias sociais capazes de criar sujeitos sociais coletivos engajados nos movimentos.

Essa possibilidade de vencer essa colocação “invisível” no mundo só pode ser rompida através do embate com os modelos locais, globais e as relações sociais estabelecidas. Pois, “esses grupos não anunciam uma pura resistência ou exterioridade, em busca de um mundo alternativo radicalmente diferente, mas sim numa posição de busca de formas politicamente enriquecidas de alteridade” (ESCOBAR, 2004, p. 643).

Esses movimentos de luta individual e coletiva projetam-se no sentido de transformações orientadas para estratégias sustentáveis e pluralistas de construção de mundo. Um mundo em que a mulher não seja apenas expectadora, mas consiga ser sujeito e autora das ações de reconfiguração social.

1.8 Movimento feminista e suas representações sociais

O Feminismo (do latim femīna, significa “mulher”) é difundido como conceito no século XIX, caracterizado como movimento social, filosófico e político, que traz a luta pela igualdade de gêneros e a participação da mulher na sociedade como sua bandeira de destaque.

O movimento feminista traz exemplos de um caminho traçado entre a busca pelos direitos das mulheres e a conquista da igualdade. Além disso, são retratados como movimentos políticos, porque buscam a participação ativa de mulheres nas realidades da sociedade, podendo ser definido também como movimentos intelectuais que, por meio de teorias e pesquisas, buscam provar que não existem diferenças entre a capacidade de homens e mulheres (PINTO, 2010).

A história dos movimentos feministas modernos no ocidente é compreendida por momentos distintos:

A primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo o direito ao voto a primeira grande causa (PINTO, 2010).

No Brasil, a primeira onda do feminismo também se manifestou mais publicamente por meio da luta pelo voto. De acordo com Pinto (2010) as sufragetes brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, trazendo os anseios e as expectativas do exercício da democracia através do voto.

Na década de 30, este feminismo inicial perdeu forças em diversas partes do mundo, inclusive na Europa, Estados Unidos e também no Brasil. Já na década de 60, com as aparentes transformações mundiais e um cenário propício para o surgimento dos movimentos libertários, a Europa e os Estados Unidos se destacam principalmente pela luta por causas identitárias, o que não foi possível no Brasil, haja vista a dinâmica ditatorial vivenciada nesse período.

O regime militar e a extensão das suas limitações e proibições serviram como pano de fundo para as primeiras manifestações feministas no Brasil - década de 1970. Assim, o movimento feminista brasileiro vai se reafirmando com posicionamento contra o regime em questão.

Se por um lado as mobilizações de mulheres visibilizavam as formas de resistência à ditadura; por outro, as questões ligadas à ordem de gênero, dificultava o engajamento político, impetrando às mulheres um papel secundário na política (SARTI, 2004), ainda que não sistematizada em bandeiras chamadas feministas.

Foi em 1975, declarado pela Organização das nações Unidas - ONU como o Ano Internacional da Mulher, que foi possível imprimir maior visibilidade ao feminismo. Debates feministas, antes tímidos, passaram a ser mais explícitos – como exemplo, nessa época duas revistas feministas de caráter militante foram criadas, Brasil Mulher e Nós Mulheres (ZIRBEL, 2007).

De acordo com Sarti (2004), diversos fatores foram cruciais para que a partir da década de 1980 o movimento feminista ampliasse sua força social e política. Dentre tais fatores, destaca-se a pluralização e a fragmentação do movimento, que vai se desdobrando em diferentes frentes; a criação de espaços institucionais, propiciando a integração à agenda política do país de políticas públicas voltadas para mulheres e gênero; e a necessária consolidação e expansão de um campo de

pesquisas na área de mulheres e gênero, o que possibilitou maior visibilidade a partir de discussões acadêmicas.

Todas essas transformações inseriram as discussões do movimento feminista a questões mais locais, “localizadas na esfera da subjetividade, do privado, do desvendamento dos lugares onde as mulheres atuavam, como a casa, o doméstico, as relações sexuais” (OLIVEIRA, 2006).

Nesse viés, permanece em voga a atuação pública das mulheres, com investimentos na organização política, e forte influência nas políticas públicas, porém elas passaram a atuar também no contexto da subjetividade, com as relações interpessoais, tendo no mundo privado seu campo privilegiado.

Vale lembrar que essas diferentes tendências vêm fortificar e expandir as bandeiras de luta do movimento feminista. Nesse caso, a fragmentação vem retratar as realidades e necessidades de mulheres plurais, que trazem a luta contra todas as formas de discriminação e a busca de ações e estratégias para implantar formas mais justas de convivência humana.

A década de 1980 foi propícia à organização de diversos grupos autônomos de mulheres que se organizaram na luta por questões específicas, sob a influência do pensamento feminista. Como destaque, pode-se erigir o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA). Esse movimento dedicou-se a questões referentes à “saúde, licença maternidade e implementação de benefícios previdenciários como aposentadoria e outros já assegurados às trabalhadoras urbanas, além do reconhecimento do trabalho da mulher rural e sua integração individual nos sindicatos e cooperativas” (STEPHEN apud PAULILO, 2000, p. 3).

Do exposto, as convergências se firmam a partir do cruzamento das questões “micro” (localizadas na esfera da subjetividade e do privado) e das questões “macro” (ligadas às políticas públicas, às relações sociais e à conjuntura do país), discutidas e problematizadas, através de fóruns, onde as mulheres são convidadas a participar, decidir, delegar e organizar suas estratégias de trabalho e intervenção social (ZIRBEL, 2007).

A redemocratização fez com que o feminismo no Brasil ampliasse a luta pelos direitos das mulheres. Há inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões tratando de uma amplitude de temas – violência, direito ao trabalho, direito à terra, contra o racismo, orientação sexual, dentre outras. Esses grupos, na maioria das vezes, se faziam presente nos bairros pobres e favelas, lutando por educação, saneamento,

habitação e saúde. Assim, apesar de ter origens na classe média intelectualizada, o movimento feminista teve uma interface com as classes populares, o que provocou novos discursos e ações em ambos os lados.

É fato inconteste que grande parte do movimento de mulheres no Brasil, sobretudo as mulheres rurais, não apresenta características marcadamente feministas, mas, apesar das particularidades, as lutas firmadas, muitas vezes tendo como fundamento o trabalho familiar na unidade de produção, estão associadas à conquista e à garantia dos direitos das mulheres em geral.

A grande vantagem está no fato de que a totalidade que envolve o trabalho dessas mulheres, ao sair da esfera da unidade familiar de produção, articula-se à comunidade e ao território para alcançar esferas mais amplas. Assim, as mulheres, quando organizadas, conseguem articular experiências nos espaços micro e macro, voltadas às dimensões: econômica, social, cultural, ambiental e política. Adquirem formas de dialogar com o Estado nas três instâncias de poder, explicitando o desafio de consolidar as experiências contra a ofensiva neoliberal e a defesa dos seus territórios e identidades.

1.9 O Movimento Agroecológico e as mulheres

Quando tratamos de mulheres do campo e movimentos se faz necessário apresentar o movimento agroecológico que afirma em sua pauta a ideia de que “sem feminismo não há agroecologia”.

A Agroecologia se origina da crítica realizada ao modelo de desenvolvimento agrícola baseado nos agroquímicos. Rachel Carsons faz denúncia sobre a utilização de agroquímicos no livro “a primavera silenciosa” que é considerado um marco do movimento ambientalista. O termo agroecologia já havia sido cunhado nos anos de 1930/40 para designar no campo acadêmico científico os estudos relacionando ecologia e agronomia. Para Gliessman (2000) a agroecologia origina-se da junção entre ecologia e agronomia, e é influenciada pelos sistemas tradicionais de cultivo indígenas e camponeses.

Miguel Altieri (2001) considera que agroecologia é a ciência que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas para assim permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade.

Para ele, a Agroecologia proporciona as bases científicas para apoiar o processo de transição para uma agricultura sustentável nas suas diversas manifestações e/ou denominações.

A definição de Guzmán considera a agroecologia como

manejo ecológico de los recursos naturales a través de formas de acción social colectiva, que presentan alternativas al actual modelo de manejo industrial de los recursos naturales, mediante propuestas, surgidas de su potencial endógeno, que pretenden un desarrollo participativo desde los ámbitos de la producción y circulación alternativa de sus productos, intentando establecer formas de producción y consumo que contribuyan a encarar la crisis ecológico y social, y con ello a enfrentarse al neoliberalismo y la globalización económica.(SEVILLA-GUZMÁN, 2001:11)

Complementar à noção de agroecologia de Altieri, Guzmán ressalta o papel político da agroecologia, desenhando-a como um campo que agrega o acadêmico-científico, os movimentos sociais, os agricultores e agricultoras.

A sustentabilidade na agricultura, proposta pela agroecologia passa pelo reconhecimento do trabalho das mulheres. Nesse sentido, as mulheres têm ocupado um importante papel no movimento agroecológico, tanto na sua dimensão científica, como nos movimentos sociais.

O movimento agroecológico a partir dos anos 2000 passa a construir o Encontro Nacional de Agroecologia - ENA. O I ENA é realizado em 2002 no Rio de Janeiro e reuni a diversidade dos que fazem a agroecologia no Brasil – Pesquisadores, professores, agricultores, movimentos sociais rurais e organizações de trabalhadores.

No IV ENA, realizado em Belo Horizonte - MG, em maio de 2018, as mulheres fortaleceram e expandiram o lema “Sem feminismo não há Agroecologia”. Foram realizadas atividades diversas centradas na questão das mulheres. A carta política do IV ENA (2018) “reafirma a agroecologia como uma alternativa para a superação do modelo de desenvolvimento agrícola e abastecimento alimentar ambientalmente predatório e socialmente injusto que permanece dominando as orientações políticas do Estado brasileiro.” (ANA,2018).

A carta política do IV ENA contextualiza a situação política do Brasil e os retrocessos em relação aos direitos e em relação às mulheres, sendo que:

O IV ENA foi uma demonstração inequívoca do crescimento do movimento agroecológico no Brasil. Antes de tudo, esse crescimento é uma conquista

das lutas populares pela democratização do Estado e da sociedade brasileira. Nosso Encontro mostrou a força da luta das mulheres contra o patriarcado e o machismo. Sob o lema “Sem feminismo não há agroecologia”, na luta contra a invisibilidade e a violência, as mulheres vêm conquistando seus espaços de direito, fazendo suas vozes e anseios ecoarem cada vez mais alto, elevando o movimento agroecológico a um novo patamar na luta pela democracia. Com firmeza, as mulheres negras afirmaram o quanto ainda é mais cruel a violência sofrida por elas e apontam a urgente necessidade de que o movimento agroecológico levante a bandeira “Se tem racismo não há agroecologia” (ANA, 2018)

O movimento feminista e a agroecologia vêm pautando a questão do reconhecimento e valorização do trabalho da mulher do campo, visando construir estratégias de fortalecimento do movimento de mulheres. No IV ENA o lema “Sem feminismo não há Agroecologia” dialogou também com a ideia “Agroecologia e Democracia: unindo campo e cidade” na constatação e enfrentamento do patriarcalismo e opressão vivenciado por grande parte das mulheres do campo.

CAPÍTULO 2

A MULHER RURAL ENQUANTO SUJEITO INDIVIDUAL E COLETIVO

Com relação ao Brasil, que o diga o ditado: “Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”; ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual pela mulata.

Gilberto Freyre, Casa Grande e Senzala

A partir do momento que se considera a diferença, torna-se inegável o fato de que existe uma condição de subordinação que é estrutural e histórica, é um processo que se faz presente principalmente no ambiente rural brasileiro, porém o desafio está em problematizar e nos perguntarmos se “a vida só pode ser dessa forma?”, “não existe outro jeito de vivermos?”.

Pois bem, para entendermos tal processo, faz-se necessário erigirmos algumas categorias analíticas para “dialogarmos com a empiria”.

O entendimento desse processo está ligado à noção de gênero e relações de poder, conforme apresentado no capítulo anterior. O conceito de gênero traz a possibilidade de buscar uma diferenciação entre homens e mulheres diante das práticas sociais específicas em diferentes esferas, como por exemplo, na família, na política, nas relações de trabalho, isto é, nos espaços da produção e da reprodução³. Dessa forma, a utilização de tal conceito expõe a oposição entre homens e mulheres, ao mesmo tempo em que lhe dá sentido, ao considerar como elemento constituinte e significante às relações de poder.

Relações de poder podem ser facilmente observadas nas marcas patriarcais, presentes em todo o processo histórico e arraigado no cotidiano de grande parte das mulheres, independente dos fatores que as distingue.

³ Na visão histórica, Marx analisou que as relações de produção são caracterizadas de acordo com as formas que os homens se organizam para produzir. A produção pode variar a partir do grau de desenvolvimento das forças produtivas. Produzir a vida através do trabalho é uma relação dupla: por um lado é uma relação natural, e por outro é social. Cada modo de produção e reprodução encontrar-se-á ligado a uma modalidade produtiva, a um tipo específico de cooperação inserido naquele período histórico.

Para Weber (1999) o patriarcalismo é um tipo de poder - ideal - relacionado à dominação tradicional⁴, apresentado na sua mais pura forma e que transgride as barreiras do tempo. A tradição pode ser considerada uma das mais fortes instituições na sociedade, válida desde sempre e imemorial, o que dificulta sua contestação. Esse tipo de poder perdura com mais intensidade em localidades mais afastadas, onde a modernização e o surgimento de novos hábitos encontram dificuldades de expansão.

Se há um tipo de modalidade da relação de poder que é inquestionável por excelência é a do poder patriarcal⁵, uma vez que, historicamente, não havia possibilidade de a autoridade paterna ser questionada nem por intermédio da justiça.

É a autoridade pessoal que fundamenta as relações de poder na dominação patriarcal, garantida pela sujeição cuja forma de dominação, assemelha-se à escravidão.

Na historiografia brasileira, a ideia de família patriarcal é tratada na obra de Gilberto Freyre, como resultante da sociedade colonial no Brasil, que se desenvolveu com base na sociedade agrária, escravidão e latifúndio, sendo patriarcal, aristocrática, monocultora e escravocrata.

Em casa-grande e senzala Freyre considera que,

no Brasil iniciaram os portugueses a colonização de larga escala dos trópicos por uma técnica econômica e por uma política social totalmente nova (...) com o aproveitamento de gente nativa, principalmente da mulher, não só como instrumento de trabalho, mas como elemento da formação da família. (FREYRE, 2002, p.165)

Resultado da ação persistente desse sadismo, de conquistador sobre conquistado, de senhor sobre escravo, parece-nos o fato, ligado naturalmente à circunstância econômica da nossa formação patriarcal, da

⁴ A ideia de tipo ideal foi construída por Max Weber. São modelos conceituais para compreensão do mundo, eles não existem de forma pura na realidade, são “intensificações”. São instrumentos de pesquisa que permitem uma aproximação mais objetiva da realidade, permite comparar teoria e realidade.

Denomina-se uma dominação tradicional quando uma legitimidade repousa na crença na santidade de ordens e poderes senhoriais tradicionais (“existentes desde sempre”). Determina-se o senhor (ou vários senhores) em virtudes de regras tradicionais. A ele se obedece em virtude da dignidade pessoal que lhe atribui tradição (WEBER, 2009, p. 148).

⁵ Weber chama de poder patriarcal a situação em que, dentro de uma associação (doméstica), muitas vezes primordialmente econômica e familiar, a dominação é exercida por um indivíduo determinado (normalmente) segundo regras fixas de sucessão (WEBER, 2009, p. 151).

mulher ser tantas vezes no Brasil vítima inerme do domínio ou do abuso do homem; criatura reprimida sexualmente e socialmente dentro da sombra do pai ou do marido (...). (FREYRE, 2002, p. 195)

Essa associação feita por Freyre entre rural/formação patriarcal/submissão da mulher/função reprodutora emoldura as origens histórico-sociais da submissão da mulher no Brasil e também do papel da mulher rural nesse contexto.

Para Buarque e Santos (2001), o patriarcado é um sistema de dominação em que o homem é o centro da sociedade e as relações sociais são determinadas pela opressão e subordinação da mulher, por meio do controle de sua capacidade reprodutiva, da sua sexualidade, da sua capacidade de trabalho e da interdição do seu acesso ao poder.

Essa opressão do patriarcalismo – típico da sociedade brasileira - explora e invisibiliza o trabalho da mulher, conforme apresentado anteriormente por Freyre. Isso reafirma a premissa de que a questão da opressão feminina já estava colocada pelos intérpretes clássicos do Brasil anteriormente à construção da teoria feminista. Na verdade a importância histórica da mulher na formação do Brasil é destacada, mas não valorizada, e por vezes, ficando apenas no campo da constatação.

A subordinação feminina no Brasil tem fortes variáveis, como classe, raça e lugar de origem – rural. A teoria feminista tem contribuído para discutir esta constatação, ante a notável evidência de discriminações contra as mulheres, produto das relações de gênero, ou, em outras palavras, de relações patriarcais que se perpetuaram no Brasil desde a colônia, e que ainda se sustentam na vida contemporânea. Sem dúvida esta herança representa um dos motivos pelos quais ainda hoje existem mulheres que se submetem às vontades e desejos do domínio masculino, seja do pai, marido, avô, padrasto, cunhado e/ou filho.

Como já tínhamos apontado, relações de gênero e relações de poder correspondem a categorias analíticas similares. Com todos os avanços da sociedade contemporânea,

muitas mulheres não podem decidir suas vidas, e ainda não se constituem enquanto sujeitos, não exercem o poder e principalmente, não acumulam, mas reproduzem este poder, não para elas mesmas, mas para aqueles que de fato controlam o poder. (OLIVEIRA, 2006, p. 23)

Isso confirma que, apesar das diferenças de classe, raça e cultura, as relações de gênero são desiguais e mantêm a mulher subjugada e alguns aspectos

derivados da condição de subordinação são comuns a todas elas. Exemplo disso pode ser confirmado no controle masculino do trabalho das mulheres, que resulta numa distribuição desigual dos recursos, podendo ser caracterizado também nos mais diversos tipos de violência e no controle da sexualidade.

2.1 A luta das mulheres por autonomia e emancipação

Em 1967 a defesa da tese de Heleieth Saffioti, na USP, veio representar um marco no que se refere aos estudos sobre mulher no Brasil. Se considerarmos que este campo de estudos tem aproximadamente 40 anos neste país, fica nítida a subalternidade conferida a essa temática se comparada a outras tradições intelectuais do ocidente.

Nos Estados Unidos e na França, a questão das mulheres já era recorrente; nos primeiros, sob a égide dos trabalhos de Margareth Mead e Ruth Benedict, já a França trazia nas alunas de Marcel Mauss uma efervescência dos estudos desde o início dos anos 30.

Para Grossi (2004), é a partir da publicação da obra *Segundo Sexo* em 1949, da filósofa Simone de Beauvoir, que se considera a temática “mulher” uma discussão de caráter político, com crítica à dominação masculina tanto no nível simbólico como material. Incitados pela referida obra, os estudos feministas se desenvolvem preferencialmente nos países economicamente hegemônicos - Europa e Estados Unidos - após maio de 68⁶.

No Brasil, a ditadura militar fez com que o feminismo se desenvolvesse com particularidades e características de luta de classe, efervescendo as primeiras publicações feministas dos anos 70 (GROSSI, 2004).

A partir daí, provavelmente influenciadas pelo movimento feminista, as mulheres passam a ser alvo de diversos estudos acadêmicos, que começam a “enxergar” a mulher como sujeito político e buscam destacar a importância do

⁶ O ano de 1968 é considerado um marco dos movimentos sociais, em abril de 1968 morre Martin Luther King. Em Maio de 1968 eclodiram manifestações, primeiramente estudantis e depois de trabalhadores, que se espalharam pela França. Esses protestos foram iniciados por insatisfação dos estudantes com o sistema educacional francês e logo ganharam grandes proporções e impactaram a sociedade Francesa. A socióloga Julie Pagis ressalta os avanços nos direitos das mulheres. Diversos pesquisadores consideram que a partir da década de 70, como herança dos eventos de Maio de 68, houve fortalecimento dos movimentos feministas, bem como conquistas de direitos pelas mulheres francesas, sobretudo com a lei de 1975 que legalizou o aborto.

trabalho feminino na economia em distintas atividades, quer sejam no setor formal/informal, em áreas urbanas ou rurais.

Marcadas pelo conceito de gênero, evidenciaram-se as relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres, o que torna possível as alternativas de manutenção ou transformação da sociedade no espaço público/privado.

Inicialmente o debate teórico sobre feminismo no Brasil foi estruturado tendo como referência a esfera da produção e, aos poucos, foi se abrindo para discussões capazes de analisar os fatores simbólicos e culturais que explicam a subordinação feminina e a inserção das mulheres no espaço familiar e social (GROSSI, 2004).

Para Grossi (2004) nos anos 80, o deslanche do movimento feminista foi uma importante conquista no que se refere aos direitos das mulheres, pois trouxe os primeiros questionamentos sobre as estratégias de desenvolvimento e as intervenções de projetos que fossem capazes de tratar as questões da mulher na problemática macrossocial.

Cabem aqui parênteses no que se refere às lutas das mulheres, no sentido de diferenciar movimento feminista e movimento de mulheres. O primeiro refere-se às mobilizações centradas nas demandas de gênero, na autonomia e responsabilidade de cada mulher sobre si mesma, direcionado principalmente à questão da força de trabalho, capacidade de reprodução e sexualidade. Por sua vez, os movimentos de mulheres são ações coletivas com predomínio de uma problemática feminina, porém não necessariamente constituídos em torno de identidades e demandas de gênero.

O fato é que o movimento feminista e o movimento de mulheres, mesmo com alvos de luta e espaços diferentes, vão além da militância e dos grupos de ação, pois cada grupo/movimento traz toda uma organização e características próprias, marcadas por cada local de origem. As mulheres têm se juntado na maioria das vezes, para conquistar direitos negados, para emancipar-se em situações específicas e para tornarem-se sujeitos ativos de suas escolhas.

2.2 Poder ou empoderamento?

Embora anteriormente tenhamos tratado do poder patriarcal como característica fundante da sociedade brasileira, para compreender o processo de empoderamento feminino, faz-se necessário, então, compreender o conceito de poder a partir de duas grandes concepções. A primeira delas vê o poder como

capacidade de controle sobre algo ou alguém. Apresenta-se como substância, finita, transferível, tomável: se alguém ganha poder, outros o perdem. A segunda concepção baseia-se em Foucault que amplia a noção de poder, definindo-o como relacional e construído entre pessoas que têm algum grau de liberdade, existindo só quando se usa.

Existe uma multiplicidade de poderes que se exercem na esfera social, caracterizado por um conjunto de micropoderes e instituições situadas em um nível mais baixo. Para Gallichio (2002) não existe um poder único, pois na sociedade há múltiplas relações de autoridade situadas em diferentes níveis, apoiando-se mutuamente e manifestando-se de maneira sutil. Ainda segundo este autor, as relações de poder se encontram estreitamente ligadas às familiares, sexuais, produtivas; intimamente entrelaçadas e desempenhando um papel de condicionante e condicionado. Ao discutir os nós do poder afirma que:

o poder não é, o poder se exerce. E se exerce em atos, em linguagem. Não é uma essência. Ninguém pode tomar o poder e guardá-lo em uma caixa forte. Conservar o poder não é mantê-lo escondido, nem preservá-lo de elementos estranhos, é exercê-lo continuamente, é transformá-lo em atos repetidos ou simultâneos de fazer, e de fazer com que outros façam ou pensem. Tomar-se o poder é tomar-se a ideia e o ato. (COSTA, 2001/2002, p. 1)

Nesse sentido, o poder pode ser visto como aspecto inerente às relações econômicas, sociais e pessoais e o exercício do poder pode ser entendido enquanto processo de empoderamento.

Sobre o conceito de empoderamento, é notória a ampliação dos estudos sobre o empoderamento da mulher e múltiplos são os significados designados aos referidos termos, especialmente a partir dos anos 90. Diversos escritos destacaram o empoderamento como conectado com democratização, direitos humanos e autodeterminação de mulheres e homens, enquanto outros invocam de algum modo uma definição limitada e situada dentro de uma estrutura de expansão de escolhas, e participação em estruturas existentes (OLIVEIRA, 2006).

Para Sen (2000) o empoderamento é o processo de ganhar poder, tanto no que se refere ao controle dos recursos externos, como para o crescimento da autoestima e capacidade interna. São as pessoas que se empoderam a “si mesmas”. Ainda que os processos grupais sejam essenciais ao empoderamento, a transformação pessoal é o grande alvo da ação.

Oliveira (2006) afirma que o empoderamento entendido enquanto processo aponta para o conjunto de relações pelas quais as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida e tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir. O processo de empoderamento é sempre conflituoso, considerando que dizem respeito a situações de dominação explícitas ou implícitas.

Quando a discussão perpassa o empoderamento da mulher, surge o desafio de abalar relações familiares patriarcais, marcado pelo processo histórico e cultural, estremecendo as bases privilegiadas em que o homem desfruta no patriarcado. Isso porque o empoderamento ocorre quando houve uma mudança na tradicional dominação da mulher pelo homem, seja com relação ao controle de suas opções de vida, seus bens, suas opiniões ou sua sexualidade.

Uma análise sobre outra abordagem referente ao empoderamento e gênero, interpreta o processo como um conceito sócio político que vai além da participação política formal e do aumento da consciência. Oliveira (2006) argumenta que uma completa definição de empoderamento deve incluir componentes cognitivos, psicológicos, políticos e econômicos, além da necessidade de que a mulher tenha uma compreensão que vai desde macro relações/estruturas até em nível micro, marcado por escolhas que podem ir contra expectativas e normas culturais historicamente perpetuadas.

Defronte tais argumentos, destaca-se a importância de atores sociais inseridos em diferentes instâncias para atuarem como catalisadores no processo de empoderamento. Movimentos sociais, Ong's, governos, agências multilaterais, associados ao acesso a recursos, à aquisição de direitos, podem potencializar capacidades e agir para modificar relações de poder.

É inquestionável o fato de que o empoderamento das mulheres deve ir além da mudança na 'condição' de vida, pois deve buscar vias de ligação direta com sua 'posição política' na sociedade.

2.3 O empoderamento das mulheres rurais

O alvo desta pesquisa está em centralizar a atenção sobre mulheres, trabalhadoras rurais que foram à luta e decidiram fazer escolhas de liberdade, coragem e emancipação. O estudo analítico e empírico paira sobre aquela

tradicional situação onde os homens mandam e às mulheres, apesar de trabalhar muito em atividades produtivas e reprodutivas, só resta obedecer.

“A divisão sexual do trabalho parte do princípio segundo o qual os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (associado ao mercado) e as mulheres pelo trabalho reprodutivo (doméstico, consumo próprio, reprodução da família)” (OLIVEIRA, 2006, p. 28). Essa divisão expressou no Brasil a oposição entre casa e roçado.

Nessa oposição, o trabalho das mulheres muitas vezes é subjugado na agricultura familiar, pois suas funções e papéis são cristalizados, segue regras, o que reduz a autoestima considerando que são obrigadas a ter um jeito de viver que não é necessariamente o que querem.

As relações entre homens e mulheres na família e na organização da produção são imersas em valores morais, éticos, que passam por representações simbólicas, pela religiosidade, entre outras questões.

Quanto à invisibilidade nos processos produtivos “não são as mulheres que se ocultam, são as relações de dominação patriarcal que lhes atribui um lugar menor” (GOUVEIA, 2003, p. 47). A operação de invisibilidade dá-se quando é negado às mulheres o direito de decidir, quando as estatísticas e análises produzidas pelo Estado ou pela sociedade não trabalham os dados separados por sexo; quando discursos mantêm a suposta universalidade do masculino (“o agricultor”).

É inquestionável o fato de que ainda há um longo percurso a ser feito no que se refere à reversão de um modelo implantado historicamente e os desafios para a garantia de sua autonomia enquanto mulher, porém, atrelado a isso existe a clara demonstração de que o êxito pessoal e coletivo é capaz de transformar significativamente a visão de mulher como um ser submisso e inferior.

As ações coletivas, a união, a parceria e o cooperativismo são formas de mostrar a valorização do poder da mulher. Não estamos falando apenas de atributos financeiros, mais que isso, o trabalho coletivo a partir de uma transformação individual pode impulsionar uma verdadeira mudança, garantindo a confiança e fazendo com que a mulher se reconheça como portadora de um poder capaz de transformar a sua realidade e de todos os que a cercam. É um processo contínuo de empoderamento que extrapola os termos financeiros.

Enquanto trabalhadoras rurais estão sendo consideradas formalmente e estatisticamente “ajuda familiar”, amplia-se uma realidade que promove a fragilidade social das mulheres. Para contestar tal realidade Freire (1992) afirma que empoderamento significa “dar poder” a alguém para realizar uma tarefa sem precisar de permissão de outras pessoas; não sendo um movimento que ocorre de fora para dentro, mas sim internamente. O ser humano necessita de liberdade, mesmo sendo oprimido pelo sistema, muitos procuram se fortalecer e evoluir através das ações por eles empreendidas. Para o autor, isso significa empoderar-se, o que pode ser compreendido como a noção Freiriana da conquista da liberdade.

Quando se refere à liberdade, Paulo Freire afirma que a pessoa deve ser vista como um ser em relação, em busca da sua completude e sujeito da sua história.

E é como seres transformadores e criadores, que os homens em suas permanentes relações com a realidade, produzem, não somente os bens materiais, as coisas sensíveis, os objetos, mas as instituições sociais, suas ideias e suas concepções. Através da sua permanente ação transformadora de sua realidade objetiva, os homens simultaneamente criam a história e se fazem seres histórico-sociais. (FREIRE, 2005, p. 106)

Na sua concepção, a liberdade está relacionada à consciência do ser e à inquietude, à transformação. O grande desafio está em ultrapassar os valores coronelistas e patriarcais, expressos na política assistencialista e no machismo perpetuado na sociedade contemporânea.

2.4 Rural/urbano no Brasil, movimento social e participação.

Parte-se do princípio que, para discutir sobre a mulher rural, faz-se necessário entender a complexidade de tal classificação. O recorte rural considera as abordagens de Veiga (2002) que tenta romper a visão “engessada” da legislação vigente, quando se trata de tais definições, e reafirma uma distância considerável entre a caracterização do rural e urbano na legislação e a “realidade brasileira”.

Problemas na classificação do que seja rural e urbano no Brasil surgem a todo o momento. Atualmente muitas são as tentativas de se definir o que é o rural e o que é o urbano no contexto acadêmico. Para Veiga (2002) a vigência de uma

legislação anacrônica (BRASIL, 1938)⁷ e a imprecisão na delimitação das linhas de perímetro urbano dos municípios criam distorções do ponto de vista territorial. Ele afirma que a concepção tradicional do rural como o lugar do atraso e do urbano como o lugar do progresso, não pode mais ser tida como absoluta, pois esses espaços têm passado por profundas transformações. As mudanças que ocorreram no meio rural brasileiro a partir da década de 1980, com uma maior diversificação econômica e a formação de espaços multifuncionais, imprimiram ao campo um novo significado.

Na obra “Cidades Imaginárias” Veiga (2002) considera que o Brasil Rural não pode ser identificado apenas por aquilo que está fora do perímetro urbano dos municípios brasileiros, muito menos pelas atividades exclusivamente agropecuárias. Para ele o rural é territorial e não pode ser reduzido à visão setorializada adotada na metodologia oficial de cálculo do grau de urbanização.

Veiga (2002) acredita que para a análise da configuração territorial realmente evitar a ilusão causada pela norma legal é preciso combinar pelo menos outros dois fatores: a densidade demográfica e sua localização. Ele classifica como rurais os municípios de pequeno porte que possuem até 50 mil habitantes e menos de 80 hab/km²; de médio porte os que registram uma população no intervalo de mais de 50 a 100 mil habitantes, ou cuja densidade supere os 80 hab/km², mesmo que tenham menos de 50 mil habitantes; e de fato centros urbanos os municípios com mais de 100 mil habitantes. Fazendo uma conexão com o critério estabelecido pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) a primeira classificação englobaria os municípios essencialmente rurais, a segunda os relativamente rurais e a última aqueles ditos essencialmente urbanos.

⁷Decreto-Lei n. 311/1938. Tal decreto teve como uma de suas incumbências promover a delimitação uniforme das circunscrições territoriais do quadro da República. Para tal feito, orientou o trabalho pelos critérios da delimitação administrativa. O Decreto-Lei Nº 311/1938 passou a regulamentar as unidades territoriais administrativas no país da seguinte forma: Art. 3º A sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome. Art. 4º O distrito se designará pelo nome da respectiva sede, a qual, enquanto não for erigida em cidade, terá a categoria de vila. Assim, uniformizou-se como cidade toda sede de circunscrição territorial do distrito sede no município, independente de quaisquer características estruturais (como: a) localização; b) número de habitantes; c) número de eleitores; d) número de moradias, e e) densidade demográfica) e funcionais relacionados a existência de serviços indispensáveis à urbe (como: a) hospital com permanência; b) farmácias; c) corporação de bombeiros; d) instalações de hotelaria; e e) transportes públicos urbanos e suburbanos) e também, se uniformizou como vila, toda sede da circunscrição territorial do distrito. Essa normativa atribui a toda sede municipal e distrital a condição de urbana, independente de suas concentrações populacionais, que em alguns casos são dimensões reduzidas, como acontece com a grande maioria das sedes distritais brasileiras. (BISPO, MENDES, 2010, p.03)

Por isso, os critérios do que se definia como rural ou urbano têm sido questionados e a tendência atual seria perceber o rural como um contínuo do urbano, tanto do ponto de vista espacial como do ponto de vista da organização das atividades econômicas. (LOMBARDI, 2009, p. 135)

A realidade mostra que os municípios rurais são grandes potências, com características e individualidades passíveis de investimentos e oportunidades de crescimento. E as alternativas estão presentes: agricultura familiar, associações, sistemas locais de produção, integração poder local e sociedade civil. Basta se organizar e agir transformando potencialidades em realidades.

A partir da referida exposição do contexto/características urbano e rural, parte-se para análise da seguinte questionamento: Se as desigualdades de gênero ainda se expressam com força nas cidades, na zona rural são ainda mais marcantes?

Neste trabalho será apresentada a ideia de mulher do campo em alusão à noção de educação do campo. Sendo esta a mulher que tem no campo seu modo de vida, um habitus campesino, relacionado às dinâmicas sociais e produtivas do campo.

Conforme apresentado pela historiografia brasileira, fundamentada principalmente em Freyre, existe todo um caráter patriarcal introjetado e perpetuado na sociedade brasileira e mais fortemente no ambiente rural.

Na discussão das relações de gênero e do papel das mulheres em suas famílias e na sociedade camponesa, Silirandi (2009) considera que houve avanços no que se refere às reivindicações de mudanças, principalmente, na divisão sexual do trabalho.

Os movimentos sociais rurais surgiram trazendo a possibilidade de expansão de condições favoráveis à criação e à implementação de políticas públicas, como a política de assentamentos, o movimento sindical, a previdência social rural e o financiamento de créditos agrícolas voltados para a agricultura familiar, de forma que o acesso favorecesse as mulheres (HEREDIA; CINTRÃO, 2006), visto que, desde o estabelecimento da Constituição Federal de 1988, alguns direitos já foram pré-estabelecidos, como o direito e sua inclusão como titulares da terra, a sua inclusão como titulares de direitos da previdência social, o direito a aposentadoria, dentre outros. Mas, apenas nos anos 2000, que as agricultoras ganharam o status de agricultoras/produtoras rurais, embora ainda dependentes de linhas de crédito, políticas de comercialização e assistência técnica rural.

Paralelo ao surgimento da Marcha das Margaridas como um grito à visibilidade das mulheres rurais surge o Movimento de Mulheres Camponesas, na luta por direitos e igualdade de gênero no campo e com foco na configuração de novas relações do ser humano com a natureza, por meio da agroecologia, firmando o protagonismo das mulheres no novo campo de conhecimento.

É notório que o histórico de desenvolvimento e fortalecimento das políticas públicas para as mulheres rurais, que atendesse às diversidades de mulheres do Brasil e que respeitasse as especificidades, teve como pilar fundamental o movimento social, principalmente os movimentos feministas e de mulheres, estes últimos tiveram um papel de extrema importância na busca dos direitos femininos desde a época da redemocratização do Estado brasileiro.

Estes movimentos, assim como as mais diversas experiências autônomas em prol das mulheres, continuam tendo papel fundamental, tanto na correção de rumos das políticas públicas, como na garantia da efetivação do acesso de todas as mulheres aos direitos já conquistados, além de impulsionar as mudanças culturais nas expressões opressoras da sociedade (HEREDIA; CINTRÃO, 2006) e de fato potencializar as mulheres como atores políticos e sociais.

Dessa forma, compreendemos que a mulher é peça fundamental no que se refere ao desenvolvimento rural, à frente de organizações coletivas que busquem políticas locais efetivas, considerando a potencialidade que as ações locais possuem para a transformação dos espaços cristalizados de opressão e invisibilidade.

A presença das mulheres no meio rural tem se destacado ano após ano, com o reconhecimento da importância do gênero feminino na dinâmica das áreas rurais no Brasil e no mundo. Desde 2008, comemora-se em 15 de outubro o Dia Internacional da Mulher Rural. A data foi estabelecida pela Assembleia Geral da ONU em dezembro de 2007, com o objetivo de estimular a reflexão sobre a importância das mulheres no desenvolvimento das áreas rurais, na melhoria da segurança alimentar e na erradicação da pobreza.

Para Quaresma (2015) é fato inconteste a importância das mudanças no cotidiano das mulheres e no perfil da família rural, porém ela ocorre de forma lenta e limitada. “Falta chegarem às mulheres mais oportunidades para realizarem outras atividades e o reconhecimento sobre o que já realizam” (QUARESMA, 2015, p. 42).

Sabe-se que o trabalho feminino está presente em todas as esferas da vida no campo, pois perpassa desde o secular trabalho doméstico, no interior das casas,

até a produção agrícola. Sejam “leves” ou “pesadas”, ditas masculinas ou femininas, remuneradas ou assalariadas, dentro ou fora das propriedades, a mulher traz o desafio diário de realizar a luta cotidiana pela sobrevivência.

Nesse cenário, é imprescindível reconhecer as condições de trabalho e vida das mulheres rurais, na tentativa de buscar políticas que promovam justiça e igualdade de gênero, dando a oportunidade de se organizarem e na conquista de seus direitos, pois “a mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social” (SAFFIOTI, 2013).

A história das mulheres rurais, por muito tempo permaneceu oculta, ainda que elas estivessem presentes nas lutas das camponesas. Desvelar e revelar as desigualdades existentes são passos importantes para construir a estrutura necessária para superá-las e avançar na mudança da história de injustiças e contradições que pesam sobre as mulheres, especialmente as inseridas no contexto rural.

Como característica de uma sociedade patriarcal a divisão sexual do trabalho é um dos grandes fatores responsáveis por tal segregação, pois atrelado ao mundo público, da política e da produção, é considerado exclusividade masculina, ficando o privado e da reprodução social, o lugar por excelência de responsabilidade das mulheres, com destaque para o trabalho doméstico. Assim, “a divisão sexual do trabalho dicotomiza e hierarquiza homens e mulheres ao convencionar o que se considera masculino, como de maior valor, enquanto o que é considerado feminino é desvalorizado” (CISNE, 2015, p. 112).

A divisão sexual do trabalho persiste no mundo rural, onde Quaresma (2015) afirma que as mulheres sequer são reconhecidas como trabalhadoras, apenas como “ajudantes” de homens em atividades agrícolas, assim, as mulheres trabalham em regime de tripla jornada, cuidando da casa e da família, produzindo no quintal ou na roça, muitas vezes vendendo sua força de trabalho como assalariadas.

No campo, a divisão sexual do trabalho se estrutura a partir da separação entre as tarefas da casa e as do roçado, e na hierarquia entre as tarefas realizadas por mulheres e homens nesses espaços (BUTTO *et al*, 2014, p. 101). A separação entre os espaços do roçado e da casa define o que é considerado trabalho pesado e

trabalho leve ou ainda, trabalho e não-trabalho (PAULILO, 1987; WOORTMANN, 1991).

O roçado é o local de produção em grande quantidade, onde se planta mandioca, feijão, milho e cereais, considerados essenciais para a sobrevivência da família e, por isso é tratado como local de trabalho. Por demandar o uso de ferramentas mecânicas de grande porte, como a broca, o arado e a limpa, é tido como espaço de um trabalho pesado. No imaginário social do meio rural, as tarefas nesse espaço são uma obrigação masculina, realizadas pelos homens da família, em especial o pai. Quando as mulheres executam atividades nesse lugar, o seu trabalho é considerado como uma “ajuda”, um complemento ao trabalho masculino.

Por outro lado, a casa é colocada como o local da mulher, onde as atividades realizadas são consideradas o não-trabalho. A criação de pequenos animais, a plantação de fruteiras e a reprodução social da família têm valor social menor se comparadas às tarefas masculinas. Mesmo sendo atividades essenciais para o autoconsumo familiar e para o abastecimento do comércio local, as tarefas das mulheres são entendidas como trabalho leve ou como um não-trabalho. Essa oposição ou separação se expande nas diversas tarefas realizadas por elas no meio rural. Mesmo tarefas feitas no roçado - como a colocação de sementes nas covas ou até mesmo o pastoreio do gado - são consideradas trabalho leve, já que em muitos casos estas são realizadas por mulheres e jovens (BUTTO *et al.*, 2014, p. 102).

Romper com a hierarquia existente entre as tarefas de homens e de mulheres é uma forma de reconhecer que essa resulta de construções sociais que visam à perpetuação do patriarcado na sociedade. Significa também visibilizar e valorizar o trabalho produtivo e reprodutivo feito pelas mulheres na casa ou no roçado e aceitar que tanto homens quanto mulheres podem realizar ambas as tarefas.

Para Butto *et al.* (2014) as mulheres rurais centram sua produção no quintal e isso se deve a vários fatores, um deles é que essa é a terra que elas podem acessar, o outro é que esse é o espaço onde elas conseguem dar conta de conciliar o trabalho doméstico e de cuidados com o produtivo. Tais práticas demonstra a capacidade de resiliência das mulheres, pois de uma realidade que pode parecer limitada, elas conseguem garantir a alimentação e boa parte do sustento das famílias, bem como a garantia da biodiversidade.

Seja na preservação e convivência com seus biomas, seja na conquista de autonomia econômica ou na participação política, as mulheres estão desbravando

ações que potencializam seu papel como sujeito político. São várias as experiências que demonstram os avanços obtidos na visibilização e reconhecimento do trabalho e dos saberes das mulheres.

Para Moreira e Said (2015), apesar das conquistas que se acumulam no sentido de superação das desigualdades de gênero, do empoderamento e da expansão de políticas públicas, ainda são evidentes as precárias condições em que vivem. São evidentes também as mais variadas formas de violência pelas quais elas passam cotidianamente. Esse pode ser considerado o fator que mais contribui para que as mulheres tenham dificuldade de superar as desigualdades de gênero no âmbito político e social, seja no campo, seja na cidade.

No plano do trabalho prático no meio rural, como forma de superar a dominação como construção histórica, “procura-se considerar a importância de incentivar e fortalecer grupos de mulheres, como forma de trazer para a unidade produtiva, o reconhecimento e a valorização da mulher como trabalhadora” (MOREIRA; SAID, 2015, p. 187).

Diversas instituições que atuam no meio rural têm contribuído para a superação da pobreza das mulheres, de forma a introduzir novos significados, o que se traduz na viabilização de processos locais de formação, que agreguem conhecimentos e práticas capazes de influenciar mulheres organizadas a buscar melhorias para a vida delas, seja no plano material seja no plano dos sonhos e felicidades.

2.5 Políticas públicas e igualdade de gênero no meio rural

Para Cisne (2015) se todas as mulheres precisam enfrentar desafios para o exercício da política, às mulheres do campo pesam ainda mais determinações sociais que dificultam esse processo. Além disso, há o peso ainda mais forte do patriarcado na cultura do campo. “Nesses termos, essa consciência associa-se à desnaturalização da condição de subordinação socialmente imposta às mulheres” (CISNE, 2015, p. 113).

Para o alcance das referidas desnaturalizações, é exigida construção social do sujeito individual e coletivo, capaz de tomadas de decisão e ações transformadoras. São transformações que não se resumem a reivindicações, tampouco a resultados imediatos.

Num primeiro nível ocorrem modificações na esfera das relações familiares e da vida cotidiana, o que certamente gera novos habitus na construção social do gênero. Em segundo lugar, de forma confusa e ambígua, mas relevante, se constitui uma imagem das mulheres como personagens nos espaços públicos. (LOBO, 2011, p. 182)

Lobo (2011) ressalta a capacidade de ocupação do espaço social que a união/organização possibilita às mulheres, além, é claro, das transformações que provocam na vida privada, até porque público e privado não são esferas dissociadas.

Esse processo de quebra de fronteiras e conquista de espaços, obviamente não ocorreu nem ocorre sem resistências, pois “as mudanças na vida das mulheres são muito importantes, mas não se fazem sem conflitos, tanto no espaço familiar, quanto nos espaços coletivos, principalmente quando entram em confronto com os valores pré-estabelecidos” (FREIRE *et al.*, 2010, p. 151).

Para Cisne (2015), o primeiro passo para a transformação das mulheres começa com a ruptura das mais variadas apropriações que sofrem. Esse processo é denominado de apropriação de si, no sentido de as mulheres se perceberem como sujeitos e passarem a lutar por sua autonomia e liberdade, o que demanda rupturas estruturais e superações ideológicas, a começar com o modelo hegemônico de família e a ideologia de naturalização dos sexos. “A importância da apropriação de si está, portanto, na percepção da mulher como sujeito de sua própria vida, o que necessariamente associa-se à superação da ideologia de naturalização do sexo” (CISNE, 2015, p. 119). Afinal, como pensar em uma consciência coletiva voltada para a transformação social, se individualmente uma mulher encontra-se alienada de si, sem autonomia sobre sua vida e restrita a cuidar dos outros em detrimento de si?

Silva (2010) é enfático quando afirma que, a partir do momento em que as mulheres se rebelam contra atos de discriminações domésticas e sociais e/ou profissionais, ocorre necessariamente o conflito, que foram orientadas a evitar. Porém, novos caminhos só se abrem a partir do conflito.

Um claro sinal de conflito pode ser observado na experiência de “sair de casa”, podendo ser uma ação transformadora, quando se encontra vinculada à vivência em um grupo de mulheres ou mesmo em um movimento social, com a finalidade de participar de formações políticas ou mesmo ações de militância, como manifestações, marchas e ocupações; mas também é desafiante quando encontra a

barreira da realização do trabalho doméstico, isso demonstra que, de fato, a reprodução social é ainda uma responsabilização feminina.

Porém, o “sair de casa” está também associado à busca de autonomia, pois é um passo para o estabelecimento de novas relações que possibilitam à mulher a questionar, tanto ideológica como estruturalmente, o modelo de sociedade em que vivemos.

Há um processo de fortalecimento coletivo, à medida que as mulheres se percebem como tais, desnaturalizando as opressões e subordinações, o que desloca a acomodação para a ação coletiva e a descrença para a força de luta pela transformação do que incomoda. “É no processo de reconhecimento na(s) outra(s) que a experiência individual de cada mulher vai se politizando e ganhando força na dimensão pública que o Movimento possibilita para o enfrentamento às opressões” (CISNE, 2015, p. 125).

Essa visão tem como ponto de partida a convicção sobre a importância da auto-organização das mulheres para sua constituição como sujeitos políticos. “É a partir desse processo que haverá mudanças nas relações desiguais de gênero, inclusive a superação da invisibilidade e exclusão das mulheres em relação às políticas públicas” (BUTTO *et al.*, 2014, p. 84).

Assim, o elemento de partida é a concepção de que as mulheres são os sujeitos de transformação de sua realidade, e de que esta é marcada pelo sistema patriarcal, que tenta naturalizar a desigualdade que existe entre homens e mulheres. Um segundo elemento é a crítica ao determinismo, que busca incentivar uma ação capaz de questionar as relações de poder estabelecidas, além de partir para a valorização da realidade de cada pessoa, de seus conhecimentos, e das suas percepções, que coloca como centralidade a constituição dos sujeitos coletivos e individuais, e incorpora também a reflexão sobre a prática, ou seja, sobre a ação necessária para transformar a realidade.

No feminismo, isso se coloca como a necessidade de que as questões não sejam tratadas de forma fragmentada ou como problemas individuais. Assim, ao mesmo tempo, busca-se compreender o que se passa na realidade cotidiana de cada uma e pensa-se sobre a conexão desta com o contexto mais amplo. Isso permite refletir sobre a construção histórica e os determinantes de cada situação. Uma intervenção que amplie o autoconhecimento pode contribuir para a desconstrução de estereótipos e preconceitos que, no processo de socialização e

formação da personalidade, as mulheres são induzidas a repetir e ritualizar, a partir dos valores dominantes e da imposição das regras e normas vigentes.

Como já mencionado, “a constituição das mulheres como sujeitos políticos é o fator determinante para alterar as relações de exclusão e discriminação e, isso se dá a partir de um processo de auto-organização” (BUTTO *et al.*, 2014, p. 90).

A constituição das mulheres como sujeito político resulta também da reflexão sobre a importância da autonomia pessoal, econômica e política, que inclui o resgate e construção de sua auto-estima, além do fortalecimento de sua organização coletiva em grupos produtivos. Daí resulta a reflexão de que é necessário conquistar políticas de socialização dos cuidados com o Estado e ir além, buscando outras formas de organizar e dividir o trabalho doméstico e de cuidados, que incluam a outros membros da família (BUTTO *et al.*, 2014, p. 92).

Ainda é muito difícil para as mulheres negociarem as tarefas domésticas e de cuidado com seus cônjuges, assim como ter poder de fato na tomada de decisões. Há um grande caminho a percorrer no sentido de se transitar a um modelo em que as mulheres tenham garantida sua autonomia econômica, independente de seu estatuto conjugal, ou seja, que elas possam ser vistas e tratadas como sujeito de direitos, independente de sua situação familiar. Essas reflexões reforçam as iniciativas de formação de grupos coletivos como um aspecto fundamental para a autonomia das mulheres.

Quando as mulheres se organizam e se colocam como um sujeito político coletivo, elas desafiam as estruturas hierárquicas e inventam novas possibilidades não só para elas, mas para toda a sociedade, pois trazem para o campo da política importantes questões que estavam invisibilizadas, tratadas como sendo do aspecto pessoal ou do privado, como as relações de afeto, a relação com o corpo ou a sexualidade, além do trabalho doméstico e de cuidado.

Atentando-se à realidade atual vivenciada pelas mulheres rurais, faz-se imprescindível estimular a participação das mulheres na reivindicação de políticas públicas, refletidas na participação de mulheres em organizações sociais, a exemplo dos conselhos municipais e das associações, a formação de novas associações e grupos informais de geração de renda, que refletem diretamente no processo de organização das comunidades.

A ausência ou reduzida remuneração, a pretensa menor jornada de trabalho se comparada com a masculina e a melhoria no acesso à educação

desacompanhada de uma inserção plena no desenvolvimento, caracterizam parte da realidade das mulheres rurais. Porém, a partir dos anos 2000 foram pensadas políticas públicas por meio do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres recentemente “desmanchadas” ou drasticamente reduzidas pelo governo federal atual.

Ao se referir a políticas públicas, é inquestionável a conquista de uma série de direitos que procuram garantir a igualdade de gênero, “porém, tomar como superada a influência que a relação patriarcal tem exercido sobre a sociedade é um grande equívoco” (SILVA, 2015, p. 194). Ainda é preciso superar valores culturais e morais presentes na nossa sociedade. Tais valores fortalecem o sistema patriarcal e impossibilitam o empoderamento da mulher e o seu reconhecimento como sujeito de direitos.

Essa desigualdade histórica nas relações de gênero, tanto na vida privada, quanto na vida pública, causa situações de desvantagem para as mulheres, retratadas através do acesso a políticas essenciais, como o direito à educação, à saúde, à moradia; e a políticas específicas, como o direito à terra, ao crédito, à assessoria técnica especializada e à documentação da mulher rural.

No Brasil, a vigorosa organização e mobilização de mulheres trabalhadoras rurais, ganham destaque no processo da Constituinte, no final dos anos 1980, com a ampliação do direito à seguridade social por meio da garantia da aposentadoria no valor de um salário mínimo. (FARIA, 2009, p. 13)

Com essa importante medida as trabalhadoras rurais conquistaram reconhecimento, embora a efetivação dos seus direitos não retrate imediata alteração da relação familiar e sua responsabilização pelo trabalho doméstico.

“Para que as mulheres promovam e se beneficiem do desenvolvimento é necessário considerar a forma atual de inserção desigual e buscar transformá-la, promovendo uma inserção autônoma e sustentável” (BUTTO *et al.*, 2014, p. 26). Isso implica em garantir o acesso das mulheres aos bens naturais, aos recursos financeiros e aos serviços rurais, independente da sua condição civil, ou seja, sem a mediação dos homens.

“A partir de 2003, a reforma agrária teve a inserção do conteúdo de gênero, e houve mudanças com a implementação de iniciativas de ampliação dos direitos econômicos e políticos das mulheres rurais” (SILVA, 2015, p. 192). A elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) tentou superar a ausência dessas

questões pelo Estado. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em sua Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais (DPMR), o II PNRA reconhece as relações de gênero como um dos pontos estruturantes das relações sociais no meio rural e inclui as mulheres como agentes políticos na construção da reforma agrária. Com a Portaria nº 981, de 2 de outubro de 2003, a titulação conjunta da terra para áreas constituídas por um casal passa a ser obrigatória (MDA, 2011).

A partir de 2003, a agenda de desenvolvimento rural sustentável e solidário, impulsionada pelo governo federal, dialogou com a da igualdade, reconhecendo que há processos históricos de desigualdades cujo resultado era que homens e mulheres não partiam do mesmo patamar para acessar as políticas públicas. No período de 2003-2010 foram implantados programas que objetivavam garantir cidadania e inclusão produtiva para as mulheres, tais como: Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (2004); Crédito Especial para Mulheres – Pronaf Mulher (2003/2004); Assistência Técnica Setorial para Mulheres (2005); Programa de Organização Produtiva para as Mulheres Rurais (2008); Criação da Modalidade Adicional de Crédito para Mulher na Reforma Agrária – Apoio Mulher (2008) (BUTTO *et al.*, 2014, p. 27).

No que se refere ao acesso a terra, o II Plano Nacional de Reforma Agrária assumiu o desafio de superar a desigualdade entre mulheres e homens nos assentamentos rurais. Para isto, revisaram-se os normativos internos do Programa Nacional de Reforma Agrária, garantindo-se a inclusão efetiva das mulheres em todas as fases dos assentamentos. (BUTTO *et al.*, 2014, p. 30)

O direito igualitário a terra para mulheres e homens foi garantido por meio da titulação conjunta e obrigatória, instituído pela Portaria nº 981, de outubro de 2003. Neste, coloca-se como desafio efetivar o direito à titulação conjunta às mulheres assentadas antes de 2003. Além disto, a Instrução Normativa nº 38, de 13 de março de 2007, alterou a sistemática de classificação para os(as) candidatos(as) à reforma agrária reconhecendo e priorizando mulheres chefes de família como beneficiárias potenciais do programa.

De acordo com Silva (2015) a referida titulação já estava prevista na Constituição de 1988, mas até então não contava com instrumentos legais que a tornassem obrigatória. Por isso, apesar de ser um direito constitucional, sua implementação vinha ocorrendo precariamente. A ausência da titularidade conjunta

e obrigatória gerava práticas de subordinação ao pai, ao marido ou ao irmão. A titularidade conjunta da terra deve ser em nome do homem e da mulher, nos lotes de assentamentos constituídos pelo casal em situação de casamento ou de união estável. Essa garantia permite à mulher usufruir a renda e os benefícios econômicos e sociais (MDA, 2011).

Embora pareça extensa a vitória no que se refere à conquista de algumas políticas públicas, há muito tempo a mulher vem lutando pelo reconhecimento como trabalhadora e como cidadã. Há que se destacar a luta para ser aceita como sindicalizada nos sindicatos dos trabalhadores rurais, a luta pelo acesso à previdência e à licença-maternidade. Essas questões são centrais para a discussão acerca da divisão sexual do trabalho e da visão de que as mulheres são destinadas apenas ao trabalho reprodutivo (FARIA, 2009).

Os últimos vinte e cinco anos testemunharam o avanço do movimento de mulheres, das feministas às trabalhadoras urbanas e rurais. Foge do escopo deste trabalho seguir arrolando as dezenas e dezenas de seminários e conferências que, ao longo desses anos, trataram do tema “mulher rural” na sociedade brasileira, mas é fato incontestável que, desde 2003, o Estado Brasileiro vem implementando um conjunto de políticas e programas que buscam garantir direitos à cidadania e ao desenvolvimento econômico, bem como promover a autonomia das mulheres do campo e da floresta.

São ações que, ao estimular processos que levam à autonomia das mulheres, enfrentam, no diálogo com as beneficiárias, agentes públicos e assessorias, questões históricas que reproduzem as relações desiguais entre mulheres e homens representadas pela divisão sexual do trabalho (BUTTO *et al.*, 2014, p. 7). Esse reconhecimento aponta a necessidade de implementar políticas públicas que diminuam o esforço e o tempo empregado na consecução dessas tarefas (por exemplo, que facilitem o acesso à água e às fontes de energia), promovam sua valorização social (consideração do saber e das tecnologias desenvolvidas pelas mulheres) e garantam sua proteção (como a não restrição legal ao intercâmbio de sementes crioulas). Ao mesmo tempo, implica em abrir às mulheres possibilidades restritas pela divisão sexual do trabalho, como o acesso à comercialização, à gestão do dinheiro e das decisões sobre investimento.

De acordo com Di Sabbato e Melo (2009) no âmbito das políticas traçadas pelo MDA, por meio do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e

Etnia, tem-se privilegiado essa discussão da invisibilidade do trabalho feminino no veio do debate sobre a agricultura familiar.

Uma ação positiva para incentivar a pesquisa sobre esses temas foi a criação de uma premiação para estudos rurais e de gênero. Essa foi concebida como um instrumento de incentivo à produção científica e acadêmica sobre as mulheres que trabalham no campo. Lançado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com o nome de “Prêmio Margarida Alves de Estudos Rurais e de Gênero” em homenagem à ex-líder sindical rural Margarida Alves (1943- 1983), presidenta de sindicato de trabalhadores rurais, assassinada em Alagoa Grande - Paraíba, esse prêmio de âmbito nacional, seleciona os melhores trabalhos de pós-graduação *stricto sensu* sobre estudos rurais e gênero no Brasil, nas categorias Apoio à Pesquisa (Mestrado e Doutorado) e Ensaio Inédito. As dissertações, teses ou ensaios devem abordar pelo menos um dos temas relativos a “Mulheres Trabalhadoras Rurais e de Comunidades Tradicionais: mulheres ontem e hoje” – na agricultura familiar; nos movimentos sociais; na reforma agrária; nos saberes tradicionais; na regularização fundiária; na sexualidade; nas políticas públicas; na violência. Note-se o amplo leque de aspectos propostos nos critérios do prêmio, o que demonstra uma abrangência maior de questões que esses estudos podem abordar.

As políticas públicas para as mulheres rurais se situam no percurso das ações para reverter as desigualdades entre mulheres e homens, entre campo e cidade e, dentro do campo, entre os grandes empresários do agronegócio e a agricultura familiar e camponesa. Mais que isso, essas políticas vão percebendo a diversidade das organizações sociais, culturais e econômicas de mulheres da floresta, quebradeiras de coco, ribeirinhas, pescadoras artesanais, indígenas, quilombolas, faxinalenses, e tantas identidades que se afirmam como sujeitos políticos na relação com a sociedade do entorno e o Estado (BUTTO *et al.*, 2014, p. 8).

A partir de uma abordagem territorial, a estratégia de promoção do desenvolvimento rural sustentável e solidário superou a concepção do meio rural como algo residual ou atrasado em relação ao meio urbano. O rural passou a ser concebido como espaço de produção, de vida e de sustentabilidade ambiental e buscou-se atuar no combate às desigualdades de gênero, geração, raça e renda ainda presentes no Brasil. Para isso impulsionaram-se novas políticas públicas para promoção da autonomia das mulheres trabalhadoras rurais. São ações que

contemplam garantia dos direitos à cidadania, acesso à terra e aos recursos produtivos, acesso aos serviços rurais e ao comércio, resgate da memória coletiva e apoio a estudos feministas no campo, além do alargamento dos direitos das mulheres rurais no cenário internacional.

As mulheres, também, têm assumido, cada vez mais, a responsabilidade no grupo familiar. Nas áreas rurais, a chefia familiar feminina passou de 14,6 % para 17,7% entre 2006 e 2010 (IBGE/PNAD, 2006 e IBGE/ Censo, 2010). Se, por um lado, isso se traduz em maior autonomia das mulheres, por outro, pode acarretar maior sobrecarga de trabalho. Por esse motivo esta medida precisa ser acompanhada do apoio à socialização do trabalho doméstico e de cuidados por parte do Estado.

No período anterior ao governo Lula, o rural estava marcado pela ideia de modernização e industrialização, e por este motivo havia uma ausência de políticas integradas e arrojadas de apoio à agricultura familiar (BUTTO *et al.*, 2014, p. 19). Além disso, o diálogo entre Estado e sociedade civil era quase inexistente e marcado por fortes conflitos de interesse.

A partir de 2003 estabelece-se um caminho de reconhecimento da agricultura familiar por meio de um conjunto de políticas diferenciadas e, como parte dessa nova agenda, uma estratégia de promoção do desenvolvimento rural. Sabe-se que um novo cenário é capaz de se constituir a partir da elaboração de novas políticas e da qualificação de programas já existentes, buscando uma ação integrada e combinada com a participação social e o enfrentamento das desigualdades, dentre as quais, as de gênero.

Afirma-se a necessidade de priorizar ações de infraestrutura voltadas para o fortalecimento da autonomia econômica, saúde da mulher, enfrentamento da violência contra as mulheres, creches no meio rural, além da inclusão das políticas para as mulheres em todos os ministérios (BUTTO *et al.*, 2014, p. 23).

O problema não se resolve com o estímulo, apenas, à participação de diferentes atores/atrizes sociais, mas com a combinação entre maior protagonismo e promoção de políticas claramente orientadas para inclusão dos mais pobres e mais excluídos da política – as mulheres rurais. Para isso é fundamental considerar que as mulheres rurais não representam um bloco homogêneo, mas que incorporam outras desigualdades sociais, especialmente as de raça, etnia e geração (BUTTO *et al.*, 2014, p. 24).

É por isso que se pode entender os movimentos sociais de mulheres e a auto-organização das mulheres em ambientes mistos de organização da sociedade civil, como elementos capazes de transformar relações na família contestando, por exemplo, a violência doméstica. Eles conseguiram dentre outras conquistas, a inclusão das mulheres no movimento sindical como filiadas, superando a visão que as incluíam como esposas e filhas dos homens sindicalizados. À medida que tais movimentos e organizações de mulheres acumulam forças, eles conquistam espaços, internamente, nos demais movimentos sociais e vão transformando a agenda do desenvolvimento rural, integrando-se nos debates mais amplos e construindo alianças políticas na defesa dos seus direitos (BUTTO *et al.*, 2014, p. 25).

Assim, parte-se do pressuposto de que não deve haver políticas neutras. Reconhece-se a permanência das relações patriarcais no campo e adota-se uma estratégia de superação, por parte do Estado. Constroem-se novos arranjos institucionais e qualificam-se as políticas públicas objetivando visibilizar e reconhecer as mulheres como sujeitas de direito e efetivar uma ação de garantia de proteção pelo Estado, que se verificará a seguir (BUTTO *et al.*, 2014, p. 29).

Como fruto de um processo de luta e organização das mulheres no campo observam-se mudanças em curso, mesmo que ainda sejam muito incipientes. Sabemos que ainda falta muito para se alcançar um real reconhecimento econômico e de igualdade das mulheres. Essas mudanças ocorrem em um contexto marcado por contradições e disputas sobre visões de desenvolvimento. Mas é evidente o fato de que há no campo processos de resistência e de construção de alternativas populares, e a contribuição das mulheres aporta com elementos essenciais para o desenvolvimento de um projeto de soberania popular, que só será possível se houver autonomia das mulheres.

ALGUMAS CONQUISTAS DAS MULHERES NO MEIO RURAL
Participação em organizações sociais (conselhos municipais e associações)
Grupos informais de geração de renda
Protagonismo nas comunidades
Ampliação do direito à seguridade social - aposentadoria no valor de um salário mínimo (CF 1988)
Implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2000)

Elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária (2003) com uma Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais (DPMR) - inclui as mulheres como agentes políticos na construção da reforma agrária.
Titulação conjunta da terra para áreas constituídas por um casal - Portaria nº 981, de 2 de outubro de 2003
Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (2004)
Crédito Especial para Mulheres – Pronaf Mulher (2003/2004)
Assistência Técnica Setorial para Mulheres (2005)
Sistemática de classificação para os(as) candidatos(as) à reforma agrária reconhecendo e priorizando mulheres chefes de família como beneficiárias potenciais do programa - Instrução Normativa nº 38, de 13 de março de 2007
Programa de Organização Produtiva para as Mulheres Rurais (2008)
Criação da Modalidade Adicional de Crédito para Mulher na Reforma Agrária – Apoio Mulher (2008)

QUADRO 01: Algumas conquistas das mulheres no meio rural

FONTE: Própria autora

Os desafios ainda são muitos e persistentes. Ainda são diagnosticadas inúmeras barreiras que dificultam a efetividade da política pública. Incidir sobre os processos que perpetuam a divisão sexual do trabalho no meio rural requer uma ação de Estado cada vez mais articulada e integrada. Além disto, dentro das próprias organizações da sociedade civil as mulheres buscam consolidar seus espaços.

Apesar dos importantes avanços nos últimos anos, deve-se destacar que estes vêm sofrendo novos arranjos e grandes desmanches. Potencializar os instrumentos vigentes, incorporar novas ferramentas e efetivar procedimentos de monitoramento para inclusão, valorização, reconhecimento e promoção da autonomia das mulheres rurais são os aspectos determinantes na superação das desigualdades existentes não apenas no meio rural, mas em toda a sociedade.

CAPÍTULO 3

MULHERES DO CAMPO

Neste trabalho já foi abordada a questão das mulheres, da condição feminina e do aprofundamento no que se refere às mulheres do campo. Neste terceiro capítulo, tratar-se-á das formas de economia desenvolvidas pelas mulheres, a partir de uma abordagem do perfil das mulheres do município de Porteirinha – MG.

3.1 Outras economias e a economia produzida pela mulher

A partir dos anos 2000, estudos realizados sobre a agricultura brasileira (ex.: novo retrato da agricultura familiar- INCRA/FAO) inovaram na construção de um conceito de agricultura familiar, afirmando-o como relações sociais e afastando a ideia de “pequena produção” e “agricultura de baixa renda” que representavam um diagnóstico de improdutividade e de pouca importância econômica da agricultura familiar (NEAD, 2005). Esse diagnóstico pejorativo que se fez hegemonicamente presente no Brasil até o início do século XXI está diretamente relacionado à ideologia urbanocêntrica, a ideia de desenvolvimento como crescimento econômico (Furtado) e a uma representação equivocada de riqueza.

Viveret (2006) ao considerar os efeitos perversos da representação de riquezas e das suas formas atuais de contabilização, aponta a consolidação apresentada no século XIX, com a economia liberal.

“É nessa perspectiva que podemos compreender a considerável inversão cultural atestada pelas definições de riqueza, utilidade e valor surgidas no século XIX em autores como Malthus, Jean Baptiste Say e Auguste Léon Walras (...) assim que Malthus escreveu em 1820 seus princípios da economia política, cujo capítulo inicial concerne à definição de riqueza, almejou uma definição que permitisse à ciência nascente da economia garantir sua autonomia em relação a outras disciplinas (...) Vemo-nos portanto, na presença de uma convenção cujo objetivo duplo era valorizar algumas atividades mais que outras (no caso, as formas de produção materiais e comerciais) e assegurar à economia os meios para afirmar sua autonomia, conferindo-lhe o status de ciência objetiva, baseada em comparações quantitativas. (VIVERET, 2006, p. 46-47)

A desvalorização da agricultura familiar e da economia camponesa está inserida neste contexto “teórico” que também se estende à dimensão da

desvalorização do trabalho realizado pelas mulheres, conforme complementa Viveret (2006, p. 47)

É por isso que encontramos em Malthus a maioria das grandes contradições que ainda encontramos entre nós: a que se refere à soma contábil de formas de produção diversas (...) a grande tentação de adotar um padrão único – a moeda – e de abandonar qualquer tentativa de avaliação da natureza das riquezas em si; a recusa em considerar produtivo o trabalho doméstico, foi preciso esperarmos pelos trabalhos de Annie Fouquet e Ann Chadeaus sobre a valorização do trabalho doméstico na década de 80, para que uma primeira tentativa enfim nos permitisse sair dessa contradição; a tese da improdutividade dos serviços públicos (...); E a tese da que introduz um argumento, a fim de cortar pela raiz qualquer debate sobre a mudança no instrumento de medida (...) incapazes de ver outras fontes de felicidade que não as provenientes de objetos materiais (...).

Esses elementos, de certa forma, impediram de se “enxergar” a riqueza produzida pela agricultura familiar, a riqueza produzida pela produção familiar e mais ainda pela mulher do campo. A noção de riqueza passou a adotar o padrão do mercado capitalista. Paulilo (2004, p. 243) ao analisar o trabalho familiar considera que:

E assim o único esforço físico ou mental que passou a merecer o nome de trabalho produtivo e a ser remunerado foi o despendido nas atividades consideradas econômicas. Daí a separação entre trabalho produtivo e não produtivo, nada fácil de se visualizar quando não há separação entre unidade familiar e de produção, como é o caso do campesinato. Quando a mulher faz queijo, por exemplo, pode fazê-lo para comer ou vender. A ênfase dada ao econômico foi tão forte que o movimento feminista, na tentativa de mostrar a importância do trabalho doméstico, procurou vê-lo do ponto de vista do quanto ele contribuía para o capital, na medida em que a esposa desdobrava o baixo salário do marido através de longas jornadas de trabalho não pagas em casa. Com isso, propunha-se que ele fosse considerado uma atividade econômica e, portanto, trabalho produtivo. Embora concordemos com esse caráter.

A autora complementa afirmando sobre a grande complexidade que é separar o trabalho doméstico do produtivo na agricultura familiar

o conceito de ‘trabalho produtivo’ foi cunhado para situações em que se dá a extração da mais-valia, ou seja, quando o trabalho excedente é apropriado pelo dono dos meios de produção, ou seja, o capitalista. Querer empobrecer seu sentido até reduzi-lo ao trabalho que produz o que pode ser vendido, o que tem valor de troca, é, como diz Alexander Chayanov, tentar explicar diferentes formas de produzir apenas com categorias adequadas para o modo de produção capitalista, o que só faz sentido se entendermos essas formas com transitórias, em vias de extinção. (PAULILO, 2004, p. 245).

Está explicitada aí a grande questão relativa à riqueza produzida pela agricultura familiar, bem como os mecanismos que levam à desconsideração desta riqueza. Neste sentido, a produção das mulheres do campo é impactada de diferentes formas, tanto pela desvalorização da produção da agricultura familiar, como pela desvalorização do trabalho doméstico e condição feminina de subordinação.

3.2 Outras economias e Contra-hegemonia

Na década de 1970 agrava-se o acirramento da lógica mercantil, e com a falência do Estado de bem-estar social⁸, a ascensão da visão neoliberal traz uma nova etapa do desenvolvimento técnico-científico, impondo modificações no panorama do mundo do trabalho. Não são as inovações tecnológicas que, por si só, introduzem mudanças, mas, sim, a estratégia capitalista de manipulá-las para incrementar a exploração da mão de obra, mediante a intensificação de investimentos na automação e a concomitante redução da necessidade de emprego da força de trabalho (SOUZA, 2002).

Assim, o sistema capitalista é organizado no modo de produção pautado na propriedade privada e na apropriação individual dos valores que são produzidos de forma coletiva e cooperativa. As atividades econômicas são orientadas para gerar riquezas que são acumuladas ou apropriadas por aqueles que possuem bens, capital, recursos e, o mais importante de tudo, os meios, os fatores e os equipamentos de produção.

Num mundo de necessidades crescentes, em que a maioria das pessoas não controla e nem participa da gestão dos meios e recursos de produção de riquezas, um número significativamente grande fica sem acesso à remuneração, portanto, a margem do mercado capitalista.

⁸ O “Estado de Bem-estar Social” (do inglês, Welfare State), é uma perspectiva de Estado para o campo social e econômico, na qual a distribuição de renda para a população, bem como a prestação de serviços públicos básicos, é visto como uma forma de combate às desigualdades sociais. Portanto, neste ponto de vista, o Estado é o agente que promove e organiza a vida social e econômica, proporcionando aos indivíduos bens e serviços essenciais durante toda sua vida.

Quem não tem bens e recursos tem que vender a sua capacidade de trabalhar para gerar riquezas. Mesmo tendo que vender sua força de trabalho, a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras assalariados(as) não consegue satisfazer suas necessidades fundamentais com a renda obtida.

Por isso, vem o desafio: é possível pensar em outras possibilidades de organização da economia que não seja orientada pelos lucros que acabam por gerar tanta desigualdade? Será que é possível satisfazer as necessidades com os recursos que estão disponíveis? É possível repensar a economia, definindo o que produzir, quando produzir, em que quantidade produzir e para quem produzir a partir de outros valores: da justiça, da igualdade, da solidariedade?

Diante deste cenário emergem questões teóricas e práticas no campo da ação coletiva para organização social e geração de trabalho e renda. Nesta nova dinâmica eclodem outras maneiras de relações econômicas e de trabalho no Brasil. A Economia Solidária (res)surge, então, como um modo de produção e distribuição, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho (SINGER, 2003).

Não há um conceito preciso do que é economia solidária, este fato é alvo de críticas, porém, deve-se inferir que “assim como construímos a realidade, construímos os conceitos” (TIRIBA, 2001, p. 10).

O fato é que a economia também pode gerar igualdades, desde que seja orientada pela justiça social, com partilha dos bens e recursos para satisfazer as necessidades de todos. É possível trabalhar na construção de uma sociedade mais justa, participativa, viável economicamente, firmando-se numa sociedade alicerçada na cooperação, interação, colaboração e sustentabilidade.

Essas formas alternativas de economias recebem diversas denominações, sendo, por exemplo: economia social, economia popular, economia dos setores populares, economia plural, economia do trabalho, novo cooperativismo, empresas autogestionárias e outros. Essas formas correspondem a realizações inovadoras, associadas a novos valores e princípios que se opõem às práticas excludentes e ambientalmente predatórias.

Segue abaixo uma síntese dos conceitos e seus respectivos autores.

Termos e Autores	Conceito
Economia Social André Guélin	A economia social é composta de organismos produtores de bens e serviços, colocados em condições jurídicas diversas no seio das quais, porém, a participação dos homens resulta de sua livre vontade, onde o poder não tem por origem a detenção do capital e onde a detenção do capital não fundamenta a aplicação dos lucros.
Economia Popular Ana Mercedes Sarria Icaza e Lia Tiriba	Economia popular é o conjunto de atividades econômicas e práticas desenvolvidas pelos setores populares no sentido de garantir, com a utilização de sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação de necessidades básicas, tanto materiais como imateriais.
Economia do Trabalho José Luis Coraggio	A economia do trabalho pode ser cabalmente compreendida somente quando em contraponto com a economia do capital; pois é, como outras propostas a serem tratadas nesta obra, uma possibilidade a ser desenvolvida a partir de contradições no seio do sistema capitalista, hoje em transição incerta a outro sistema mundo.
Economia Popular Solidária Genauto Carvalho de França e Jean-Louis Laville	A economia popular solidária não se limita à esfera da chamada “reprodução simples” e se orientam mais para a “reprodução ampliada” das condições de vida em sociedade. Sua ação abrange tanto o plano do nível de renda quanto aquele das condições de vida mais gerais, o que significa inscrever uma tal iniciativa também no âmbito de uma reivindicação por direitos, implicando, desse modo, uma abertura da sua ação sobre um espaço público.
Economia Solidária Paul Singer	Economia solidária é hoje um conceito amplamente utilizado dos dois lados do Atlântico, com acepções variadas, mas que giram todas ao redor da ideia da solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas.

Socioeconomia Solidária Marcos Arruda	O termo socioeconomia solidária equivale à economia solidária, tendo como única diferença a ênfase no sentido social que deve ter a verdadeira economia – aquela que é fiel ao seu sentido etimológico – gestão, cuidado da casa e, por consequência, dos que nela habitam.
--	--

QUADRO 02. Conceitos dos diversos tipos de economia

Fonte: DIAS, Thiago Ferreira; SOUZA, Washington José de (2014).

Diante da variedade de concepções, o crucial entre elas é a busca por outra perspectiva de desenvolvimento socioeconômico, no qual a solidariedade e a democracia são bases para tal intento. Essas outras economias são regidas pelos princípios da solidariedade, da sustentabilidade, da inclusão, enfim, da emancipação social. São classificações que possibilitam compreender melhor a riqueza gerada pela agricultura familiar, que consideram essa riqueza diferente da forma capitalista hegemônica.

3.3 A economia solidária e as políticas públicas

Como já afirmado, as bases da economia solidária estão ancoradas na cooperação e não competição entre os sujeitos e empreendimentos. Paul Singer falecido em 2017 aos 84 anos trouxe nessas representações seu grande objeto de estudo. Ele se tornou uma das referências nacionais e internacionais, com diversas discussões relacionadas ao tema, bem como uma vasta bibliografia divulgada.

Em 1980 juntamente com intelectuais da igreja e dos sindicatos, Singer foi um dos fundadores do PT. Foi também titular da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) durante os governos Lula e Dilma. A pasta foi criada a partir de suas ideias, e dirigida por ele durante um período de 13 anos. A exoneração veio em 2016, sob seu pedido, após o impeachment de Dilma Rousseff. Entre 1989 e 1993, Paul Singer foi secretário de Planejamento na prefeitura de São Paulo, sempre firmando a bandeira da economia solidária como instrumento de combate à fome e pobreza.

A ideia inicial sobre as concepções da economia solidária vieram da Europa, mas foi no Brasil que se obteve o pioneirismo de política nacional. A Senaes, criada em 2003, foi fundamental para que o país tivesse uma política pública de economia

solidária, pois suas ações expandiram as parcerias com os sindicatos, movimentos sociais e demais organizações da classe trabalhadora. Grande parte das políticas em economia solidária surgiu por meio do Fórum Brasileiro, com importantes abordagens em nível estadual e municipais.

No que se refere aos seus preceitos, a economia solidária traz no consumo, produção e distribuição de riqueza, os ensejos para valorização do ser humano. As mulheres são as grandes protagonistas da desse tipo de economia, tanto no Brasil quanto em outros países, tendo em suas bases a inspiração para empreendimentos coletivos como grupos informais, associações e cooperativas.

Entre 2009 e 2013 ocorreu o II Mapeamento de Economia Solidária no Brasil. Ao todo, o mapeamento do SIES - Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - identificou 19.708 empreendimentos, organizados e distribuídos entre 2.713 municípios brasileiros em todos os estados da Federação. Desse total, 11.869 (60,2%) são novos, ou seja, não haviam sido registrados no mapeamento anterior, e 7.839 (39,8%) são empreendimentos já existentes e que foram revisitados (IPEA, 2016).

Ainda de acordo com dados do IPEA (2016), no que se refere à área de atuação nos municípios, mais da metade atua em áreas rurais, 54,8%, contra 34,8% em áreas urbanas e 10,4% que se identificaram com atuação simultânea. Essa predominância de empreendimentos coletivos no meio rural é recorrente principalmente em função das organizações da agricultura familiar que buscam diferentes estratégias associativas de beneficiamento e comercialização de sua produção.

Com erros e acertos, os empreendimentos de economia solidária vêm se firmando como possibilidade de emancipação para os sujeitos individuais e coletivos. Os entraves são desafiadores, e perpassam a preocupação com a autogestão dos empreendimentos, autonomia, condução democrática e coletiva, mas sobretudo está a necessidade de se firmar como políticas pública de direito e não como benevolência e assistencialismo.

3.4 A organização da mulher rural e a economia solidária

Os contextos locais e conjunturais levam à construção de ações coletivas com questões e demandas diferenciadas. Novos atores sociais emergem nas sociedades

contemporâneas, visto que a forma concreta de uma sociedade faz aflorar determinados movimentos sociais, ou seja, eles nascem de uma dada condição estrutural. É notória a emergência, estruturação e reestruturação da organização da mulher na luta por conquistas econômicas, sociais, políticas e culturais.

Tais processos de organizações coletivas podem transformar o papel das mulheres na sociedade, como a identidade a elas relacionada. Ampliando este olhar coletivo, a organização das mulheres encontra a economia solidária, que, além de considerar as relações sociais de gênero, é acrescida pela expressiva presença das mulheres como dirigentes.

Falar de economia solidária exige aprimorar princípios que devem orientar as ações cotidianas. Dias e Souza (2014) elucidam alguns conceitos dentre eles,

1. Autogestão: os trabalhadores não estão mais subordinados a um patrão e tomam suas próprias decisões de forma coletiva e participativa;
2. Democracia: a tomada de decisões é coletiva e baseia-se nos interesses de todos os participantes;
3. Cooperação: é a colaboração entre mais de uma pessoa que traz vantagens para todos. Cooperação em vez de competição;
4. Centralidade no ser humano: as pessoas são o mais importante e não o lucro. A finalidade maior na atividade econômica é garantir satisfação plena das necessidades de todos;
5. Valorização da diversidade: valorização da diversidade social e cultural e o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino, sem discriminação de crença, raça ou orientação sexual;
6. Emancipação: a economia solidária pretende emancipar, libertar pessoas pela via do trabalho;
7. Valorização do saber local, da cultura e da tecnologia populares: a diversidade cultural do Brasil possibilitou muitos modos de organização de trabalho, inclusive no setor pesqueiro, envolvendo vários atores (homens, mulheres, jovens e idosos) e “um mundo” de conhecimentos locais e tradicionais;
8. Valorização da aprendizagem e da formação profissional permanente;
9. Justiça social na produção: garantir a justa distribuição da riqueza socialmente produzida, eliminando as desigualdades materiais e difundindo os valores da solidariedade humana. Deve existir justiça social na produção, na

comercialização, no consumo, no financiamento e no desenvolvimento tecnológico para a promoção do bem-estar das coletividades;

10. Cuidado com o meio ambiente e responsabilidade com as gerações futuras: os empreendimentos solidários, além de se preocuparem com a eficiência econômica e os benefícios materiais que produzem, buscam a eficiência social, estabelecendo uma relação harmoniosa com a natureza em função da qualidade de vida e do equilíbrio dos ecossistemas. O desenvolvimento ecologicamente sustentável, socialmente justo e economicamente dinâmico estimula a criação de elos entre os que produzem, os que comercializam os produtos e os que consomem (cadeias produtivas solidárias locais e regionais).

Assim, a partir de uma visão de desenvolvimento e direitos, a economia solidária é ancorada por empreendimentos autônomos, é:

marcada pela associação, cooperação e solidariedade entre os trabalhadores, além das teorias do desenvolvimento local, e do desenvolvimento sustentável, que lhes dá suporte e fundamentação teórico-metodológico (MELO, 2014, p. 12).

Nesse contexto, a economia solidária surge como ideias de emancipação social, além de uma alternativa de renda capaz de extrapolar as formas de desenvolvimento econômico imposto pelo modelo capitalista.

No que se refere ao desenvolvimento local, a economia solidária surge como uma proposta capaz de basear-se nas potencialidades e características produtivas de cada comunidade ou município. De acordo com Melo (2014) o desenvolvimento local surgiu como resposta à tentativa de uniformização resultante do processo de reestruturação produtiva, sendo possível articular esse processo de desenvolvimento por meio da produção, comercialização e comércio justo⁹.

Melo (2014) afirma que o movimento de globalização e reestruturação do capital pode conduzir a um processo contraditório ao instigado pela economia solidária, pois ele é motivado pelas possibilidades de desestruturação e desorganização da economia local, recriando espaços de competitividade e novas formas de participação na economia global. Assim, o sucesso dos empreendimentos

⁹ O comércio justo é uma abordagem alternativa ao comércio convencional, baseado em uma **parceria** entre produtores, comerciantes, empresas e consumidores. Através dessa relação, busca-se uma **divisão equilibrada** dos ganhos, enfraquecendo a exploração injusta por intermediários comerciais.

produtivos locais depende da mobilização dos atores e da formulação de um projeto coletivo de desenvolvimento, com enfoque local no contexto da globalização.

Para Sen (2000), o desenvolvimento não é consequência exclusiva do crescimento econômico, sendo possível também a ampliação de atividades livremente escolhidas por cada sujeito no processo de desenvolvimento, assim, esse tipo de desenvolvimento pode ser considerado como instrumento de transformação social, marcado por possibilidades de surgimento e de fortalecimento de movimentos emancipatórios, ancorados pela confiança do futuro individual e da comunidade a que pertencem.

Corroborando com Melo (2014) e Sen (2000), entende-se que o projeto de desenvolvimento local está diretamente associado à capacidade dos atores e da sociedade de se estruturarem e se mobilizarem com base nas suas potencialidades, marcando um novo paradigma de desenvolvimento, baseado na capacidade de ampliação da massa crítica.

Mas, será possível a constituição de massa crítica a partir de formas associativas à produção e à realidade local? É assertivo investigar a força do “empoderamento” que a economia solidária é capaz de proporcionar, na medida em que a relação vertical entre patrão e empregado é substituída pela relação horizontal e igualitária. Para Faria (2011, p. 38) a economia solidária

[...] busca incentivar a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização, valorizando os princípios da economia feminista e solidária. Incorpora em suas diretrizes a promoção da igualdade de gênero e a economia feminista e solidária.

Nesse viés, a economia solidária se propõe romper a divisão social do trabalho: a separação entre o proprietário dos meios de produção e a pessoa que vende sua força de trabalho, com a propriedade coletiva, entre trabalho intelectual e trabalho manual, através de uma gestão democrática e práticas inovadoras de organização do trabalho (NOBRE, 2003, p. 6). Pode-se dizer que a economia solidária é um espaço privilegiado para novas práticas e vivências de igualdade e de autonomia para as mulheres. Mulheres envolvidas com atividades solidárias no contexto do trabalho estão sendo transformadas e transformando suas realidades.

Ainda é possível identificar práticas sociais diferentes segundo o sexo. Para Faria (2011), o desafio que está colocado para a economia solidária é de que seja

capaz de incorporar em seus princípios e pilares, o compromisso com o questionamento da divisão sexual do trabalho e o reconhecimento do trabalho da mulher para a produção e reprodução da vida.

É fato incontestável que as iniciativas solidárias surgiram como um espaço capaz de agregar alternativas societárias, de politização, das relações de gênero, de empoderamento social e de construção da cidadania.

Nesse contexto o protagonismo emerge a partir de práticas coletivas, grupais e individuais, resultando na irreverência e autovalorização, considerando que essas mulheres partilham entre si a dinâmica familiar, as responsabilidades da maternidade, dentre outras temáticas cotidianas. Para muitas mulheres, o espaço de trabalho extrapola a lógica da reprodução da força de trabalho, caracterizando-se em local de discussão de alternativas e enfrentamento das dificuldades da vida em todas as suas dimensões.

Para alcançar o empoderamento, é fundamental que as mulheres enfrentem a subalternidade histórica que marca o gênero feminino, reforçada em muitas culturas. O individualismo imposto pelo atual processo de produção precisa ser desconstruído e questionado, para que seja possível a construção do coletivo. É necessário, também, fortalecer as redes de cooperação, e reconhecer a economia solidária, enquanto espaço de politização para enfrentamento conjunto dos desafios e da construção de propostas.

O debate sobre gênero na economia solidária ainda é pequeno frente às contribuições das mulheres nas práticas inovadoras. Para Faria (2011) ainda é muito presente no cotidiano dos grupos de mulheres a visão de que há um longo percurso para que se construa uma maior autonomia e que possibilite vencer os obstáculos para uma atuação no conjunto dos espaços da economia. “Responder a esse desafio de visibilizar a contribuição econômica das mulheres é fundamental para ampliar o debate sobre trabalho, que continua restrito àquele realizado na esfera mercantil, que parte da experiência masculina com a única referência.” (FARIA, 2011, p. 51).

Conceitos como liberdade, valorização pessoal, aumento da autoestima e do empoderamento, regido pela autogestão, cooperação, solidariedade e preservação do ecossistema, são estratégias para a valorização do trabalho feminino e o enfrentamento da exclusão social.

É incontestável a necessidade de se expandir investigações sobre a participação das mulheres na economia solidária e o resultado dessa participação no seu cotidiano, quem sabe assim conseguimos fortalecer os grupos e avançar em sua autonomia econômica, social, cultural e política, sempre considerando que a valorização do saber, a autonomia, o empoderamento são processos constituídos por diferentes ritmos, recebendo interferência da trajetória de cada pessoa e grupo.

Não trazemos a pretensão de analisar a economia solidária como fonte de emancipação financeira, visto que ainda existem controvérsias diante de tal afirmação, porém pretende-se com essa pesquisa analisar os impactos relativos à emancipação como sujeito social, o envolvimento político e a valorização pessoal e comunitária que o trabalho coletivo proporcionou às mulheres que se aventuraram a se inserirem nesse tipo de empreendimento.

3.5 Universo da Pesquisa - Porteirinha

De acordo com dados do IBGE (2017) o Município de Porteirinha foi criado em 1938 e está localizado na Microrregião de Janaúba, numa área de 1.745,15 km², no extremo norte do Estado de Minas Gerais. Este município guarda características de um Norte de Minas que se assemelha à região Nordeste do Brasil, tanto no âmbito econômico quanto social (RODRIGUES, 2000).

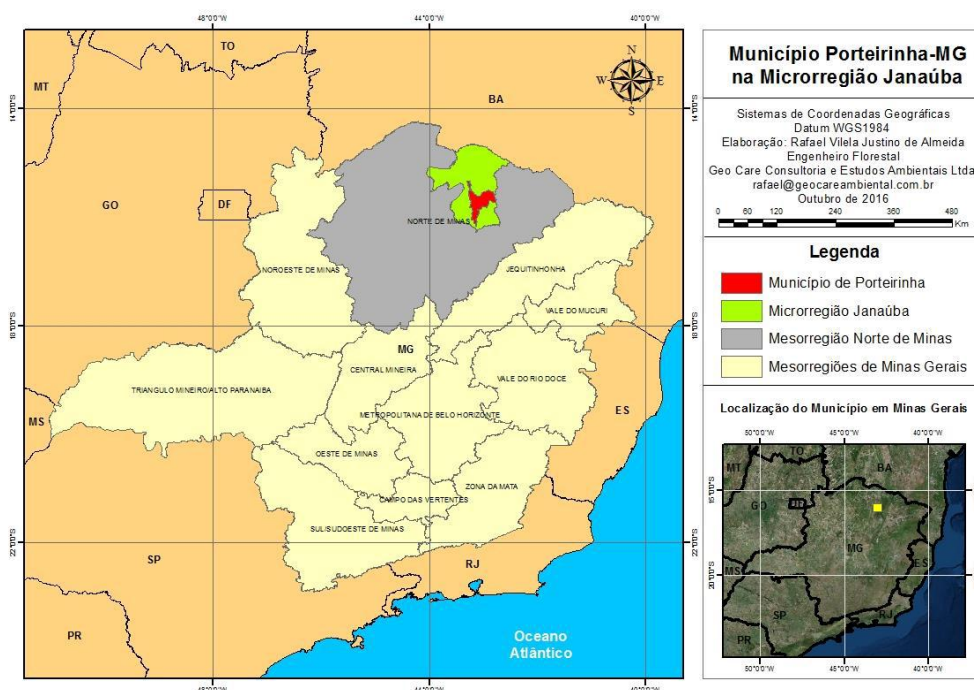


FIGURA 03. Município de Porteirinha na Mesorregião Norte de Minas Gerais
Fonte: IBGE, 2010. Cartografia: Rafael Vilela Justino de Almeida.

A mesorregião do Norte de Minas, na qual Porteirinha está incluída, é uma região marcada pelo desenvolvimento de atividades modernas, porém ainda traz a permanência de estruturas tradicionais.

Apesar do dinamismo recente a região (Norte de Minas) destaca-se, na economia estadual, pelas baixas condições de vida de sua população, especialmente das áreas rurais. Ali, pratica-se cada vez mais, a agricultura com bases modernas. Produzem-se grãos, frutas e hortaliças, com o auxílio de irrigação. Tais modificações não significaram, contudo, desaparecimento da agricultura tradicional ou da pecuária extensiva, nem tão pouco melhoria de vida naqueles segmentos modernizados. Embora a modernização tenha sido intensiva e dominante, não significou a homogeneização das formas de produzir. Este constitui traços das economias periféricas: a criação do moderno mantém o tradicional, ainda que este venha a tomar nova feição (RODRIGUES, 2000. p. 170).

Isso demonstra que o processo de “desenvolvimento” alterou as relações de produção na região e “evolução” da população urbana, porém os traços das tradicionalidades estão imbricados nos habitantes que trazem nas disparidades regionais suas formas de vida.

Geograficamente Porteirinha se limita ao norte com o município de Mato Verde e Pai Pedro, ao sul com riacho dos Machados, a oeste com Janaúba e Nova Porteirinha e a leste com Rio Pardo de Minas e Serranópolis de Minas. Inserido ainda na microrregião da Serra Geral de Minas Gerais, no Polígono das Secas, dentro da área mineira da SUDENE, na bacia do São Francisco, abrangendo uma área de 1.749,68 Km² (IBGE, 2017).

O Território da Cidadania Serra Geral - MG está localizado na região Sudeste e é composto por 16 municípios: Catuti, Espinosa, Gameleiras, Jaíba, Janaúba, Mamonas, Manga, Matias Cardoso, Mato Verde, Monte Azul, Nova Porteirinha, Pai Pedro, Porteirinha, Riacho dos Machados, Serranópolis de Minas e Verdelândia (MDA, 2015).

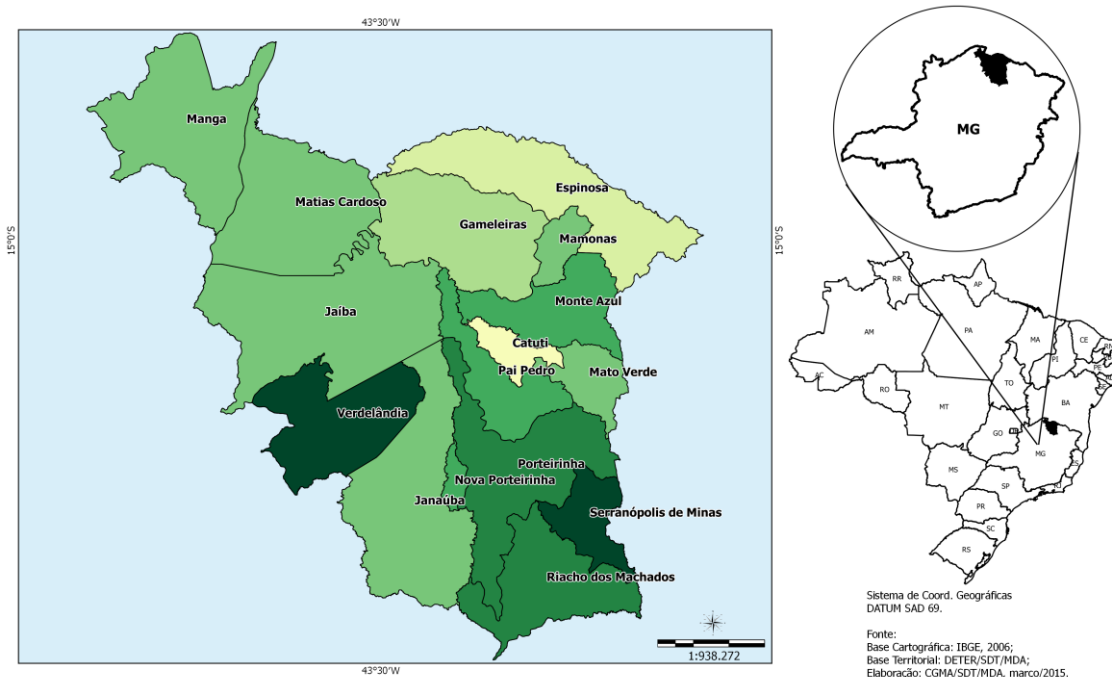


FIGURA 04. Municípios que compõem o Território da Cidadania Serra Geral MG
Fonte: Caderno Territorial 079 - CGMA, mai/2015.

De acordo com dados do Censo do IBGE (2010), Porteirinha abriga 37.627 habitantes, sendo que 19.338 vivem na área urbana e 18.289 no espaço rural. Dados do Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil mostra que entre 2000 e 2010, a população de Porteirinha cresceu a uma taxa média anual de -0,04%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 48,03% para 51,39%.

No que se refere à economia, é um município com forte predominância do rural. Apesar dos dados do censo apontar para uma população rural e urbana distribuídas quase igualmente, é o mundo rural que mobiliza economicamente e culturalmente o município. Conforme nos apresenta Veiga (2002) o rural não pode ser identificado somente com o que está fora do perímetro urbano dos municípios brasileiros, e Porteirinha é um exemplo disso.

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População urbana	15.410	40,81	18.140	48,03	19.338	51,39
População rural	22.351	59,19	19.630	51,97	18.289	48,61

QUADRO 03: População de Porteirinha – urbana/rural

Fonte: ATLAS do desenvolvimento humano no Brasil: base de dados. Disponível em: <www.undp.org.br>. Acesso em: 12 jul.2018.

De acordo com o contexto histórico, Porteirinha, bem como os municípios de Mato Verde, Monte Azul, e Riacho dos machados trazem no seu contexto a pecuária de corte, a cultura de milho e especialmente o cultivo de algodão, o seu ponto de destaque no que se refere ao potencial econômico gerado no Estado de Minas Gerais (CARDOSO, 2000).

O algodão é uma espécie que não precisa de muita chuva para o seu cultivo, e isso fez com que este produto ganhasse espaço comercial no município de Porteirinha. Entre os anos de 1960 a 1980 o algodão era considerado o “ouro branco”, constituindo a mais importante fonte de renda, quando grande parte das famílias tinha a sua plantação, ou trabalhavam nas grandes fazendas. Nesse contexto, a inserção do município na área mineira da SUDENE, com disponibilização de incentivos fiscais e financiamentos, fizeram com que as terras devolutas passassem a ser destinadas ao cultivo do algodão e a instalação de usinas beneficiadoras.

Quem mais se beneficiou com toda essa “fartura” foram os compradores, pois quem produzia, por atuar em pequena escala, tinham os seus ganhos reduzidos. Os compradores juntavam o pouco de cada pequeno produtor, e conseguiam ganhar muito, pelo alto volume comercializado.

Com o crescimento do cultivo do algodão, em 1970, o Ministério da Agricultura tentou instalar uma grande usina em Porteirinha, mas foi impedido pelos políticos que temiam a perda do monopólio, o que afetou negativamente o desenvolvimento da cotonicultura regional, pois poderia ter sido realizado estudos sobre o uso de sementes mais adaptáveis ao clima (MENDES, 2017).

De acordo com Mendes (2017), a cotonicultura não alterou a estrutura agrária, pois, junto as grandes fazendas produtoras, permaneceram as pequenas propriedades com a responsabilidade da produção.

Com o declínio da cultura algodoeira no município, a população teve que diversificar ainda mais o seu modo de vida. Atualmente, o município conta como principais atividades econômicas a bovinocultura de corte, pequenas agroindústrias de leite e derivados, agricultura familiar organizada em cooperativas e associações,

voltada para a pequena produção de hortifrutigranjeiros, mel e extrativismo sustentável, visando à produção de polpas, cultivo de canas e derivados, plantio de mandioca e produção de farinha.

A partir da década de 90, o que se pode perceber foi um aumento expressivo na renda per capita. Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil mostra que a renda per capita média de Porteirinha cresceu 130,20% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 139,22, em 1991, para R\$ 201,55, em 2000, e para R\$ 320,48, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,49%. A taxa média anual de crescimento foi de 4,20%, entre 1991 e 2000, e 4,75%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 76,24%, em 1991, para 54,00%, em 2000, e para 32,00%, em 2010.

O segmento da agricultura familiar e as políticas públicas de desenvolvimento rural são partes que representam os interesses vitais de uma comunidade ou território e podem ter influencia na representação dos números acima descritos. Quando se utiliza o termo agricultura familiar para caracterizar Porteirinha, faço referência à abordagem de Lamarche (1993), para o autor,

a exploração familiar tal como concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração (LAMARCHE, 1993, p.14).

A partir dos anos 90 se observa um progressivo interesse pela agricultura familiar no Brasil. Este interesse se materializou em políticas públicas, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e na criação do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), além do revigoramento da Reforma Agrária. A formulação das políticas favoráveis à agricultura familiar obedeceu, em grande parte, à pressão dos movimentos sociais organizados e às reivindicações dos trabalhadores rurais.

O PRONAF pode ser definido como um programa de desenvolvimento rural que pretende propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva, a melhoria da qualidade de vida e a ampliação do exercício da cidadania por parte dos agricultores familiares (BARBOSA, 2003). Financiado com recursos do Ministério da

Agricultura e do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador, O PRONAF tem como beneficiários os agricultores familiares e suas organizações, sendo considerados como tais: proprietários, posseiros, assentados, parceiros ou arrendatários.

Os programas de crédito oficial para a agricultura familiar, no caso específico o PRONAF constituem um avanço no reconhecimento da importância do regime de economia familiar para desenvolvimento rural no Brasil.

Outro fator importante para o desenvolvimento rural são os benefícios pagos aos idosos rurais, oriundos da Previdência Social Rural, e que têm se constituído em importante fonte de circulação de recursos nos municípios (BARBOSA, 2003).

Estudos de Barbosa (2003) comprovam que os benefícios previdenciários rurais representaram, no ano 2000, quase o triplo dos recursos principais que foram manejados pela prefeitura municipal.

O PIB municipal, conforme informação do IBGE, é da ordem de R\$ 29.370.494,40. Sendo assim, os recursos de aposentadorias e pensões pagos no ano 2000 equivalem a cerca de 43% do Produto Interno Bruto do município” (BARBOSA, 2003, p. 15).

Os dados apresentados demonstram a relevância da Previdência Social Rural para a economia dos municípios, principalmente no que se refere as regiões mais empobrecidas do país. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais tem papel preponderante na efetivação desses direitos.

Ao longo das décadas os Sindicatos de Trabalhadores Rurais vêm se mostrando importante canal de reivindicação e acesso a concessão de benefícios antes inexistentes ou desconhecidos por grande parte da população. A grande finalidade está em desenvolver iniciativas para amenizar alguns problemas dos trabalhadores rurais, sendo um catalisador de demandas, bem como um espaço de encontro, debates, onde se discute e se forma opiniões e propostas.

Fundado em 03 de junho de 1973, o Sindicato dos trabalhadores Rurais de Porteirinha é uma entidade de classe e apresenta em seu estatuto o principal objetivo defender os interesses das famílias agricultoras, contribuindo na qualidade de vida das comunidades e região. Conforme Dona Lourdes, presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha, a referida entidade desde o ano de 1991 atua em projetos de incentivo a práticas de convivência com o semiárido, acompanhando campos de produções agroecológicas, resgate de sementes crioulas, criação de animais de pequeno porte e demais projetos que contribuem

para a soberania alimentar e nutricional das famílias. Em meio a essas diversas atividades, conta ainda com várias ações específicas para Jovens e Mulheres da região, assim como tem uma atuação interna relacionada a associações, prefeitura, organizações e agricultores.

O interesse em pesquisar Porteirinha, além dos atrativos acima citados, surgiu diante dos diversos casos e experiências positivas onde o sujeito são as mulheres, que participam de atividades coletivas e integradas a economias alternativas no referido município. Tal recorte se deu em virtude do reflexo inovador das diversas experiências, expandindo a possibilidade de desenvolver um trabalho capaz de “atrelar” sustentabilidade, autogestão, autonomia e emancipação.

3.6 Fases De Campo

Na fase exploratória inicial do trabalho Porteirinha apareceu como o primeiro município do norte de Minas a ser beneficiado pelo PRONAF. Em vários documentos de organizações governamentais e não governamentais Porteirinha está presente, geralmente relacionada ao Sindicato de Trabalhadores Rurais e organizações de trabalhadores rurais. A escolha de Porteirinha está ligada a esse protagonismo do município e também ao fato de haver forte movimento de mulheres rurais, que organizam e participam de marchas e seminários por todo o Brasil.

Procurou-se abordar Porteirinha por meio de produções acadêmicas sobre o município, que em sua grande maioria tratam dos aspectos dinâmicos da economia rural. Também foram explorados documentos governamentais e de organizações não governamentais.

Etapas I

Leituras prévias sobre a cidade de Porteirinha instigaram a necessidade de conhecer “in loco” a organização, representação política, processos de empoderamento das mulheres, bem como as vinculações com as mudanças nas relações de gênero.

Assim, a primeira etapa da pesquisa consistiu em um levantamento de dados com o intuito de obter um primeiro contato com a área de estudo e a temática. O primeiro trabalho de campo se deu no dia 21 de junho 2017, levando na bagagem,

parte de minha história de vida, experiências de trabalho e uma enorme expectativa em iniciar a investigação dos objetivos propostos nesta dissertação.

Optou-se por fazer um reconhecimento do campo, com visita ao mercado municipal, onde foi possível vivenciar a organização, a riqueza cultural e a organização social daquelas pessoas, bem como degustar pratos típicos da região. Em seguida, nos dirigimos ao sindicato dos trabalhadores rurais e a prefeitura municipal para apresentarmos a pretensão da pesquisa e buscar parcerias para o desenvolvimento das atividades propostas.

Etapas II

A partir das informações da etapa anterior e intermediado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha, no dia 22 de agosto de 2017 foram realizadas duas reuniões nas comunidades de Bom Jesus e Paraguai, respectivamente.

O objetivo seria desenvolver atividades grupais a fim de conhecer a realidade das mulheres moradoras das diversas comunidades pertencentes ao município de Porteirinha. Acompanhada por Dona Lourdes (Diretora do Sindicato) e Maria Helena (responsável pelas ações de Políticas Públicas para Jovens e Mulheres) a primeira reunião se deu na comunidade de Bom Jesus, em que se partiu da apresentação das integrantes do grupo, até chegar em uma dinâmica intitulada “Jogo do Censo”. Com essa atividade foi possível construir a perfil do grupo e conhecer um pouco das realidades e expectativas de cada mulher.

A reunião contou com 34 participantes das comunidades de Vila Bom Jesus, Bom Jesus de Dentro, Várzea, Poço, Barreiro Dantas, Barreiro Dantas II, Mocambo da Onça, São José do Gorutuba.

A reunião seguinte foi na comunidade de Paraguai e, apesar da aplicação da mesma atividade, os resultados trouxeram as particularidades daquela região. Esta contou com 33 participantes das comunidades de Bom Jesus, mocambo da Onça, Paraguai, Angical, Queimados, Boião.

A discussão grupal e as dinâmicas trabalhadas nos possibilitou uma aproximação com as mulheres locais, e foi fundamental para se identificar as atividades rotineiras daquele público, os empreendimentos individuais e coletivos existentes na região, e as formas e possibilidades de participação social e política.

Etapa III

O terceiro momento da pesquisa foi na feirinha da semana, onde se realizaram entrevistas a partir de um questionário semiestruturado em quatro grupos temáticos: perfil da família, sistema de produção, produtos comercializados, dinâmica da feira.

As entrevistas se caracterizaram em ricos momentos de aprendizado, conhecimento e descontração. Sempre entre um cliente e outro, um beiju, um café ou um doce de produção local, as histórias iam se multiplicando e as dores e amores do cotidiano da feira iam se traduzindo no desafio de luta das mulheres rurais.

Foi possível observar que o comércio de artesanatos, verduras, hortaliças, frango, queijo, tempero, ovos, biscoitos, bolos, roscas, dentre outros eram os atrativos da feira, mas o diferencial estava nas relações interpessoais, na organização e nas formas de reivindicação expressas nos olhares e nas ações daquelas pessoas.

As informações relativas à idealização, criação e legislação da feira foram disponibilizadas por Roselei (conhecida por todos como Rose), que atualmente presta serviço para o município de Porteirinha, desempenhando a função de agente de desenvolvimento local.

Etapa IV

Na ultima etapa foi possível realizar entrevista em maior profundidade com Dona Lourdes – Presidenta do Sindicato de trabalhadores Rurais de Porteirinha. Essa atividade se fez relevante para fazer a relação entre contexto e biografia e podermos enxergar mais apropriadamente a realidade das mulheres como sujeito político. A entrevista e outras conversas em diferentes momentos visou registrar a trajetória dessa importante liderança regional.

Através da entrevista com Dona Lourdes, foi possível entender não apenas a sua história de luta no sertão mineiro, mas também suas ações afetivas frente ao sindicato para impulsionar outras mulheres a buscar participação e empoderamento no individual e coletivo.

Em diferentes oportunidades registramos a história de vida de dona Lourdes, além de acessar trabalhos e documentos que registraram a atividade de nossa atora social.

A observação, registro e pesquisa direcionada foram compilados para compor um arsenal de informações para realizar a sistematização e análise dos dados contidos neste trabalho.

3.7 Mulheres de Porteirinha



FIGURA 05: Marcha das Mulheres – Março de 2013

FONTE: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha

Após leitura e levantamento de informações, teses, dissertações e publicações sobre Porteirinha visitei pela primeira vez o município, no caminho a paisagem em sua maioria de vegetação típica da Caatinga emoldurada pela “Serra Geral” apresenta uma beleza cênica por muitos desconhecida, mas que revela muito sobre a região.



FIGURA 06: Serra Geral em Poreirinha.
Fonte: Jairo Barbosa

A parada inicial se deu no mercado municipal.

O mercado municipal de Poreirinha é reconhecido regionalmente como um dos principais símbolos do município, está situado à direita da entrada da cidade (sentido Montes Claros - Poreirinha)



FIGURA 07: Mercado Municipal de Poreirinha
Fonte: Prefeitura Municipal de Poreirinha

No que se refere ao potencial econômico, o mercado municipal de Porteirinha se destaca pela prática de economia solidária e forte presença da agricultura familiar, mas o que chamou realmente a atenção foi a intensa predominância do trabalho feminino, com destaque ao setor de alimentação (restaurantes) que conta com 04 blocos, sendo 12 barracas, totalizando aproximadamente 36 mulheres na realização dos trabalhos. A gestão das barracas tem predominância de mulheres, onde a maior parte delas reside na zona urbana, mas tem fortes laços com a zona rural. Entre as barracas há uma competição saudável, de “quem faz a comida mais gostosa” e também muita camaradagem e cooperação entre os pontos que servem comida que estão em conexão com o que é comercializado nas barracas da feira do mercado, onde muitos produtos são resultado do trabalho familiar e em grande parte do trabalho da mulher.

As angústias em pesquisar tal realidade foram instigadas por esse contato inicial, e nos levou a 2 (duas) reuniões com mulheres de diversas comunidades rurais de Porteirinha e visitas ao sindicato de trabalhadores rurais. As lideranças mulheres do sindicato indicaram o interesse em saber o perfil das mulheres da feirinha da semana, na qual o sindicato contribuiu para a organização, mas que foi efetivada através de iniciativa da prefeitura municipal.

Como já mencionado, a primeira reunião foi realizada na Comunidade de Bom Jesus, e a segunda reunião foi na Comunidade de Paraguai, todas intermediada pelo Sindicato Rural daquela localidade. O intuito era conhecer quem eram as mulheres daquele entorno e quais suas formas de pensar e viver frente aos desafios impostos pela sociedade atual.

A apresentação individual e a dinâmica intitulada “Jogo do Censo” foi fundamental para garantir os objetivos propostos, pois foi a partir daí que aconteceu o primeiro passo para a integração do grupo através da construção do perfil de cada mulher. A reunião de Bom Jesus contou com 34 participantes, sendo Vila Bom Jesus – 19, Bom Jesus de Dentro – 3, Várzea – 1, Poço – 3, Barreiro Dantas – 1, Barreiro Dantas II – 2, Mun. Da Onça – 1, São José do Gorutuba – 4. A reunião na comunidade de Paraguai contou com a participação de 33 mulheres, sendo das seguintes comunidades: Bom Jesus – 1, Mun. Da Onça – 1, Paraguai – 11, Angical – 14, Queimados – 1, Boião – 5.

A diversidade de mulheres das várias comunidades permitiu uma análise mais ampla do contexto.



FIGURA 08 - Reunião com mulheres na Comunidade de Bom Jesus
FONTE: Pesquisa de campo, 2017.



FIGURA 09 - Reunião com mulheres na Comunidade de Paraguai
FONTE: Pesquisa de campo, 2017.



FIGURA 10 - Reunião com mulheres na Comunidade de Paraguai
FONTE: Pesquisa de campo, 2017.

Embora não tenha sido identificado nenhum empreendimento coletivo organizado na comunidade de Bom Jesus e apenas uma associação de mulheres (que discorreremos em seção posterior), quase todas as mulheres declararam produzir algo para vender externamente, com a finalidade de complementar o orçamento familiar. Artesanato, queijos, salgados, bolos, doces, marmitas, requeijão, biscoitos e roscas foram os itens mais citados, quando o assunto era fonte de renda.

A grande maioria das mulheres afirmou desenvolver atividades como plantar, colher, criação de animais, cuidar de idosos e pessoas acamadas, produção de biscoitos e outros quitutes para o consumo da família, além de cuidar da casa, porém elas não consideram essas atividades um trabalho.

Sabe-se que tais atividades apesar de contribuir na renda da família, ainda remetem para muitos, como atividade complementar ao trabalho masculino, não sendo valorizadas, e essa falta de reconhecimento é o motivo principal da invisibilidade do trabalho feminino dentro do setor produtivo.

... além de cuidar da casa, eu cuido dos porcos, mas é só pra comer mesmo, eu não vendo não.

...eu sou voluntária na associação de deficientes. Sou sócia e sempre dou faxina na instituição.

...agente não cansa de fazer o serviço de casa mais tem que fazer. Não sei como a gente aguenta. Chega no final do dia a gente não vê nada,. Cê cuida de galinha. Cuida de Porco, limpa a casa, faz comida e na mesma hora tá sujo e tem que fazer tudo de novo. Cê trabalha na roça, Cê vê o resultado, vê aquela tanto de serviço, mas dentro de casa CE não vê fazendo nada. Mas eu trabalho na roça também. Não tem nada NE roça que eu não sei fazer. Tudo quanto é serviço eu faço. Eu planto, eu risco, eu colho.

Nas falas acima, nota-se que, apesar de não considerar a atividade não remunerada como trabalho, elas sabem da importância da realização de tais tarefas no cotidiano familiar. Notou-se, também, muita satisfação e prazer nas falas referentes às suas atividades diárias; a maioria das entrevistadas não esconde que o serviço rotineiro é difícil, cansativo, mas que dá muita satisfação quando chega no final do dia e deu conta de cumprir todas as atividades.

A grande maioria lamenta por não conseguir trabalho remunerado; diz que hoje está muito difícil encontrar algum tipo de trabalho, até na lavoura está difícil, que hoje não dá só para o homem arcar com todas as despesas da casa sozinho. Mas, quando foram indagadas se seus maridos as deixavam trabalhar fora de casa, a resposta foi não. Só poderiam trabalhar em alguma coisa que pudesse ser feita em casa mesmo.

Dona Lourdes, diretora do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Porteirinha, por trabalhar fora de casa e remunerado desde a adolescência apresenta uma visão e opiniões mais encorajadas que a maioria das mulheres ali presentes.

Temos que tirar de nós essa ideia de que eu não consigo fazer nada. Nós do sindicato sofremos quando chega alguém para encaminhar um benefício e a gente pergunta “o que você faz” e gente, a maioria das respostas da dor no coração da gente. Que nós temos certeza de como é a vivência das mulheres, uma dupla ou tripla jornada de trabalho infinita, tem casa que a mulher é arrimo de família que ela é mulher, é o homem, ela é o pai, ela é a mãe, ela é tudo ao mesmo tempo né, aí quando a gente pergunta “o que

você faz?” eu não faço nada. Pensa num trem que dói, ai agente pergunta você cria galinha? Crio. Quem cuida? eu. Você cria um porco? Crio. quem cuida? Eu. Eu cuido de uma vaquinhas lá, eu tenho uma hortinha, eu to com uma rocinha lá. Nós temos que mudar nós mesmos. A gente tem que tirar o machismo de dentro de nós mesmo, infelizmente eu tenho que dizer isso. O filho não pode lavar a cueca porque é serviço de mulher. Quando uma menina nasce a gente já dá uma boneca. Quem quer disputar a beira do fogão e a vassoura com a mulher? Não que isso não seja importante, mas nós ensinamos isso às nossas filhas. Homem não pode brincar de casinha e panelinha que nós já fazemos uma ideia e uma relação errada. Os homens tem que saber fazer isso sim, pela sua própria independência. Estamos mudando muito, mas ainda temos muito mais a mudar. Nós temos no mínimo 16 horas de trabalho diárias. Diariamente nós somos as primeiras e levantar e as ultimas a dormir.

A maioria das mulheres ali presentes está ciente que participam da esfera “produtiva”. Assim, considerar como trabalho as inúmeras atividades desenvolvidas no âmbito doméstico e nos quintais e seus arredores é uma forma de torná-las mais visíveis e mais valorizadas.

Porém, se observada a forma com que as mulheres locais se inserem na sociedade e constroem suas identidades, o trabalho não remunerado constitui parte muito importante nas suas vidas, principalmente porque elas são as principais responsáveis não só pela execução dos afazeres domésticos, mas, também, pela administração dos recursos financeiros direcionados para as famílias, em alguns casos. Isso acaba dificultando a inserção das mulheres em atividades que vão além das supracitadas. O trabalho da mulher tem que ser reconhecido e valorizado. Deve-se criar categorias que deem conta da diversidade de trabalho realizado pelas mulheres. As categorias legitimadas academicamente e socialmente pelo poder masculino invisibilizam qualquer tipo de trabalho que não esteja no campo mercantil capitalista (mercadoria).

Quando questionadas sobre cargos e posições de liderança, foram identificadas diretora de sindicato, diretora de políticas públicas para jovens e mulheres, presidente, vice e secretária de associação de moradores, responsáveis por obras sociais e nas igrejas, além de quem curiosamente se identifica como responsável por ligar e desligar a bomba de água. Todas sabem o valor de suas atividades, porém relatam a dificuldade em acumular determinadas funções e

compromissos em virtude da necessidade e obrigatoriedade em realizar as atividades domésticas.

Muitas mulheres justificam a não participação do parceiro nos afazeres domésticos por conta da incapacidade dele em realizar esse tipo de atividade por ser homem. Aqui, nota-se que se reproduz o estereótipo de gênero, segundo o qual as tarefas domésticas não seriam para os homens.

Tem coisa que nós mulheres fazemos e que homem não faz. E tem coisa que homem faz e que nós mulheres não fazemos. Eu não sei pegar um machado e tirar lenha.

... o marido só fica perguntando cadê o almoço, cadê a janta, se não fizer ou esquentar a comida ele não come. Fica esperando receber na mão.

Eu não tenho nenhuma filha mulher, é tudo homem... quando meus meninos era adolescentes eu lavava as roupas e enchia o arame, eu pedia o menino pra pegar a poupa. Tinha um que ia e pegava todas as roupas, quando chegava nas calcinhas ele saltava e não panhava. Eu perguntava, porque você não panhou, ele respondia que não pegava calcinha não.

Um dos diferenciais identificados no grupo foi uma associação na comunidade de Paraguai, que conta com a participação de 07 (sete) mulheres que produzem bolos e biscoitos diversos, e comercializam na comunidade/entorno e na Feirinha da semana na cidade de Porteirinha. Elas contam com um forno que fica na sede da associação comunitária. São 07 famílias diretamente beneficiadas e não contam com parceria ou ajuda financeira de nenhuma entidade.

As mulheres da referida associação afirmam que, além das atividades domésticas e do quintal, elas pensam e organizam ações para o desenvolvimento feminino.

Nós somos uma associação de mulheres. 16 mulheres que reúne mensalmente para pensarmos em nós mesmos. O primeiro passo foi com bordado, quando começou a associação foi uma ensinando quem não sabia (quem sabia ponto de cruz, ensinava quem não sabe. Quem sabe crochê ensinava quem não sabe). Depois pensamos em fazer algo de comer. Porque assim, as outras coisas a gente até faz, mas é difícil de vender que

uma coisa pra comer. Hoje nós somos sete mulheres que faz biscoitos e sai vendendo de porta em porta. Tem as meninas da escola, as professoras, os diretores, o pessoal do sindicato, compra ne nós. Nós sabia o básico e fizemos os cursos para aprender coisas diferentes, novidades. A associação tem uns 20 anos, mas esse grupo do biscoito tem uns 4 anos. Começamos com essas 5 na casa de uma, cada uma levava a vasilha da sua casa. Depois montamos um forno de tambor na sede da associação comunitária. Hoje também temos uma barraca na feirinha da semana

Observamos nas conversas entre as mulheres e na fala das lideranças o reconhecimento da importância de atividades que são flexíveis às demandas domésticas às quais as mulheres dão conta no cotidiano da família rural. Esse reconhecimento reflete nas demandas por formações que chegam ao Sindicato de Trabalhadores Rurais. Crochê, biscoitos, pães, temperos, são processos possíveis das mulheres acompanharem concomitantemente ao trabalho doméstico. Não fica patente o desejo das mulheres em exercer atividades produtivas inseridas num mercado de trabalho que exige que esteja fora do espaço doméstico o dia inteiro. Inclusive em algumas reuniões registra-se o cálculo econômico de que um salário mínimo (que é a remuneração da maioria que trabalha “fora de casa”) é muito menos do que ganhariam trabalhando em casa. A insatisfação que as mulheres apresentam é relativa a não valorização das atividades que exercem.

Quando indagadas por que quiseram fundar uma associação só de mulheres, a resposta foi a seguinte,

Eu acho que aqui no Paraguai tem três associação, duas de homem e uma de mulheres. Nós queria fazer algo diferente que a associação de homens não dava oportunidade. Nós queria fazer um bordado, um biscoito e a associação dos homens é voltada para o trabalho no campo, trabalho na roça, plantar milho, sorgo, fazer ração.

Fica nítido que as mulheres se responsabilizam não só pela execução dos afazeres domésticos, como também pela realização de tarefas que venham contribuir com as contas da casa. Assim, há pouco tempo disponível para descanso, complementado pela pouca disposição e inabilidade da maioria dos homens para a execução desse tipo de atividade. Isso tudo está relacionado não apenas com a

conformação das relações de gênero, como também com a não valorização do trabalho doméstico.

Quando questionadas sobre o conceito de gênero houve receio em arriscar uma resposta precisa, a grande maioria relatou não saber responder, porém três respostas foram firmemente proclamadas,

Gênero tem a ver com masculino e feminino. Em questão de capacidade não tem diferença nenhuma prá mim.

Tem muitos homens que não sabe fazer o que a mulher faz ... na cidade sobre leitura eu não sei... mas na roça eu não tenho inveja de homem nenhum, faço tudo que o homem faz. Achar que a gente não tem a força do homem, e por isso a gente não faz o que eles faz, tá enganado, a gente faz sim, e as vezes com mais qualidade do que eles que é na força.

... antes as casa tinha sala e varanda... os homens chegavam e já ficava na varanda recebendo tudo nas mãos, o homem não entrava na cozinha... hoje as coisas mudaram, já tá tudo misturado. Até as paredes da sala e da cozinha já foram quebradas, e tem aqueles espaços conjuntos.

Diante de tais falas, as mulheres demonstram não ter uma resposta clara sobre o conceito de gênero, porém elas estão conseguindo relacionar tal conceito a uma categoria histórica, referente às representações do feminino e masculino, marcada por relações desiguais.

Compreender as relações de gênero no meio rural é um caminho possível diante do processo de empoderamento destas trabalhadoras, que dia após dia vêm enfretamento as desigualdades e mudando sua história em três níveis interdependentes: individual, organizacional e político.

Fica patente que as mulheres que estão envolvidas em atividades coletivas, em sua maioria, têm consciência da “condição feminina”, e identificam na parceria com outras mulheres, com a participação em associações, organizações, um caminho de construção de um lugar emancipado na família, na agricultura familiar, e nos espaços que atuam.

3.8 Feiras agroecológicas e de agricultura familiar: um espaço de saberes da economia local

De origem antiga e com hipóteses diversas sobre o marco histórico do seu surgimento, as feiras livres são parte da paisagem das pequenas às grandes cidades brasileiras. Além de possuírem grande importância sócio cultural, visto que são mais que espaços de transações comerciais, são também caracterizadas como espaços de interação e diversidade de cultura popular e alimentar.

São características das feiras livres a articulação entre produção, comercialização e consumo, atualmente acrescida por termos ligados à agricultura familiar, agricultura orgânica, agroecologia, e comércio justo e solidário. Badue e Gomes (2011) traduzem tais termos da seguinte forma,

Agricultura Familiar (AF) – considera-se agricultor familiar, aquele que pratica atividades no meio rural de acordo com determinado limite de área, utilização de mão de obra da própria família, renda familiar originada de atividades econômicas do estabelecimento, direção do estabelecimento com sua família (Lei Federal nº 11.326/06).

Agricultura Orgânica – é um conjunto de sistemas de produção agrícola que, entre outras coisas, não permite o uso de substâncias que coloquem em risco a saúde de consumidores e trabalhadores e o meio ambiente. Além disso, partem do respeito às leis ambientais e às boas relações com os trabalhadores e não utilizam substâncias proibidas pela legislação de orgânicos, como agrotóxicos, fertilizantes minerais solúveis, hormônios, antibióticos e outros medicamentos.

Vale ressaltar que a ideia de agricultura orgânica está ligada mais à técnica de cultivo e Agroecologia é uma proposta de agricultura e de sociedade com caráter técnico, econômico e político interligados.

O Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário - Decreto nº 7.358 (17/11/2010) define como Agroecologia – uma ciência holística e interdisciplinar que objetiva o desenvolvimento sustentável da agricultura. Segue as normas da produção orgânica, e leva em conta os seguintes aspectos:

➡ ambiental: os produtores realizam manejo ecológico da produção de acordo com os recursos naturais disponíveis com o mínimo de impacto na natureza e em sua biodiversidade.

- social: promove a valorização da agricultura familiar e da qualidade de vida de todos os atores da cadeia (do produtor ao consumidor) no campo e na cidade;
- econômico: tem como base estimular uma comercialização justa e solidária;
- cultural: valoriza o conhecimento e a experiência de cada agricultor e a cultura local.

Comércio Justo e Solidário (CJS) – é uma nova forma de comercializar, uma “prática comercial diferenciada pautada nos valores de justiça social e solidariedade realizada pelos empreendimentos econômicos solidários”. Esta definição consta no Decreto nº 7.358 (17/11/2010), que institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário.

Vimos anteriormente que a agroecologia tem uma proposta política, econômica e cultural relacionada a sustentabilidade e a equidade social, e está intimamente ligada ao fortalecimento de economias diferenciadas, a superação da exploração tanto da agricultura campesina, como do trabalho exercido pelas mulheres.

A prática da feira livre vem contribuindo para fortalecimento da agroecologia e da agricultura familiar, e representa uma importante vivência e canal de comercialização para os agricultores familiares, além de oferecer à população em geral opções diante do alimento produzido pelo agronegócio, que tem se caracterizado pela insustentabilidade ambiental e forte utilização de agrotóxicos, tornando o Brasil o maior consumidor de agrotóxicos do mundo.

Segundo dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Observatório da Indústria dos Agrotóxicos da Universidade Federal do Paraná, divulgados durante o 2º Seminário sobre Mercado de Agrotóxicos e Regulação, realizado em Brasília, DF, em abril de 2012, enquanto nos últimos dez anos o mercado mundial de agrotóxicos cresceu 93%, o mercado brasileiro cresceu 190%. Em 2008, o Brasil ultrapassou os Estados Unidos e assumiu o posto de maior mercado mundial de agrotóxicos (Dossiê ABRASCO, pag. 49).

Ainda conforme o mesmo dossiê, ao tratar de alternativas ao agrotóxico, destaca-se a importância e a resiliência dos circuitos locais e regionais de abastecimento que funcionam no mundo inteiro. Segundo o relatório “uma parcela

muito significativa dos alimentos consumidos no mundo (85%) é produzida em âmbito nacional ou na mesma região ecológica “ (ABRASCO,2015, 519).

As referidas feiras não movimentam apenas produtores, mas também a comunidade local, que visa a uma melhor qualidade de vida, valorizações culturais locais a partir da ingestão de alimentos oriundos da agricultura familiar de base orgânica.

É interessante observar que nesse tipo de comercialização a oferta dos produtos varia de acordo com a época do ano, e a tendência de preço é inversa ao volume de oferta. No caso de Porteirinha, a prefeitura proíbe a presença de revendedores ou de distribuidores, porém é comum encontrar feirantes que levam o produto de um parente, vizinho ou amigo para comercializar, quando esse, por algum motivo, encontra-se impossibilitado de realizar tal tarefa. Quem comercializa aproveita a feira para vender sua produção e comprar aquilo que lhe falta.

Nesse viés, a feira se fez e se faz um importante local para observar e compreender a magnitude da riqueza cultural humana. Nesse ambiente se entrecruzam histórias, causos, saberes, sabores e desamores. Ir à feira rejuvenesce a alma, revigora o espírito e faz um bem danado para o coração, pois ali, sim, somos capazes de articular a natureza, o ser humano e um complexo de tradições que a modernidade insiste em chamar “erroneamente” de ultrapassada.

A feira representa uma importante experiência histórica da agricultura familiar. A história da feira em Porteirinha anda passo a passo com a história do município e do trabalho desenvolvido pelas mulheres do campo.

3.9 A feirinha da semana



FIGURA 11. Convite do lançamento da Feirinha da Semana
FONTE: Prefeitura Municipal de Porteirinha

A idealização de uma feira agroecológica iniciou em 2015, quando Roselei (para todos, Rose) e outros funcionários da administração local visitaram a cidade de Três Rios - MG e lá conheceram um modelo de sucesso chamado casa do Empreendedor. Foi a partir daí que obedecendo à estrutura local, foi inaugurado em Porteirinha o espaço do Empreendedor, onde o projeto principal foi implementar na cidade a feirinha da semana.

Roselei (para todos, Rose) atualmente é agente de desenvolvimento local na prestação de serviço para o município de Porteirinha. Ela esteve presente na idealização e participa diretamente das ações que visam agregar melhorias a feirinha da semana. O trabalho do agente de desenvolvimento foi criado pela lei 123 de 2006, mas que no município de Porteirinha foi implementado em julho de 2013, visando buscar projetos que fazem intervenção no desenvolvimento local e até no âmbito regional.

A Feirinha da Semana foi inaugurada no dia 28 de Agosto de 2017. Conforme o Projeto de Lei nº 010, de 27 de abril de 2017 foi criada com o intuito de comercializar a produção oriunda dos produtores e das comunidades rurais na modalidade de agricultura familiar, além de retirar os vendedores ambulantes que

comercializavam seus produtos espalhados pelas ruas da cidade, muitas vezes sem condições de higiene e organização.

Inicialmente sob a orientação da Emater e apoio das secretarias de Desenvolvimento Social, Administração e Planejamento, obras e secretaria de agricultura, bem como o Instituto Federal do Norte de Minas, associação comercial de Porteirinha e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, dentre outros parceiros que, progressivamente, foram se juntando com a finalidade de conseguir um espaço adequado para realização desse projeto.

A partir dessa união foi formada uma comissão que conta com a representação das diversas instituições, inclusive, dos próprios feirantes, pois eles sim, sempre foram considerados alvo de ação e intervenção direta, e nenhuma proposta poderia ser aprovada sem contar com o parecer dos reais beneficiários.

É fato que parte dos feirantes se mostrou resistente a esse processo de mudança, pois muitos viviam uma rotina de anos de trabalho e comercialização nas ruas da cidade, porém as ações de efetivação do projeto se fizeram necessárias considerando que a partir de um plano diretor e lei sancionada em 2016, inclui um código de posturas que proíbe a comercialização de produtos, sem regras e fiscalizações, em pontos públicos da cidade.

O espaço escolhido foi um terreno ocioso, antes utilizado pelo DER (Departamento de Estrada e Rodagem), e que foi repassado ao município através de um termo de cessão de uso.



FIGURA 12. Espaço onde é realizada a Feirinha da Semana
Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A partir do processo de cadastramento, de inscrição, e emissão de alvará de funcionamento, foram disponibilizadas 28 barracas, com capacidade para 56

feirantes, sendo necessária 01 barraca para 02 feirantes. Das finalidades e objetivos, considerando o referido projeto de lei, em seu artigo 1º, afirma-se que a feira é destinada à venda, nas barracas, exclusivamente a varejo, de produtos hortifrutigranjeiros, conservas caseiras, biscoitos e doces caseiros, cereais, artesanatos confeccionados no Município e pescados,

Parágrafo 1º - Entende-se como produtos hortifrutigranjeiros como: verduras, frutas e seus derivados, inclusive grãos, ovos, aves abatidas e mel.

Parágrafo 2º - Entende-se como pescado: carpas, traíras, peixes existentes na região.

Parágrafo 3º - A comercialização de pescados deverá ocorrer mediante orientação do Serviço de Inspeção Municipal.

Parágrafo 4º - Entende-se como produtos derivados do leite: queijo, manteiga, nata e requeijão.

Parágrafo 5º - Entende-se como conservas: doces caseiros e compotas.

Parágrafo 6º - Entendem-se como produtos de processamento caseiro, aqueles fabricados e transformados pelo agricultor, inclusive polpa de frutas.

Parágrafo 7º - Em relação às carnes de aves e pescados, a venda se dará mediante orientação do Serviço de Inspeção Municipal.

Diante da referida legislação, as pessoas pretendentes em comercializar na Feira, no momento do cadastramento, deverão provar a sua condição de pequeno produtor, declarando o lugar, ou seja, sua comunidade, suas culturas e tipos de produtos a comercializar na Feira. Consta também no regulamento a proibição a qualquer dos feirantes cadastrados utilizar outro espaço de comercialização nas vias públicas de Porteirinha, sob pena de ser excluído do espaço da Feira Livre, e cassado sua licença de funcionamento.

É fato a resistência de alguns feirantes em aderir às mudanças impostas e regulamentadas pela legislação municipal. As reclamações mais comuns são referentes aos dias de funcionamento, sendo segunda a sexta-feira, e na opinião dos feirantes sábado seria um dia primordial para as vendas. A prefeitura alega que o não funcionamento aos sábados se dá em virtude de levar a total comercialização agroecológica do município para o cartão postal da cidade, que é o mercado municipal.

O horário de funcionamento (07h00min as 12h00min) e a disposição das barracas (algumas ficam recuadas ao fundo, outras tomam sol todo o período da manhã) são pontos comuns de reclamações, e a prefeitura garantiu cobrir todo o

espaço nos próximos meses. Quanto ao horário, tal órgão não aponta necessidade em estendê-lo.

Quanto às reclamações sobre a fidelidade dos clientes nos seus antigos locais de comercialização, foi prometido investimentos no setor de marketing e divulgação das atividades e atrativos da feira.

Os desafios são diários e aos poucos passíveis de superação. Ainda não é possível relatar um parecer sobre os questionamentos apontados por ambas as partes desse processo de transformações. Porém, espera-se de fato que as mudanças venham valorizar as práticas de comercialização desses produtores, e que a partir daí o acesso a direitos e uma vida digna seja um caminho inevitável para cada um deles.

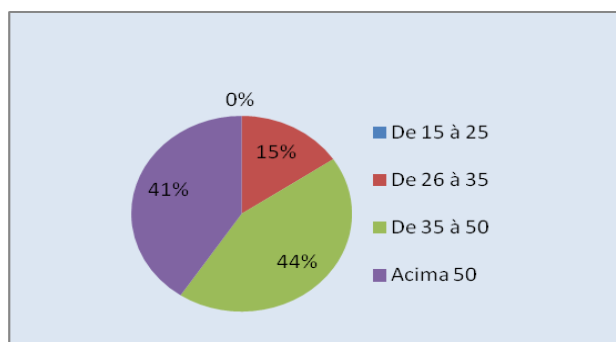
3.10 Diagnóstico e perfil da feirinha da semana

Pesquisar a FEIRINHA DA SEMANA foi a opção escolhida por a mesma ser composta exclusivamente por mulheres que estão inseridas tanto na produção como na comercialização. A gestão da feira é composta também por um grupo das feirantes, STR de Porteirinha e Prefeitura, que orientam as formas de comercialização dos produtos.

Assim, objetivou-se a partir de um diagnóstico, traçar um perfil e analisar a organização das ações na referida feira. Apesar de o local ter capacidade para abrigar 56 feirantes, a assiduidade era de cerca de 40 pessoas, dessas 32 concordaram em participar da entrevista que teve como base um questionário semiestruturado.

Os primeiros dados estão relacionados à faixa etária e ao estado civil das participantes:

GRÁFICO 01 - IDADE

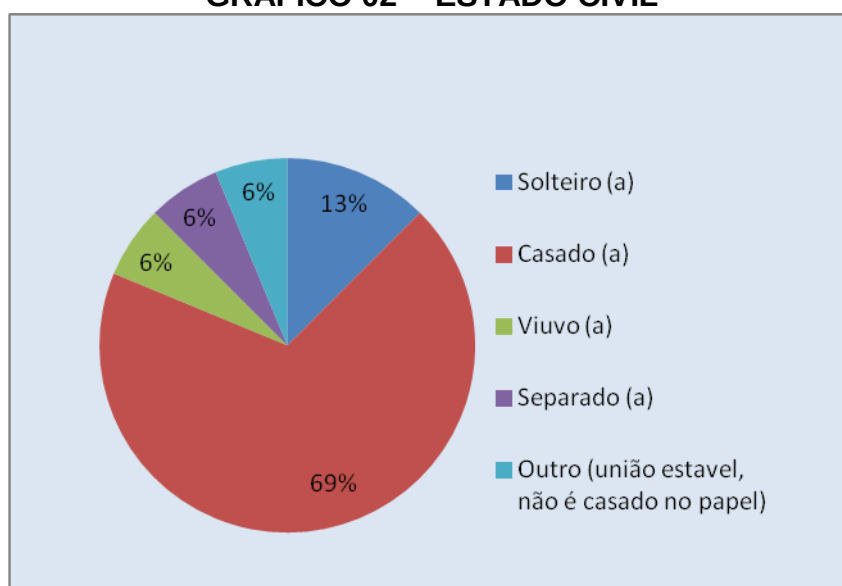


Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

O que se observou foi a unanimidade de mulheres a frente da organização das barracas. Sabe-se da capacidade da mulher em ser autora da sua vida social, pois a ela cabe a produção, negociação e compras, porém é na comercialização dos produtos que ela se destaca. É comum os homens cuidarem exclusivamente da produção e dos trabalhos de roçado, alegando que a mulher dispõe de mais habilidade com as vendas.

No que se refere à questão etária, é perceptível o número significativo de mulheres maduras que atuam na feira, ou seja, 44% possuem idade entre 35 e 50 anos e, uma parcela considerável (41%) é formada por mulheres que já completaram 50 anos. Este dado revela que a idade não é um obstáculo para o desenvolvimento de atividades profissionais, e que o pensamento ou mesmo crença de que a mulher a partir dos 50 deveria ficar em casa cuidando de netos não é realidade para muitas mulheres.

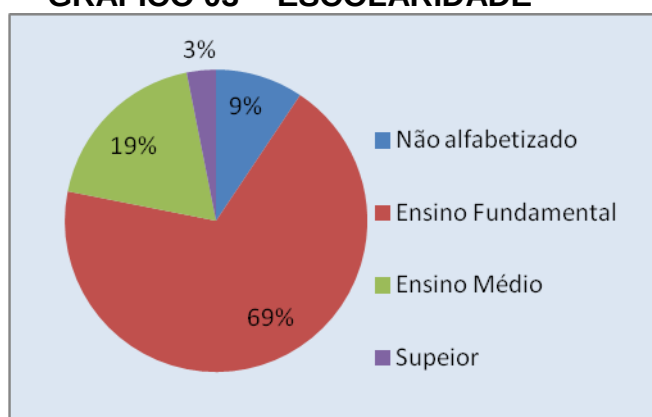
GRÁFICO 02 - ESTADO CIVIL



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A maioria das mulheres entrevistadas é casada (69%) e as solteiras, na maioria das vezes, são as mais jovens, e guardam para si essa aspiração para o futuro.

Em relação a escolaridade,

GRÁFICO 03 - ESCOLARIDADE

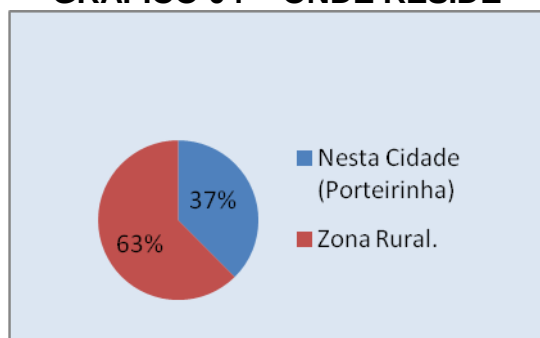
Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Não obstante a existência de diversos programas de formação do governo federal voltados para a alfabetização de adultos, a baixa escolaridade é um problema grave e ainda presente no universo pesquisado, principalmente entre o público mais velho.

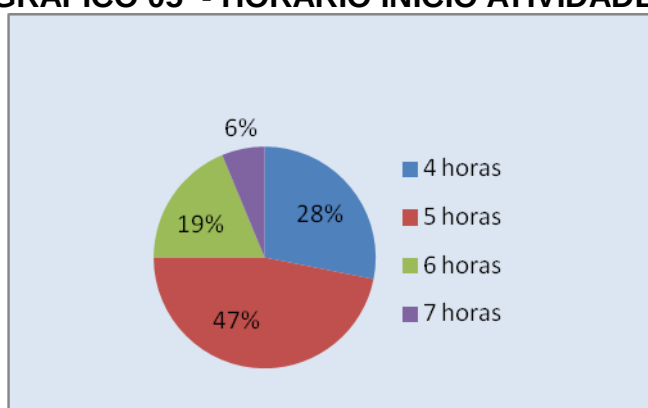
Observamos que embora existam feirantes com baixo nível de estudo, 69% possuem ensino fundamental, 19% concluíram o ensino médio e 3% apresenta formação superior.

Verifica-se que embora as atividades da feira não exijam um grau elevado de escolaridade, muitos optaram pelos estudos, almejando melhores oportunidades na vida. Quando questionados sobre a possibilidade de conseguirem emprego em outras áreas, a opção por “ser” feirante se deu em virtude do local ser apresentado não apenas como espaço de comercialização, mas socialização de saberes e lazeres; uma forma de identidade cultural e comercial que beneficia todos os atores envolvidos no seu processo de formação e organização. Fazendo referência ao atual momento econômico do país, foi citado que a rentabilidade da feira e flexibilidade de horários, supera os rendimentos em outros trabalhos compatíveis com as referidas escolaridades.

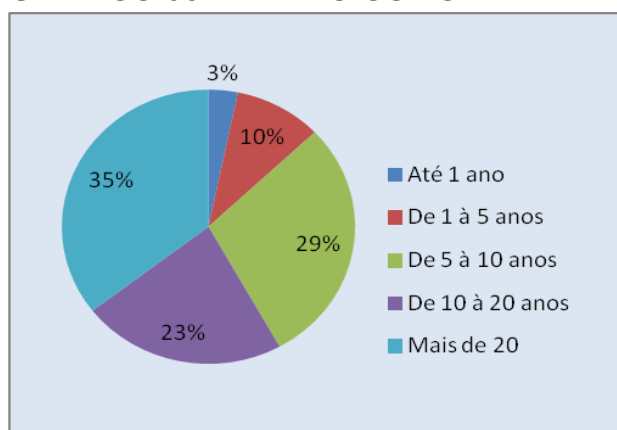
O gráfico seguinte analisa o local onde residem as feirantes, o horário de início das atividades e o tempo como feirante.

GRÁFICO 04 - ONDE RESIDE

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

GRÁFICO 05 - HORÁRIO INÍCIO ATIVIDADES

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

GRÁFICO 06 - TEMPO COMO FEIRANTE

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A maioria reside na zona rural (63%) e por isso tem que iniciar as atividades antes das 5:00hs. O processo de organização e transporte dos produtos exigem tempo, embora os feirantes tenham suas propriedades localizadas nas proximidades do município de Porteirinha. Como o horário de funcionamento das feiras começa por volta das 7h, antes disso, os feirantes também realizam todo o trabalho de montagem das barracas e exposição de seus produtos.

35% das feirantes possuem mais de 20 anos de feira, o fator econômico motiva a insistência desse tipo de comércio, uma vez que a maioria dos fregueses usam dinheiro em espécie, de forma a haver circulação imediata de capital, o que favorece o feirante, o qual disponibiliza outros meios de pagamento, porém a tradição ainda se mantém predominante nesse tipo de transação comercial.

É importante analisar o início das atividades fazendo a distinção entre o contexto da cidade e da zona rural.

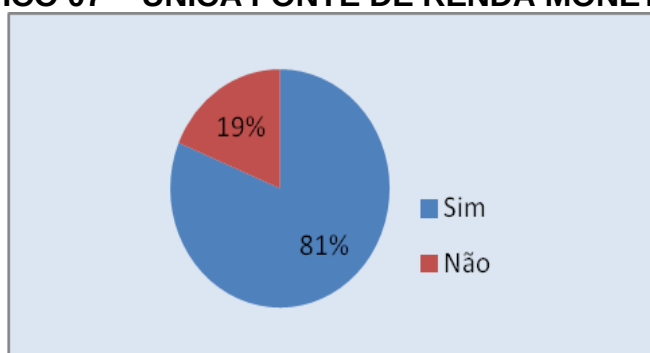
	FEIRANTE QUE MORA NA CIDADE	FEIRANTE QUE MORA NA ZONA RURAL
ATIVIDADES ANTES DA SAÍDA DE CASA	Organização dos produtos da feira	Organização dos produtos da feira. Cuidados com o quintal, horta, aves e animais.
HORÁRIO DE SAÍDA DE CASA	6:00	4:00
HORÁRIO DE INÍCIO DAS ATIVIDADES NA FEIRA	6:30	6:30
HORÁRIO DE FIM DAS ATIVIDADES NA FEIRA	13:00	13:00
HORÁRIO DE CHEGADA EM CASA	13:30	14:30/15:00
ATIVIDADES PÓS CHEGADA EM CASA	Organização do almoço e atividades domésticas	Organização do almoço e atividades domésticas. Cuidados com o quintal, horta, aves e animais.

QUADRO 04: Atividades realizadas pela feirante da cidade/zona rural.

FONTE: Pesquisa de campo, 2017.

Em se tratando da comercialização de produtos, a questão da renda é um importante fator a ser abordado.

GRÁFICO 07 - ÚNICA FONTE DE RENDA MONETÁRIA?



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

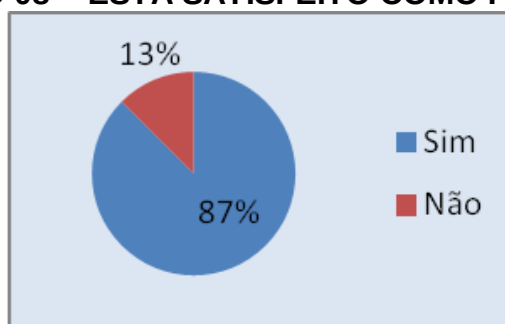
A maior parte das pessoas que comercializam seus produtos na Feirinha da Semana tem na atividade agrícola a única fonte de renda. Entretanto algumas delas

necessitam desempenhar outras atividades econômicas para complementar a renda e manter a família.

É importante salientar que a renda não monetária está inclusa na produção que as feirantes destinam para o autoconsumo e outras estratégias de comercialização, visto que a expansão dos produtos para outros mercados é dificultada por uma produção associada a uma cultura alimentar ligada a localidade.

A satisfação em ser feirante está ilustrada abaixo.

GRÁFICO 08 - ESTA SATISFEITO COMO FEIRANTE?



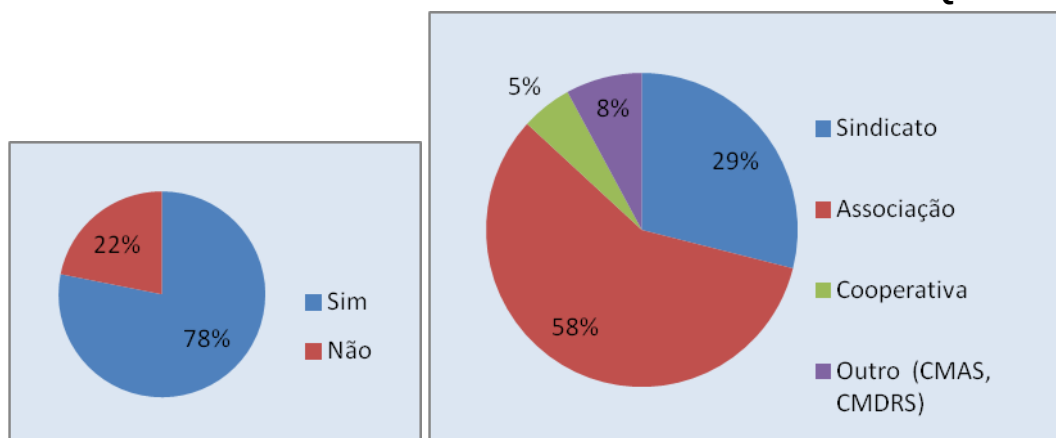
Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A quase totalidade dos feirantes, afirmam estar satisfeitos com a atividade, ressaltando que os produtos têm satisfatória aceitação pelo mercado consumidor, assim como os preços estabelecidos.

Durante as visitas realizadas, foi possível perceber uma relação de companheirismo e confiança entre as pessoas ali presentes, o que mostra que nessa atividade elas encontram um espaço não apenas para a comercialização dos produtos, mas também um ambiente de solidariedade e sociabilidade, isso porque na comercialização dos produtos está agregado o ganho material e imaterial, atingindo mudança de valores pessoais e morais.

Apesar de diversas dificuldades enfrentadas (escassez hídrica, longas distancias, falta de transporte, desvalorização do poder público) essa é uma alternativa de vida que além de garantir o sustento, é uma forma de trabalhar com o que realmente sabe fazer, já que as oportunidades de estudo e atuação em áreas diversas se fazem cada vez mais difíceis.

As entidades como associações, conselhos, sindicatos e cooperativas são incentivadores não apenas do desenvolvimento local, mas também direciona alternativas para o desenvolvimento pessoal dos atores sociais envolvidos.

GRÁFICO 09 - PARTICIPA DE ENTIDADE / QUAL?

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Assim, o trabalho do feirante está fundamentalmente amparado em suas habilidades de construir laços sociais e promover sociabilidades. Esta relevância se faz presente principalmente quando se trata das mulheres que, historicamente, estão inclusas numa sociedade construída sob a égide do machismo e do patriarcalismo, onde o homem sempre ocupou o espaço público e a mulher, o privado.

Durante a pesquisa notou-se que as mulheres de Porteirinha já começaram a criar suas próprias organizações ou departamento de mulheres.

Nota-se também, que as mulheres têm exercido grande participação, principalmente nas associações e sindicatos, no entanto, dentro deste universo, ainda são poucas as que ocupam cargos de liderança.

Um dos fatores que dificulta a participação das mulheres são os serviços domésticos, pois muitas ainda são responsáveis por cuidar da casa, das crianças, idosos e doentes, ficando difícil conciliar o tempo das tarefas no âmbito privado com a participação nos espaços públicos coletivos de decisão.

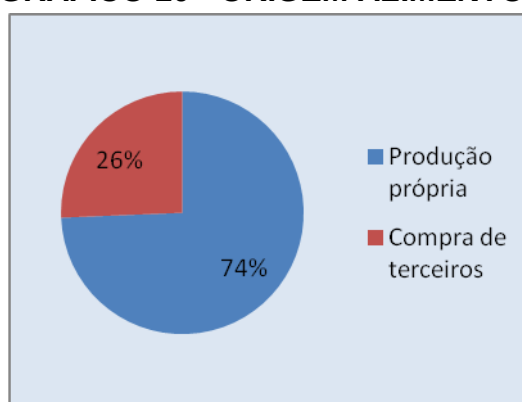
Além disso, a participação é dificultada pelas longas distâncias até as sedes administrativas dos municípios, o que faz com que as reivindicações vão além das questões relacionados à categoria de trabalhadora rural, se estendendo a reivindicações por necessidades básicas, como transporte público, escolas e postos de saúde.

É fato que a participação das mulheres nestas entidades encontra ainda algumas resistências, acrescidas pela reprodução dos papéis sociais tradicionais de

homens e mulheres nestes espaços. Porém, através de parcerias com ONGs, universidades e outros parceiros, abre-se espaços a estratégias de empoderamento, superação da desigualdade de gênero, e participação política, o que lhes possibilita adquirir conhecimentos sobre seus direitos e como reivindicá-los. Por isso muitas começaram em associações e depois passaram a participar dos sindicatos e conselhos, por exemplo.

Muitas mulheres dizem participar de grupos, entidades e movimentos pelas capacitações, cursos e treinamentos ofertados, se tornando uma ótima oportunidade para capacitação profissional e melhoramento da renda, assim, é fundamental que as capacitações realizadas priorizem também temáticas importantes para alcançar uma reflexão maior sobre a condição feminina. Pois esta carência reflete o índice de representação das mulheres nos espaços de poder local além da representação na política formal.

GRÁFICO 10 - ORIGEM ALIMENTOS



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

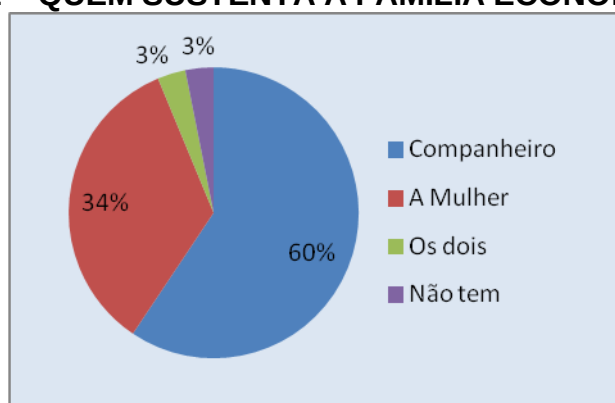
A maioria dos produtos comercializados são de produção própria, oriundos das pequenas propriedades e/ou dos quintais. As mulheres no geral, participam de todo o processo, desde o plantio até a comercialização. Muitas tarefas agrícolas são realizadas por homens e mulheres, elas, cavam, plantam, limpam, colhem, organizam a barraca e comercializam os produtos, apesar de ser frequentemente justificado que mulheres têm menos experiência no serviço da roça porque tem que dividir seu tempo entre o roçado e a casa.

As mulheres se mostram mais receptivas a novas tecnologias e a diversificação das atividades, sendo que a participação em cursos e qualificação técnica, contribui para melhorias no seu trabalho diário. Muitas dizem possuir

roçados ou hortas, admitindo assim que o fazem para ter mais liberdade para gastar o dinheiro sem precisar dar satisfação para o companheiro.

Mas quando questionadas sobre o sustento da família, obteve-se a seguinte resposta:

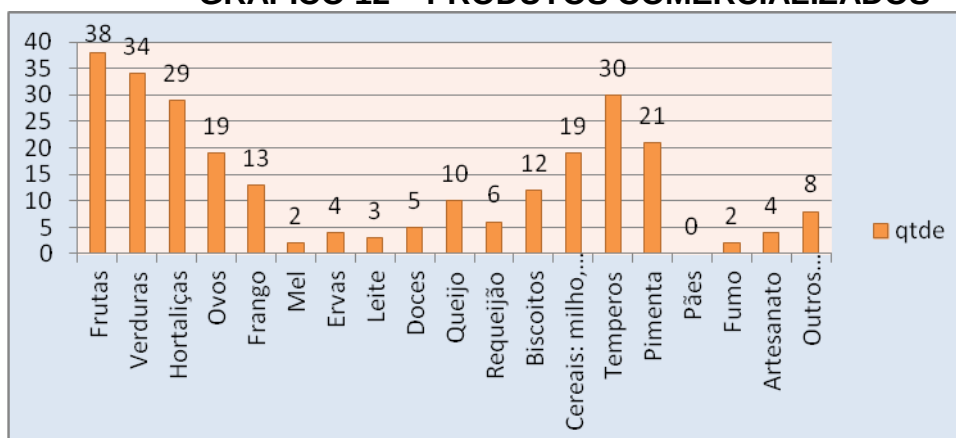
GRÁFICO 11 – QUEM SUSTENTA A FAMÍLIA ECONOMICAMENTE?



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Embora na maioria das vezes o homem seja classificado como chefe de família, é a mulher que organiza a barraca, e administra o dinheiro. Elas ficam responsáveis pela compra do alimento, da roupa e do calçado de toda a família. Porém, essa administração do dinheiro não significa autonomia no processo de gastá-lo, pois os maridos são vigilantes e cobram a boa administração dos recursos domésticos.

GRÁFICO 12 – PRODUTOS COMERCIALIZADOS



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

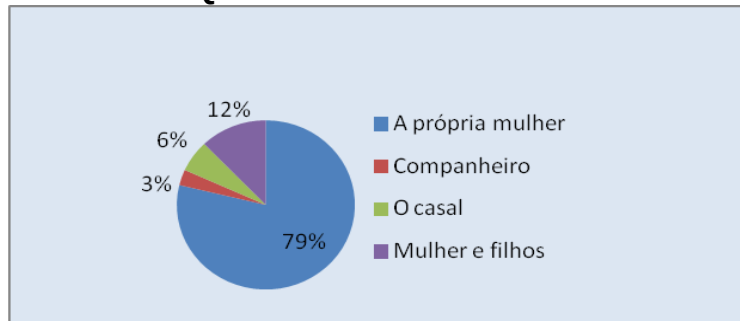
O espaço ao redor da casa tem se tornado um local de auxílio no sustento e garantia de segurança alimentar para diversas famílias brasileiras. No entanto a produção de alimentos para o autoconsumo não é valorizada, ao passo que o que é produzido para comercialização é objeto de maior valorização.

A casa, que inclui o quintal com horta e a criação de pequenos animais, é geradora de renda, também responsável pela garantia da sobrevivência das famílias através do cultivo e processamento de alimentos, costura, artesanato, entre outras atividades desenvolvidas neste contexto.

Isso talvez explique o fato de que na FEIRINHA DA SEMANA predomina a comercialização de frutas, verduras, temperos e hortaliças. A venda de frangos, ovos, leite e queijo se fazem presente, seguida de biscoitos, doces e outras guloseimas. Tais produtos confirmam o fato de a mulher ter a possibilidade de cuidar da casa, dos filhos e do quintal, em um mesmo espaço.

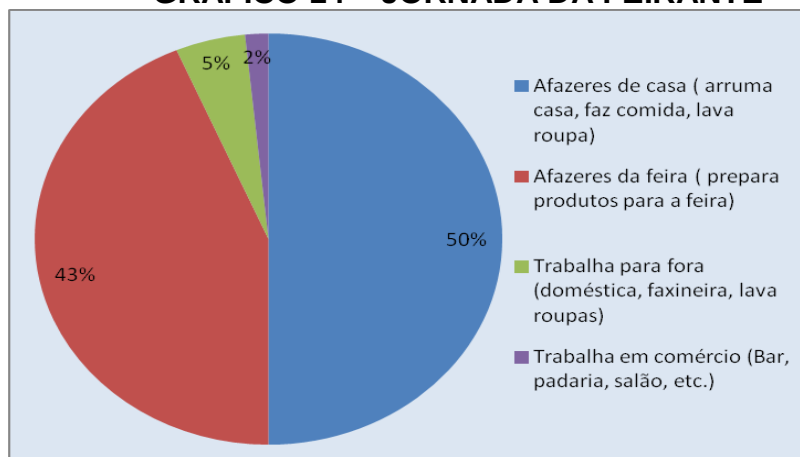
Quando se observa a realização das tarefas domésticas e jornada da feirante, fica nítido a intensidade dos afazeres ao longo do dia.

GRÁFICO 13 – QUEM REALIZA AS TAREFAS DOMÉSTICAS?



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

GRÁFICO 14 – JORNADA DA FEIRANTE



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

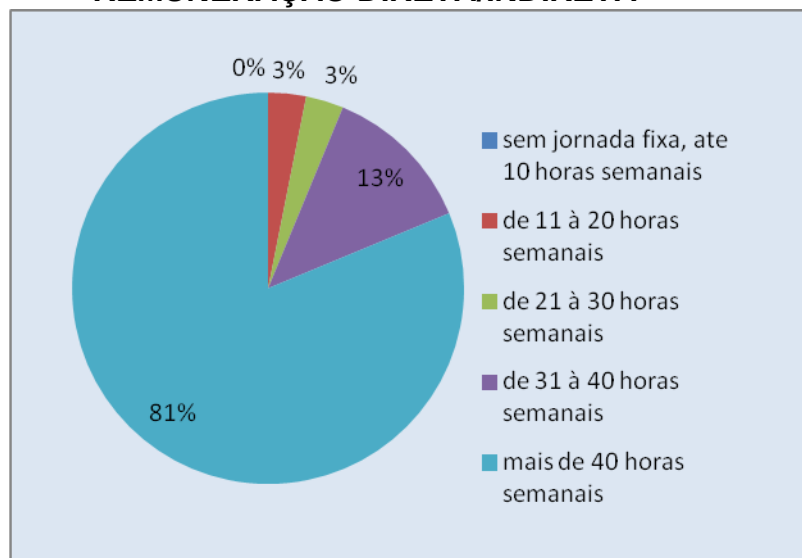
As atividades desenvolvidas pelas mulheres inseridas na unidade familiar produtiva são de extrema importância para o desempenho da produção e reprodução familiar, porém, elas tradicionalmente são vista como “ajuda”.

Como a realização de tarefas remuneradas e fora de casa não eximem as mulheres da realização dos trabalhos domésticos, estas têm que desempenhar suas atividades em jornadas duplas ou triplas para conseguirem executar todos os seus afazeres.

De acordo com as mulheres entrevistadas, a grande maioria dos homens, mantém a crença de que o trabalho doméstico é coisa de mulher.

Elas afirmam que, por conta dessa cultura machista em que a mulher deve fazer o trabalho “de homem”, mas o homem não pode fazer o trabalho “de mulher”, resta-lhes trabalhar do “amanhecer ao anoitecer”, com jornadas muito superiores a 40 horas semanais, e ainda, no ambiente familiar, muitos filhos e companheiros não reconhecem a extensão de tais esforços.

GRÁFICO 15 – JORNADA DE TRABALHO EM ATIVIDADE COM REMUNERAÇÃO DIRETA/INDIRETA



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

81% das mulheres reconhecem que destinam mais de 40 horas semanais a realização de tarefas que incluem a preparação dos produtos para a feira, a comercialização e realização de atividades domésticas.

Apesar de significativa e crescente atuação, as mulheres enfrentam diversas dificuldades no que se refere ao reconhecimento de seu trabalho como produtora de

alimentos, acrescidas às atividades laborais no espaço doméstico. Porém, considera-se o fator valorização, quando a presença feminina à frente das bancas gera uma maior fidelização por parte dos consumidores, uma vez que esta maior confiabilidade é atribuída às mulheres, pois estas são capazes de representarem uma associação entre os conceitos “qualidade de vida” e “alimentos saudáveis”.

Quando analisado o fator protagonismo e empoderamento das mulheres no meio rural, fica expressa a importância das feiras como espaços para geração de emprego e rendimentos, troca de saberes, além da importante desconstrução de ideologias, atitudes e mentalidades discriminatórias e preconceituosas que por tempos estão cristalizadas na sociedade brasileira.

3.11 Dona Lourdes – força e persistência na defesa da emancipação e autonomia da mulher



FIGURA 13. Dona Lourdes – realização de curso do SENAR
Fonte: acervo do sindicato de trabalhadores rurais de Porteirinha – MG



FIGURA 14 - Dona Lourdes e Agricultores de Porteirinha
Fonte: acervo do sindicato de trabalhadores rurais de Porteirinha – MG

A busca das mulheres pela conquista dos seus direitos não é assunto recente. Ao longo da história, várias mulheres, seja por suas atitudes ou por suas ideias, se opuseram as restrições impostas e cristalizadas, influenciando as pessoas do seu tempo, e posterior a ele. Desde a época do império à atualidade, diversas brasileiras têm protagonizado lutas não só por igualdade de gêneros, mas também por avanço dos direitos civis, e principalmente por justiça social.

Por vezes nos deparamos com escritoras, professoras, políticas quebrando paradigmas e superando o título de “Rainhas do lar”, mas no que se refere a trabalhadoras rurais, tal estatística se faz mais rara, porém com um encanto especial, justamente pela história de persistência e superação imposta por quem não tomou o destino como fatalismo absoluto.

Exemplo disso é a Nordestina, Maria de Lourdes (Dona Lourdes), que dos 54 anos de vida, 30 são dedicados à luta aqui nas Minas Gerais. Mulher de personalidade forte, desde os 13 anos é arrimo de família. Defronte as mazelas do destino, jurou a si mesma que não deixaria a mãe e os 13 irmãos morrerem de fome.

Com o pouco estudo que tinha, ainda na adolescência começou a lecionar, primeiro porque era fascinada pelos números e leituras, e também porque precisava de um local para se abrigar, assim, por muito tempo fez do grupo escolar seu abrigo

e morada. Nessa época já era experiente no roçado, em busca de melhores condições de vida foi para as Alagoas, lá teve filho, e com 18 anos já tinha vivido amores, desamores, ambições e decepções.

Nas Minas Geras, sim, encontrou o que ela chamava de “paraíso”, fartura d água, roça para trabalhar, algodão para ralar, e uma comunidade inteira para mobilizar. Para ela, nessas terras existiam muitas oportunidades, porém acompanhadas do comodismo de um povo dominado por tradições culturais manipuladoras, onde só quem tinha títulos, terras e bens, conseguiam viver com dignidade.

Mas o seu espírito de liderança estava entranhado e, incentivada pelo farol do desenvolvimento¹⁰, movimentou a associação comunitária e criou um grupo de pessoas da Bacia do Rio Serra Branca para trabalhar a questão ambiental. Assim, aos 28 anos já trabalhava com ações ligadas a reflorestamento, produção de mudas e consciência ecológica. Na sequência vieram as eleições do CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, e a parceria com o CAA – Centro de Agricultura Alternativa, que abriram portas para o engajamento no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, no qual é membro da equipe diretora até os dias atuais.

Orgulha-se em relatar que teve a oportunidade de concluir o ensino médio na mesma sala de aula que a filha e essa parcela adquirida de conhecimento técnico oportunizou seis mandatos no sindicato (entre secretaria e conselho fiscal), e atualmente assume o cargo de diretora da entidade, responsável pela pasta da agricultura (horticultura, campos semente, energia eólica e pequenos animais).

Eu digo que tenho três paixões na minha vida, uma delas é a família, outra a agricultura familiar, e outro é o debate das mulheres.

Hoje, a luta de dona Lourdes é incentivar e aumentar o número de mulheres ativas nas associações e nos sindicatos. Ela afirma que o exemplo vem da própria diretoria do sindicato, que, além de cumprir a obrigatoriedade dos 30 por cento dos cargos destinados as mulheres, a paridade é ampliada para 50 por cento, no intuito de “fazer as mulheres se apropriarem do papel delas”.

¹⁰ Trata-se da implantação, nos 1.955 municípios do Nordeste, Norte de Minas Gerais e Norte do Espírito Santo, de um espaço de interlocução com representantes da sociedade, lideranças e instituições locais, utilizando-se conceitos tais como o de empresariamento, parceria, comprometimento comunitário, valorização da cultura e do potencial humano locais.

Quando perguntada sobre a valorização do poder público, da família e da sociedade no que se refere às suas ações a frente do sindicato e comunidade, a resposta foi a seguinte:

Eu acho que eu me faço valorizar. Eu imponho a valorização. A emater, por exemplo, não briga comigo mais, mas foi um desafio. A prefeitura corre muito atrás de você quando eles precisam. A área rural nunca teve verba definida. Eu acho mesmo que o meu jeito que impõe respeito. Existe um discurso muito bonito, mas na prática não adianta ter essa ilusão não.

No que se refere à família, nunca enfrentou resistência quanto às atividades que desenvolve, mas lamenta por não ter tempo o suficiente para se dedicar aos filhos e marido como eles merecem. Mas afirma que sua luta vale a pena, quando observa o aumento do número de mulheres à frente da presidência de associações e formando associações exclusivas de mulheres. Para ela o desafio está em empoderar as mulheres,

Empoderar não no sentido de querer passar por cima, mas saber que ela é tão importante quanto o homem na família. A outra coisa é questão de gestão, as mulheres tem que saber que elas são melhores de gestão do que os homens. Na superação das dificuldades nós temos mais humildade do que os homens, nos cai e levanta mais fácil. Igual por exemplo as caixas d'água, beneficia a família toda, mas facilita a vida da mulher. Nesse negócio mesmo da luta que foi feita para que o documento da terra viesse no nome dos dois também... para na hora que brigar, que resolver separar a terra tá garantida pra ela também, vai ter que rachar no meio. E também na questão de tirar elas da barriga do fogão e do tanquinho e mostrar que tem outros mundos, trazendo elas pra reunião, e levar elas pras marchas né...

Nas palavras de dona Lourdes, “as mulheres não devem baixar a cabeça nunca, pois os desafios parecem ser maiores do que realmente são”. Para ela as três últimas décadas foram marcantes para a história das mulheres brasileiras, pois muitas tiveram a oportunidade de modificarem seu cotidiano nas esferas públicas e privadas. Por outro lado, obstáculos permanecem, sendo o maior desafio propagar e introjetar os valores igualitários e democratizantes consagrados na Constituição Federal de 88.

Defronte tal contexto, é fato incontestável que a presença de agentes de organizações – sindicatos, movimentos, pastorais, organizações não governamentais – acaba tendo papel central na desnaturalização de

comportamentos arraigados no cotidiano e no apoio à criação das condições para a superação da dominação.

A dominação econômica e cultural por vezes se faz presente na família e na comunidade, o que leva as mulheres rurais a terem também dificuldades para se expressarem na vida pública, perpetuando o estigma de inferioridade. Assim, acesso a políticas públicas é fator preponderante para melhorar concretamente a vida das mulheres e permitir que haja uma valorização das suas contribuições para a sociedade, ajudando a superar valores e preconceitos ainda existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho partiu da problematização sobre a mulher do campo e questionando se seria a partir do trabalho que as mulheres construiriam novas relações humanas no interior das suas famílias, na comunidade e na sociedade. E propôs como objetivo central averiguar em que medida o envolvimento e organização das mulheres em atividades/trabalho se tornam possibilidades para conseguir quebrar a dominação masculina.

A partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema ficou explícito a vasta produção acadêmica sobre a questão da Mulher em interface com o trabalho, assim como o reconhecimento pela historiografia clássica brasileira sobre o papel da mulher e sua situação de opressão pelo patriarcalismo bem antes da organização do movimento feminista no Brasil.

O movimento feminista avança ao desnaturalizar a condição feminina de subalternidade e passa das contestações para alternativas e estratégias de transformação da realidade da mulher no Brasil. O movimento feminista do campo ganha força e difusão na interface com o movimento agroecológico que tem pauta específica do reconhecimento do trabalho da mulher do campo e se consolida nas ideias de que “sem feminismo não há agroecologia” e de que “Agroecologia e Democracia: unindo campo e cidade” no enfrentamento do patriarcalismo e opressão que grande parte das mulheres do campo vivem no Brasil.

A partir de uma abordagem territorial, adotada pelo Estado brasileiro, a estratégia de promoção do desenvolvimento rural sustentável e solidário superou a concepção do meio rural como algo residual ou atrasado em relação ao meio urbano. O rural passou a ser concebido como espaço de produção, de vida e de sustentabilidade e rompendo com a ideia de dicotomia entre campo e cidade, no combate às desigualdades de gênero no Brasil.

Concomitantemente ao movimento de mulheres do campo, impulsionaram-se novas políticas públicas para promoção da autonomia das mulheres rurais, agricultoras familiares, camponesas. São ações que visavam garantir direitos à cidadania, acesso à terra e aos recursos produtivos, acesso aos serviços rurais e ao comércio, resgate da memória coletiva e apoio a estudos feministas no campo, além do alargamento dos direitos das mulheres rurais no cenário internacional.

A partir de 2003, o Estado brasileiro estabelece um caminho de reconhecimento da agricultura familiar por meio de um conjunto de políticas diferenciadas e, uma ação integrada e combinada com a participação social e o enfrentamento das desigualdades, dentre as quais, as de gênero.

O reconhecimento de que a produção das mulheres do campo é impactada de diferentes formas, tanto pela desvalorização da produção da agricultura familiar, como pela desvalorização do trabalho doméstico e da condição feminina de subordinação, traz um contexto de revalorização da agricultura familiar, do movimento feminista e da perspectiva de “outras economias”, não necessariamente vinculadas ao mercado capitalista globalizado.

Entre 2009 e 2013 ocorreu o II Mapeamento de Economia Solidária no Brasil. Ao todo, o mapeamento do SIES - Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária identifica um crescimento significativo de novos empreendimentos do campo da economia solidária - (60,2%) onde a área de atuação nos municípios, mais da metade está em áreas rurais, 54,8%, contra 34,8% em áreas urbanas e 10,4% que se identificaram com atuação simultânea. Essa predominância de empreendimentos coletivos no meio rural é recorrente principalmente em função das organizações da agricultura familiar que buscam diferentes estratégias associativas de beneficiamento e comercialização de sua produção.

O trabalho aqui apresentado buscou traçar análises em torno da capacidade de se buscar focalizar os caminhos percorridos com vistas a romper com a hierarquia de gênero, visto que nossa sociedade vive em constante transformação, pois somos seres processuais, e as mudanças são apresentadas conforme o espaço, tempo, as circunstâncias econômicas, culturais, dentre outras.

A discussão sobre a mulher, em especial a mulher rural, perpassou as reflexões sobre as limitações historicamente impostas, que definem e insistem em identificar o lugar hierarquicamente estabelecido, bem como as classificações sociais, e os estigmas cristalizados.

Bourdieu é categórico ao evidenciar a ideia de que o homem aprende a lógica da dominação masculina e a mulher absorve essa relação; nesse sentido, a sociedade, legitima essa concepção através das repetições, se baseando na naturalização dos comportamentos.

As instituições como o Estado, família e escola acabam por se firmarem como agentes diretamente influenciáveis na perpetuação desse tipo de relação, através da

imposição de princípios de dominação, e da determinação de comportamentos e regras.

Pertencente ao campo da dominação, a violência simbólica é exposta através do *habitus* e arbitrário cultural, que é basicamente a manutenção de um poder, que se infiltra no pensamento e na concepção de mundo.

Na construção da mulher enquanto sujeito, partiu-se das análises de Alain Touraine para destacar as lutas e experiências de resistência que progressivamente vem possibilitando a incorporação da mulher no mercado de trabalho, bem como outros espaços tidos com “masculinos”. Porém, essa realidade não se traduz em igualdade salarial e dos demais direitos.

Existem políticas públicas e até organizações, que buscam auxiliar a mulher no processo de empoderamento, tornando possível vislumbrar realidades de luta e resistência que, apesar dos pequenos passos, vêm ampliando a visão de mulheres como sujeito de direito.

A mulher enquanto sujeito/ator social vem transformando realidades e desigualdades a que são historicamente submetidas, visto que, para Touraine, as mulheres possuem a constante capacidade de se tornar protagonista, defronte a possibilidade de traçar o seu caminho e se defender dos ataques que impedem sua autonomia. Os movimentos sociais são espaços propícios à difusão e expansão desses novos conceitos.

Presentes nas mais diversas sociedades e tempos, os movimentos sociais criam espaços onde atores coletivos se reúnem para contestar, discutir e reivindicar as mazelas em que são diuturnamente submetidas. São espaços sociais que oferecem visibilidade e parceria, possibilitando a difusão de reivindicações passíveis de serem incorporadas pela coletividade, e também por parte de demandas específicas a cada grupo social.

Através de uma análise da contemporaneidade, os novos movimentos sociais surgem como uma fusão de atores que se agregam pelas mesmas orientações culturais e lutam pela gestão social das atividades a que estão submetidas, na luta por valores como autonomia e identidade.

O movimento feminista apresenta nítidas características que o relacionam a esses novos movimentos sociais. Esse modelo é baseado em uma abordagem preocupada com a forma como se criam as novas identidades, a organização e os cenários de conflito locais, e, apesar das divergências, vem progressivamente

contribuindo para a desmistificação de certos comportamentos. O movimento feminista também é responsável por impulsionar organizações mais recentes de mulheres, despertando o anseio de transformação social, e contribuindo na construção da mulher enquanto sujeito das transformações que permeiam as relações de gênero.

Um olhar sobre os movimentos de mulheres rurais deixa nítido o processo de transformação, tanto na sua forma organizativa como na atuação pública. O movimento agroecológico no Brasil vem construindo no século XXI uma convergência de pautas e organização das mulheres do campo no território nacional alcançando distintos lugares e interligando a crítica à sociedade capitalista, a proposta de um mundo mais solidário e sustentável com o protagonismo da mulher na construção de uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres baseada na sustentabilidade. Outros vários movimentos, representando identidades sociais e políticas diversas, emergiram no espaço público, através de ações e mobilizações que, ao se fazerem crescentes, deram visibilidade às mulheres rurais.

A organização das mulheres rurais, através da mobilização coletiva, propõe mudanças que podem ser entendidas tanto como econômicoestruturais quanto simbólicoculturais, ao apresentar demandas que incluem o reconhecimento cultural, da diferença, e, sobretudo, da redistribuição econômica.

Ao estudar a Feirinha da Semana em Porteirinha, pretendeu-se trazer uma reflexão sobre as singularidades das mulheres daquela localidade, seus modelos de gestão com lógicas próprias, que valoriza o social dentro da atividade econômica. Um movimento que envolve os excluídos do mercado ou aqueles em busca de alternativas coletivas. Esse tipo de organização trabalha com a ideia de autogestão, o que acaba por proporcionar a essas pessoas uma nova forma de trabalho, mais democrática, mais participativa, oferecendo aos envolvidos um crescimento pessoal e social. Dar visibilidade a esses espaços é buscar formas de incentivar às mulheres ligadas ao movimento, assim como possibilitar formas econômicas de sustentação material, diminuindo, desse modo, as desigualdades de toda ordem entre os gêneros.

Vale salientar que a feirinha da semana, sofre críticas, que começam pelo nome de “feirinha” e também por ter sido uma alternativa encontrada pela prefeitura para retirar as “feirantes” das ruas. O fato também de ser uma iniciativa inspirada numa experiência de fora, conforme relatado pela técnica da prefeitura, aponta ainda

que é difícil para os gestores municipais enxergarem a própria riqueza de experiências que existem no município, como o “mercado municipal”, que é uma experiência nativa de economia solidária. Por outro lado, a feirinha da semana também foi “dominada” pelas mulheres, na qual se tornaram protagonistas da mesma, apesar de não ter sido uma iniciativa inicial delas, mas apoiadas pelo sindicato passaram a gerir aos seus moldes.

Este é um elemento importante para avaliarmos a efetividade do “poder” do associativismo entre as mulheres e o caminho da economia popular solidária na prática para o enfrentamento não só da dominação masculina, mas de lógicas intervencionistas na dinâmica organizativa das mulheres.

Esse espaço propicia um local adequado para a atuação das mulheres no processo de transformação da lógica dominante, tanto econômica quanto da divisão sexual do trabalho. A ideia de empoderamento feminino por meio das dimensões sociais, políticas e psicológicas, pode ser um firme instrumento na transformação do papel da mulher.

A prática de economia solidária, retratada nesse trabalho através da feirinha da Semana do município de Porteirinha pode sim ser um “caminho” ou alternativa para se quebrar as amarras da dominação masculina, uma vez que tal prática pode ser identificada como um lugar onde se configuram relações sociais de identidade, interação e descobertas.

As feirantes que ocupam este espaço exprimem o afeto pelas atividades desenvolvidas, o que vai para além da geração de renda. Essa relação se reflete na confiança estabelecida entre os frequentadores e consumidores, que comparecem à feira e consomem seus produtos, pois reconhecem as singularidades da qualidade da produção do feirante. Fica nítido a importância da renda monetária no processo de autonomia da mulher, mas o sentir-se útil é expresso nos diversos elogios relacionados a qualidade dos produtos comercializados, e essa autoconfiança é refletida no espaço doméstico. Essa postura de valorização do produto do trabalho da mulher não tendo só o critério de rentabilidade monetária, mas dos diferentes benefícios oriundos deste trabalho é uma forma de insubordinação ao mercado único globalizado, tornado possível o reconhecimento de diferentes formas de riqueza que a sociedade produz, como as relações de reciprocidade e o companheirismo.

De segunda a sexta, a Feirinha da Semana é lugar de encontro de diversas comunidades rurais e delas com os moradores da cidade. É um espaço de circulação de mercadorias, de informações, de culturas, e de vida. Os produtos exclusivos são pontos centrais no que se refere a movimentação da economia local, pois, mesmo que o comércio local ofereça produtos semelhantes, muitos preferem comprar na feira, pois ela remete à história pessoal dos moradores e frequentadores, bem como a um modo de vida diferenciado, o da agricultura familiar, que se reconhece em seus produtos.

A presença da mulher é predominante, seja como consumidora, ou como feirante. Por isso, o protagonismo feminino neste espaço, também é apontado por pesquisas e análises, como local de conquista e autonomia. É um espaço demasiadamente importante, porém, muitas vezes negligenciado, haja vista a escassez de políticas de fortalecimento, ampliação e o acesso às feiras. A falta de transporte público e gratuito pode ser apontado como um entrave, mas a falta de espaço para comportar todos os feirantes, também faz parte dos obstáculos que poderiam ser resolvidos com intervenção pública. Assim, devem-se buscar formas de reduzir esses entraves e obstáculos, em face da afirmativa que é a partir do trabalho que as mulheres estão construindo novas relações humanas no interior das suas famílias, da comunidade e da sociedade.

Outro caminho apontado pela pesquisa como propício ao empoderamento da mulher é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que tem se tornado um fator de avanço no que se refere às questões de igualdade de gêneros. Nesse espaço, as mulheres conquistaram o poder de participação e decisão, e agora vêm fortalecendo a discussão e ampliação dos debates nas comunidades rurais, no que tange a questões de igualdade de direitos, divisão de tarefas e hierarquização nas famílias.

Apesar de o cotidiano sindical ser marcado por uma tensão permanente, foi possível identificar o engajamento das mulheres no processo participativo e na construção democrática. Se por um lado as mulheres rurais demonstram capacidade articulatória, de mobilização e participação, por outro, a conquista da autonomia e igualdade ainda requer a criação e recriação de estratégias e o enfrentamento de novos e velhos desafios.

O trabalho viabilizou também retratar a história da Diretora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha – Dona Lourdes – comprovando que a trajetória das mulheres no sindicalismo não é progressiva e linear, e que as estruturas

“patriarcais” e “simbólicas” permanecem na tentativa de restringir as lutas emancipatórias. Mas, Dona Lourdes é exemplo que merece ser divulgado, respeitado e reproduzido, por sua constante luta para romper esse modelo de dominação. Ela insiste na tentativa de “driblar” as práticas que reproduzem cotidianamente a opressão e a desigualdade, e associada à uma formação política de base feminista, potencializa ações na perspectiva de que a participação seja constantemente expandida e orientada pelos ideais de justiça, autonomia e liberdade.

O fato é que as mulheres conquistaram espaço como dirigentes sindicais, entretanto, o desafio está em incentivar a auto-organização permanente com vistas a problematizar a divisão sexual do poder e do trabalho e produzir renovações políticas. A conquista da paridade participativa no sindicato é um avanço importante, mas deve estar amparada por mulheres comprometidas com a luta, extinguindo padrões que muitas vezes acabam sendo reproduzidos por mulheres que assumem a direção sem se alinharem com a plataforma política das mulheres. Nesse viés, é inquestionável as contribuições que a participação social e política é capaz de proporcionar para a localidade, com sujeitos participativos, que conseguem se organizar partindo de experiências endógenas.

Apesar da significativa e crescente atuação, as mulheres rurais enfrentam dificuldades no que se refere ao reconhecimento de seu trabalho, no acesso a terra e/ou a comercialização dos produtos, e ainda encontram o desafio diário que está no desenvolvimento das atividades laborais no espaço doméstico.

Como solução possível para a questão da dominação masculina, é necessário que se adote uma visão emancipadora e que se rompa com os preceitos “tidos” como universais. É imprescindível que se assuma uma postura crítica, para que se consiga identificar ações estigmatizadas escondidas nos comportamentos, valores, e conceitos que acabam por refletir diretamente no respeito à igualdade.

Os avanços sociais alcançados pelas mulheres no decorrer dos anos, só vêm reforçar que as lutas protagonizadas por elas tiveram e têm papel importante no processo de desenvolvimento pessoal e coletivo. As conquistas das mulheres no cenário nacional fazem parte de mudanças que, aos poucos, foram acontecendo nas famílias, nas comunidades, nos municípios, nos Estados, e essas ações são responsáveis pela revelação das potencialidades das mulheres rurais.

Apesar da diversidade das experiências das mulheres entrevistadas, as reflexões demonstraram desafios em comum. A complexidade da pesquisa remeteu a uma dimensão em que a autonomia econômica das mulheres está profundamente relacionada à autonomia política e pessoal, o que aumenta a possibilidade de as mulheres terem controle sobre o próprio trabalho.

Como já afirmado, as duas últimas décadas trazem um arsenal de discussões sobre a questão da mulher, porém os problemas devem ser explicitados e visibilizados para serem passíveis de intervenção.

As implicações teóricas de se falar sobre gênero, subjetividade e emancipação está no fato de se evidenciar a dominação masculina como algo que transgride as barreiras do tempo, porém não se encontra cristalizado e é totalmente passível de transformação.

As implicações políticas e comunitárias estão no fato de ratificar a importância do trabalho da mulher em todos os espaços, seja público ou privado. Para garantir esse lugar cativo, o governo deve investir em ações que potencializem o trabalho da mulher, considerando suas particularidades. Os grupos e associações são alternativas positivas no desenvolvimento do trabalho da mulher, haja vista a possibilidade de articulação com o espaço doméstico e expansão e investimentos no desenvolvimento local.

O revés das políticas públicas para mulheres, advinda da onda conservadora e patriarcal que se apoderou do governo desde 2016 é vista como um grande problema, pois as políticas públicas para as mulheres do campo foram interrompidas com o desmanche da secretaria de mulheres e do próprio Ministério de Desenvolvimento Agrário. Este é um novo quadro que se apresenta no contexto do movimento de mulheres do campo e que deve ser acompanhado com cautela.

Por fim, salienta-se que a igualdade entre os gêneros não é questão de feminismo, e sim de respeito ao sexo oposto. Estamos falando de mulheres fortes, que sabem o que querem e que são capazes de chefiar famílias e suprir as suas necessidades, pautando sua atuação no núcleo familiar, na igualdade de direitos e responsabilidades. O protagonismo das mulheres rurais se inscreve num cenário que busca, não somente através de leis, a igualdade entre homens e mulheres, mas que almeja uma mudança na cultura de gênero em meio à sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n.76, p. 49-86, 2009.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.
- BADUE, Ana Flávia Borges; GOMES, Fernanda Freire Ferreira. **Parceria entre consumidores e produtores na organização de feiras**. São Paulo: Instituto Kairós, 2011.
- BARBOSA, Rômulo S. **Seguro social e "seguro agrícola": o duplo papel da previdência social rural**. UNIMONTES CIENTÍFICA. Montes Claros, v.5, n.1, jan./jun. 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Sistema de informações territoriais**: caderno territorial 079: Serra Geral, Brasília: MDA, 2015. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_079_Serra%20Geral%20-%20MG.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2018.
- BRASIL. Decreto-lei nº 311, de 02 de março de 1938. **Lex**: coletânea de legislação. Brasília, v.1, 1938.
- BUARQUE, C. A dimensão de gênero no mundo rural brasileiro contemporâneo. In: MIRANDA, C.; COSTA, C. **Desenvolvimento sustentável e perspectiva de gênero**. Brasília: IICA, 2005. v. 2. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável).
- BUARQUE, Cristina; SANTOS, Graciete. **O que é gênero?: gênero e desenvolvimento rural: manual de orientação para os agentes da reforma agrária**. Brasília: INCRA/FAO, 2001.
- BUTTO, Andréa et al. **Mulheres rurais e autonomia**: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios de cidadania. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário Brasília, 2014.
- CARDOSO, José Maria Alves. A região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene (orgs). **Formação social e econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Unimontes, 2000.
- CARNEIRO, Fernando Ferreira (org). **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **O poder da identidade**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CISNE, Mirla. Feminismo e liberdade no campo: a importância da organização política para as mulheres rurais. In: HORA, Karla; MACEDO, Gustavo; REZENDE, Marcela (orgs.) **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**: prêmio Margarida Alves. 4. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

CONNELL, Robert. **Gender and power**: society, the person, and sexual politics. Stanford, CA: Stanford University Press, 1987.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil Curso de gênero 2001/2002. 1 CD ROM.

DI SABBATO, Alberto; MELO, Hildete Pereira de. Gênero e trabalho rural 1993/2006. In: BUTTO, Andrea (org). **Estatísticas rurais e a economia feminista**: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009.

DIAS, Thiago Ferreira; SOUZA, Washington José de. Gestão Social e Economia Solidária: o caso da Associação dos Produtores e Produtoras Rurais da Feira Agroecológica de Mossoró. **Teoria e Prática em Administração**, v.4, n.1, 2014, p.261-294.

ESCOBAR, Arturo. Actores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências. In: SANTOS, B. de Sousa (org.) **Conhecimento prudente para uma vida decente**: 'um discurso sobre as ciências' revisitado. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: BUTTO, Andrea (org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista**: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009.

_____. Mulheres rurais na economia solidária. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (orgs.) **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FREIRE, Adriana Galvão *et al.* As muitas portas da vida de Vanda. In: _____. **Mulheres e agroecologia**: sistematizações de experiências de mulheres agricultoras. Rio de Janeiro: Grupo de Trabalho de Mulheres da ANA, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. Disponível em: <<http://www.paulofreire.org>> Acesso em: 03 abr. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. São Paulo: Global, 2002.

GALLICHIO, Enrique. Empoderamento, teorias de desenvolvimento e desenvolvimento local na América Latina. In: _____. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid, 2002.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora Da UFRGS, 2000. 654 p.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

GOUVEIA, Taciana. **Muito trabalho e nenhum poder marcam as vidas das agricultoras familiares**. Panorama brasileiro, observatório da cidadania. Rio de Janeiro: IBASE, 2003

GROSSI, Miriam Pillar. A revista estudos feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. especial, 211-221, set./dez. 2004.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de; CINTRA, Rosângela. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista NERA (UNESP)**, São Paulo, v. 1, p. 1-28, 2006.

HABERMAS, Jurgen. New social movements. **Telos**, New York, n. 49, 1981.

IPEA. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil**: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Brasília: Ipea, 2016.

LAMARCHE, H. (coord.) **A Agricultura Familiar: comparação internacional**. Trad. Angela Maria Naoko. Campinas: UNICAMP, 1993.

LOBO, Elisabeth Souza. **A Classe Operária Tem Dois Sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2011.

MELO, Nildo Aparecido de. **Economia solidária e o mundo do trabalho**: possibilidades, limitações e contradições para o processo de desenvolvimento econômico. São Paulo: Cultura acadêmica, 2014.

MELUCCI, Alberto. Ainda movimentos sociais: uma entrevista com Alberto Melucci. **Novos estudos**: CEBRAP, n. 40, 1994.

_____. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas.** Petrópolis: Vozes, 2001.

MENDES, Francielle de França. **A influência das ruralidades como elemento cultural na configuração socio-espacial de Porteirinha/MG.** In: COLÓQUIO CIDADE E REGIÃO, 5, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, Sarah Luiza de Souza; SAID, Magnólia Azevedo. **Mulheres e agroecologia: multiplicadoras agroecológicas transformando o semiárido.** In: HORA, Karla; MACEDO, Gustavo, REZENDE, Marcela Rezende (orgs.). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero: prêmio Margarida Alves.** 4. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

NOBRE, Mirian. Mulheres na economia solidária. In: CATTANI, Antônio. **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz; Unitrabalho, 2003.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Souza. **Mulheres na liderança, relações de gênero e empoderamento em assentamentos de reforma agrária: o caso do Saco do Rio Preto em Minas Gerais.** 2006. 198 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade CPDA)–Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Seropédica, RJ. 2006.

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./abr. 2004.

PICOLOTTO, Everton Lazaretti. Movimentos sociais: abordagens clássicas e contemporâneas. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, v.1, n. 2, nov. 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de sociologia e política.** v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PRADO, Vagner Matias do. et al. Identidade e gênero: reflexões sobre feminismos e o pensamento de Alain Touraine. In: BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (org.) **Mulheres, gênero e violência.** Marília: Oficina Universitária, 2015.

QUARESMA, Amanda Paiva. Mulheres e quintais agroflorestais: a “ajuda invisível” aos olhos que garante a reprodução da agricultura familiar camponesa amazônica. In: HORA, Karla; MACEDO, Gustavo; REZENDE, Marcela (orgs.) **Coletânea sobre estudos rurais e gênero: prêmio Margarida Alves.** 4. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

RODRIGUES, Luciene. Formação econômica do Norte de Minas e o período recente. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene (orgs.). **Formação Social e Econômica do Norte de Minas.** Montes Claros: Unimontes, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **A mulher na sociedade de Classes**: mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SARTI, Cynthia. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, v. 12, n. 2, p. 35-50, 2004.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do Habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, maio/ago., 2002.

SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo. Bases Sociológicas de la Agroecología. **Encontro Internacional Sobre Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, UNESP, Botucatu, 2001.

SILIRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. 212 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)-Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, L. C. Fortalecendo fios para uma ação feminista em rede. In: GUEDES, M. V.; ARANTES, R. (orgs.) **Mulheres no semiárido**: um olhar feminista. Recife: Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

SILVA, Mauricélia de Sousa. A história de resistência e liderança das mulheres no assentamento lagoa d'outra banda. In: HORA, Karla; MACEDO, Gustavo; REZENDE, Marcela Rezende (orgs.) **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**: prêmio Margarida Alves. 4. Ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SOUZA, W. A natureza das transformações no mundo do trabalho e as novas configurações do fordismo. In: SOUZA, W.; ANDRIOLA, Í. **Fordismo Intensificado**: a face rígida da produção flexível. João Pessoa: Editora ideia Ltda., 2002.

TIRIBA, Lia. A economia solidária no contexto da economia moral das multidões: os sindicalistas entram em campo. **Movimento**: Revista de Educação, n. 4, 2001.

TOURAINE, Alain. Os movimentos sociais. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. de S. **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1997.

_____. **O Sujeito:** iguais e diferentes: poderemos viver juntos? Lisboa: Instituto Piaget, 1977.

_____. **Crítica da modernidade.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Crítica da modernidade.** 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos?:** iguais e diferentes. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **A busca de si.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **O mundo das mulheres.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. O sujeito como movimento social. In: _____. **Crítica da Modernidade.** Petrópolis: Vozes, 2009.

TOURAINÉ, Alain; KHOSROKHAVAR, Farhad. **A busca de si:** um diálogo sobre o sujeito. Rio de Janeiro: DIFEL, 2004.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

VERONESE, Marília Veríssimo; LACERDA, Luiz Felipe Barboza. O sujeito e o indivíduo na perspectiva de Alain Touraine. **Soc. e Cult.**, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 419-426, jul./dez. 2011.

VIVERET, Patrick. **Reconsiderar a riqueza.** Brasília. Editora: Universidade de Brasília, 2006.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: Um debate.** 2007. 212 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política)-Programa de Pós-graduação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

WEBER, Max. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia. Brasília, DF: Universidade de Brasília: São Paulo: 1999.

SITES VISITADOS

<https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico> acesso em 14/08/2017

<http://porteirinha.mg.gov.br/municipio/dados/> acesso em 22/01/2018 ANA- Associação Nacional de Agroecologia. carta política do IV ENA encontro nacional de agroecologia, 2018. Disponível em: <http://enagroecologia.org.br/files/2018/06/Carta-Pol%C3%ADtica-do-IV-ENA-Versao-Final-da-S%C3%ADntese.pdf> . acessado em 30 de Junho de 2018

APÊNDICE A**FEIRINHA DA SEMANA – PORTEIRINHA MG****Questionário para feirantes**

1 - SEXO: ☐ Masculino ☐ Feminino

2 - QUAL A SUA IDADE? ☐ de 15 a 25 anos ☐ de 26 a 35 anos ☐ de 35 a 50 anos
☐ acima de 50 anos

3 - QUAL O SEU ESTADO CIVIL? ☐ solteiro (a) ☐ casado (a) ☐ viúvo (a)
☐ separação legal (judicial ou divórcio) ☐ outro

4 - CASO POSSUA FILHOS, QUANTO SÃO? ☐ Não possuo filhos ☐ um ☐ dois
☐ três
☐ mais de três

05 - QUAL SEU GRAU DE ESCOLARIDADE? ☐ não alfabetizado ☐ ensino fundamental
☐ ensino médio ☐ ensino superior completo.

06 - ONDE VOCÊ RESIDE? ☐ nesta cidade ☐ na zona rural ☐ em outra cidade

07 - HÁ QUANTO TEMPO VOCÊ ESTÁ EM ATIVIDADES DA FEIRA? ☐ até 01 anos
☐ de 01 a 5 anos ☐ de 05 a 10 anos ☐ de 10 a 20 anos ☐ mais de 20 anos

08 - A QUE HORAS INICIA SUA ATIVIDADE DE FEIRANTE? ☐ 4 horas ☐ 5 horas
☐ 6 horas ☐ 7 horas ☐ outra _____

09 - A QUE HORAS ENCERRA? ☐ final da manhã ☐ final da tarde ☐ quando termina de vender os produtos

10 - A RENDA É SUA ÚNICA FONTE DE RENDA? ☐ sim ☐ não

11 - VOCÊ ESTÁ SATISFEITO EM SER FEIRANTE? ☐ sim ☐ não

12 – POR QUE VOCÊ É FEIRANTE? ☐ Não tenho outra opção ☐ Meio de sustento
☐ porque gosto ☐ Minha profissão ☐ não soube responder

13 - VOCÊ PARTICIPA DE ALGUMA ENTIDADE? ☐ sim ☐ Não
Se sim, qual? ☐ Sindicato ☐ associação ☐ cooperativa ☐ Outro

14 - QUANTAS HORAS SEMANAIS VOCÊ TRABALHA?
☐ Sem jornada fixa, até 10 horas semanais
☐ De 11 a 20 horas semanais
☐ De 21 a 30 horas semanais
☐ De 31 a 40 horas semanais
☐ Mais de 40 horas semanais

15 – PRODUTOS COMERCIALIZADOS:

() Frutas () verduras () hortaliças () ovos () frango () mel ()
)ervas () leite () doces () queijo () requeijão () biscoitos () doces
() cereais - milho, feijão, soja, etc. () temperos () pimenta () Pães () fumo
() artesanato () outros

16 - Quem é o chefe da família? _____

17 - Qual a origem dos alimentos vendidos por você? _____

18 - Quem toma as decisões estratégicas sobre organização da barraca? _____

19 - Quem participa das reuniões públicas em geral? _____

20 - Quem decide sobre as contas da casa? _____

21 - Quem faz as tarefas domésticas? _____

22 - No caso de ter companheiro, ele contribui com tais atividades? _____

23 - Quais as tarefas você despenha diariamente? _____

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevistado: Dona Lourdes (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha)

- 1 - Quem é Dona Lourdes?
- 2 - Nasceu onde? Quando? Filha de quem? Quantos Irmãos? Estudou? Casou-se quando?
- 3 - Como iniciou a luta e sua trajetória de liderança?
- 4 - Como iniciou sua trajetória no sindicato?
- 5 - Quais as suas atribuições no sindicato e quais os princípios a senhora tenta repassar?
- 6 - Muitas mulheres participam do sindicato?
- 7 - Na associação existe uma divisão/ função do que é trabalho masculino e trabalho feminino?
- 8 - Quais tarefas a senhora despenha diariamente?
- 9 - Você teve alguma mudança pessoal após inserir no sindicato/associação?
- 10 - Você se sente valorizada pelo poder público, pela família e pela sociedade?
- 11 - Quais as conquistas do sindicato/ associação nesses últimos tempos?
- 12 - Seu marido ou companheiro já se incomodou com sua participação na associação/sindicato?
- 13 - A senhora já sofreu alguma discriminação por ser mulher?
- 14 - Seus filhos entendem a importância da luta? Eles têm instinto de liderança?
- 15 - Quantas associações e quantas mulheres na presidência?
- 16 - Quais as principais dificuldades e conquistas?
- 17 - Quais as ações específicas para mulheres o sindicato dispõe?
- 18 - Qual a relação do sindicato com a feirinha da semana?